

Revista **Socialismo** nº24 | 2019
e Liberdade


FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

**Fundação passa a se chamar
“Lauro Campos e Marielle Franco”**

**Brumadinho e os crimes da Vale
privatizada e desnacionalizada**

**A Revolução Bolivariana diante
do cerco imperial-fascista**

**Quem
mandou
matar
Marielle?**



Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: **Alexandre Varela**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial
**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Máritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Eliseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
UNIDADES E FISSURAS DA COALIZÃO NO GOVERNO _____	4
Ana Carvalhaes	
UM DECRETO NA ERA DA GUERRA HÍBRIDA _____	11
Piero Leirner	
BOLSONARO É EXPRESSÃO DE UM BRASIL RELEGADO, EXCLUÍDO, VIOLENTADO E RESSENTIDO _____	16
Gilberto Maringoni Rodolfo Vianna	
REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A VEZ DO CADA UM POR SI! _____	21
Rosa Maria Marques	
O CRIME DA VALE, A (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E O RELÓGIO DO FIM DO MUNDO: UMA ABORDAGEM ECOSSOCIALISTA _____	26
João Alfredo Telles Melo Carlos Bittencourt	
SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO PROJETO MORO: A DEFESA DO ESTADO POLICIAL _____	34
Luciana Boiteux	
FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA SOCIAL _____	39
Renata Souza Camila Pires Isabel Mansur Rayanne Soares	
POVOS INDÍGENAS E A POLÍTICA DO OPRRESSOR _____	42
Sonia Guajajara	
EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE EXTREMA DIREITA _____	47
Antonio Gonçalves Filho	
UNE A JOVEM VELHA SENHORA _____	51
Daniella Cambaúva	
VENEZUELA REVOLUÇÃO E GOVERNO _____	56
Nildo Ouriques	
QUEM SÃO OS COLETES AMARELOS FRANCESES? _____	62
Gil Delannoi	
ROSA LUXEMBURGO: UM COMUNISMO PARA O SÉCULO XXI _____	66
Michael Löwy	
O PRIMEIRO CANDIDATO OPERÁRIO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: UM NEGRO COMUNISTA _____	72
Matheus Gomes	
OS FALSOS CRISTÃOS E O EVANGELHO DA INTOLERÂNCIA _____	77
Cynara Menezes	

CAPA: Foto Mídia Ninja. Pouco antes do fechamento desta edição, foram capturados os prováveis assassinos de Marielle. Faltavam os mandantes. A campanha pelo esclarecimento total desse crime se difunde internacionalmente.



E D I T O R I A L

A Fundação Lauro Campos já leva o nome de grande importância e referência para a luta de superação do capitalismo. Lauro Álvares da Silva Campos, mineiro, faleceu aos 74 anos, em Brasília, no exercício do mandato de senador, com todo ímpeto anticapitalista que o significava. Professor, estudioso, comprometido com as causas dos trabalhadores, Lauro Campos foi figura emblemática e o nome na Fundação do PSOL orientou o caminho para a dedicação com formação, elaborações e pesquisas fundamentais para o rumo do socialismo e da liberdade.

Agora, em 2019, a Fundação dá um passo a mais e amplia as referências e a identidade de todo o partido com o projeto socialista. Seremos Lauro Campos e Marielle Franco. Essa é uma ação fundamental para reforçar o que construímos até aqui e para avançar no compromisso do PSOL pela luta por Socialismo e Liberdade.

Marielle Francisco da Silva nasceu na favela da Maré. Na juventude iniciou a atuação no território, fez parte do PSOL desde a fundação e foi eleita vereadora no Rio em 2016.

O assassinato brutal de Marielle, em março de 2018, bateu forte, com tristeza e revolta, na vida e ação de todas as pessoas, militantes ou não, que se indignam com a injustiça social e com a desigualdade no mundo. Uma mulher com identidades evidentes e objetivas com gênero, raça e território e, também, com o PSOL, único partido que representa a pauta que fazia do mandato como vereadora do Rio, um portal de defesa dos direitos e da dignidade humana.

Não deixaremos que o medo tome nossas organizações. O que faremos é que a história e o símbolo de luta e vida de Marielle sejam inspiração para avançar em todos os sentidos. Da formação às formulações e ações teremos em Marielle um porto seguro para o partido e para as ações qualificadas de nossa Fundação. Trata-se de ir além da referência simbólica e abraçar a imagem primordial de uma mulher que nasceu em duras condições de vida e superou as limitações impostas pelo capitalismo em um processo progressivamente coletivo para a superação.

Assim, a Fundação do PSOL, de Lauro Campos à Marielle Franco, fortalece o compromisso com todas as pessoas que são exploradas por esse sistema perverso e desumano do capitalismo. Sejam os trabalhadores do Estado ou da iniciativa privada, intelectuais, autônomos, profissionais liberais e toda a sociedade que dependa na vida dos seus trabalhos.

Trata-se de um compromisso histórico, conceitual e teórico com a potência humana criativa, que é obstruída pelo capitalismo em todas as manifestações e consequências. O projeto do PSOL, por meio da Fundação, na luta

por socialismo e liberdade, torna-se mais plural, amplo e qualificado para enfrentar e superar o sistema atual. Assim, os desafios da fundação, em temas de formação, estudo, pesquisa e formulações abraçam a pluridiversidade dos sujeitos dessa história de transformações que estamos construindo coletivamente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que agregar Marielle Franco ao nome da Fundação é uma ampliação e fortalecimento para os desafios que temos pela frente. Não é com o exercício do medo que as classes dominantes nos limitarão ou paralisarão, muito pelo contrário. Para nós, em homenagem ao que foi a atuação de Marielle e para o fortalecimento da unidade, com diversidade e qualidade, do nosso partido, damos um passo fundamental para os desafios que são colocados estruturalmente e em nosso tempo histórico.

A lembrança e a homenagem são a convicção que a práxis de toda a diversidade do povo que vive sob a opressão do capitalismo abraça as contribuições que a mulher, negra, que nasceu na favela da Maré nos apresenta com excelência. E, assim, com qualificação, estudos e comprometimento com a conquista de vidas melhores, Marielle, brutalmente assassinada, ano passado, sempre viverá entre nós.

Assim sendo, afirmamos e reiteramos que estão vivos no PSOL, e no exercício de sua formação, o que significou a vida e a militância de Marielle Franco. Dessa forma, esse simbolismo deixa a nossa fundação ainda mais forte e ampla. Seremos fiéis aos desafios e avançaremos na coletividade da ação unitária, com toda a diversidade que compõe a nossa sociedade.

Marielle Franco está presente e viva em nossas inspirações e, a partir de agora, é LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO! Sigamos mais fortes para conquista e construção do Socialismo com Liberdade. Esse é o compromisso da Fundação do PSOL.

PS: No fechamento desta edição fora preso os executores do assassinato de Marielle, mas não aceitaremos o encerramento das investigações, queremos a prisão dos mandantes desse crime bárbaro.

Boa leitura!

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco



AS PARTES E O TODO

Unidades e fissuras da coalizão no governo

Quais são as contradições e a natureza da aliança que levou Jair Bolsonaro ao Planalto? A julgar pelo início da gestão, vai ser um desafio e tanto para o núcleo do frentão bolsonarista administrar simultaneamente o país, o ritmo de execução de seus planos e o potencial explosivo dessa junção ora forte, ora delicada entre ultraliberais a la Chicago, altos oficiais militares, policiais do xerife Sérgio Moro, discípulos de Olavo de Carvalho e fundamentalistas do Evangelho. Ah, e a família...

MARCEL SCHINKAROU/APP

Ana Carvalhaes

Ao que parece, a acomodação de interesses diversos e até díspares na consolidação do governo Bolsonaro está muito mais complicada do que parecia logo após a eleição, quando havia forte onda favorável por parte da mídia, do empresariado e de parcelas significativas da classe média e mesmo de setores populares.

O despreparo, ausência de limites, vocação antidemocrática e a pressa em atender reclamos do mercado, marcas dos integrantes da coalizão que veio para “mudar isso daí”, promovem sucessivos focos de incêndio e desastres em penca. Ministros são literalmente achinchados pelo presidente via *twitter*, ameaças e chantagens se

explicitam a céu aberto e anúncios de verdadeiras cruzadas macarthistas acontecem num cenário de estagnação econômica e descrença acelerada de que medidas ortodoxas possam reverter o mergulho econômico iniciado em 2015. Entender a barafunda em que o Brasil se meteu passa a ser tarefa urgente para a oposição.

CHOQUES SUCESSIVOS

Foram choques sucessivos, num mesmo dia, sobre o que restou de opinião civilizatória, na classe média e nas classes trabalhadoras mais bem informadas do Brasil. No dia 1º de fevereiro, a um mês da gestão do governo de ultradireita, em entrevista concedida em visita a Israel, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comuni-

cações, tenente-coronel da Aeronáutica e ex-astronauta, Marcos Pontes, voltou a afirmar que a Terra é redonda¹. Pontes lembrou ter confirmado com os próprios olhos a ideia de Galileu Galilei e que a ideia de Terra plana “não faz parte da Ciência”. (*Nota a possíveis tradutores: não se trata de piada de brasileiros nem de fake news; foi fato.*)

O posicionamento insolente, acompanhado de promessas de incentivo à inclusão de mulheres na pesquisa científica e nenhuma triagem ideológica para con-

1 Não existe isso de bolsa de pesquisa com triagem ideológica, diz Marcos Pontes, in *Folha de S. Paulo*, 1º/2/2019, acessível em <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/02/nao-existe-isso-de-bolsa-de-pesquisa-com-triagem-ideologica-diz-marcos-pontes.shtml>

cessão de bolsas, desconcertou o exército de militantes virtuais (e reais) anti-iluministas, adoradores do presidente Messias - uma frente única combativa de terraplanistas, racistas mais ou menos enrustidos, antifeministas, homotransfóbicos, anticomunistas, antiestatistas, antipobres em geral e religiosos fundamentalistas, de eficiência comprovada nas mídias sociais. Tampouco terão ficado satisfeitos com Pontes os tios antiglobalistas ou anti “marxistas culturais”, como se apresentam os titulares da Educação e do Itamaraty (este um desabrido partidário da plenitude da Terra).

A folclórica surpresa criada por Pontes veio se somar a outro curto-circuito que está se tornando comum: o vice-presidente Hamilton Mourão, general do Exército que ganhou fama ao se declarar favorável à intervenção militar para resolver a crise política², dizia a *O Globo* considerar as questões de natalidade questões de saúde pública da mulher e que ele, “como cidadão”, opina que o aborto seria uma “opção da pessoa”³. Não demorou nem 24 horas para que figurões da recém-nascida bancada do PSL (partido do presidente) na Câmara dos Deputados, fundamental no novo xadrez do poder, mandassem um recado pela imprensa: “O aborto não será legalizado” e “não deixaremos passar essas pautas da esquerda”⁴. Mais uma vez, Mourão, muito dado a atender à grande imprensa - declarada inimiga por seu chefe -, teria irritado profundamente não apenas os filhos do presidente, como também aos inúmeros colegas militares em postos decisivos no Planalto.

Menos de uma semana, os maus bofes de presidente e filhos com o general-vice haviam se acirrado num episódio seríssimo. Ao receber, em 24 de janeiro, a notícia da renúncia de Jean Wyllys (PSOL-RJ) ao terceiro mandato de deputado federal, por força de seguidas ameaças recebidas, o presidente tuitou “Grande dia!”. Filhos e partidários nas redes comemoraram sem disfarce. O vice-presidente, em contraste, declarou: “Eu acho que quem ameaça

2 “General fala em intervenção se Justiça não agir contra corrupção”, in *Folha de S. Paulo*, 17/9/2017.

3 Mourão defende que aborto seja uma opção da mulher, in *O Globo*, 1º/2/2019.

4 <https://www.gospelprime.com.br/filipe-barros-psl-general-mourao-aborto-legalizado/>

parlamentar está cometendo um crime contra a democracia, porque uma das coisas mais importantes é você ter opinião e liberdade para expressar sua opinião.”⁵ Curto-circuito.

UNIDOS CONTRA O QUÊ?

São apenas três exemplos pinçados dos muitos bate-cabeças e contradições já evidentes no governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito por uma coalizão de forças antiesquerda, pró-mercado, anticosmo-

Ter fissuras e contradições não significa que o governo não tenha pontos programáticos de intensa unidade. E, principalmente, inimigos comuns: as esquerdas, os direitos humanos, o Estado protetor e a moral secular

polista, partidária de costumes pré-Revolução Francesa (a de 1789, não a de 1968) e simultaneamente ultraneoliberal - com a permissão do leitor para o neologismo.

Ter fissuras e contradições não significa que não tenham pontos programáticos de intensa unidade. E, principalmente, inimigos comuns: “as esquerdas, os direitos humanos, o Estado protetor, a moral se-

5 “Mourão vê fala ‘genérica’ de Jean Wyllys, mas aponta possível crime à democracia”, in *Folha de S. Paulo*, 25/1/2019

cular”, na síntese do antropólogo Ronaldo Almeida⁶. Na visão de todas as partes do todo bolsonariano, precisamos entender que “esquerda” é muita gente. É qualquer coisa que remeta à preocupação pelo social, à constatação da desigualdade alarmante e a políticas para combatê-la; qualquer coisa que apele à solidariedade, à empatia com o outro; qualquer mecanismo que favoreça a defesa da vida e do meio ambiente; qualquer menção à existência e respeito à diversidade social, étnica, cultural e religiosa; qualquer menção ao embate livre de ideias e à possibilidade de respeitar existência e expressão de minorias; qualquer brecha que possibilite o movimento, o acionar de forças sociais capazes de questionar o *status quo* e brigar pelo seu quinhão na riqueza gerada pelas maiorias - para as quais foi devidamente encomendada radical criminalização.

Jair Bolsonaro se elegeu graças à convergência de cinco grandes vetores ou forças político-sociais no tsunami conservador que já vinha como uma onda crescente desde 2014. Registro (porque gente “marxista cultural” como os que fazem e colaboram com esta revista não roubam ideia alheia) que o primeiro na imprensa a formular parte essencial dessa composição foi a metralhadora antipetista Reinaldo Azevedo, convertido de última hora à candidatura de Haddad. (Ah, as voltas que o Brasil tem dado!)

Em coluna na *Folha de S. Paulo* de 30/11/2018, o jornalista sintetizou: o novo governo é constituído por **Polícia (Moro e seu entorno)**, **Chicago** (em alusão aos *Chicago boys*, ou mais adequadamente *Chicago oldies*, de Paulo Guedes e seus subordinados aos centros do capitalismo financeiro internacional) e **Caserna**, ou seja, as Forças Armadas, ou pelo menos a um setor importante delas.

Faltou ao inventor do termo “petralha” indicar o quarto e o quinto elementos (que também podem ser vistos como um só): a **turma ideológica**, os seguidores do filósofo Olavo de Carvalho e do marqueteiro de Trump, o guru pop da ultradireita global antiglobalista (haja dialética) Steve Bannon. Essa quarta divisão do exército governante é importante porque nela se localizam os filhos de Bolsonaro, a maior

6 “Deus acima de todos”, in *Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de Hoje*, Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

parte da bancada parlamentar do governo (o PSL) e os ministros da contrarrevolução na educação e nos costumes. O quinto e todo-poderoso são as cúpulas das **igrejas evangélicas neopentecostais** como a Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus - parte das quais esteve na coalizão de Lula e Dilma e cuja virada em direção ao candidato-capitão foi decisiva para o resultado de 2018.

Os Chicago Oldies E A LIQUIDAÇÃO DO ESTADO

O curso de economia da Universidade (privada, é claro) de Chicago é centro pelo menos americano (no sentido amplo) de formação de quadros neoliberais desde o tempo em que nem existia o termo neoliberal - porque nem Ronald Reagan nem Margaret Thatcher haviam chegado ao poder nos EUA e no Reino Unido. Foi lá que se formaram os economistas de Augusto Pinochet dos anos 1970-80 - cujas reformas do Estado, das relações de trabalho e da Previdência são modelos para Paulo Guedes. Foi de lá que saiu Jeffrey Sachs, o consultor do plano devastador de privatizações e venda de pedaços do território na Bolívia dos anos 1980, promovido pelo ex-presidente meio-gringo Sánchez de Lozada. Esses foram os pilotos do que viriam a fazer Carlos Menem, FHC e outros governos neoliberais na América Latina dos anos 1990.

Paulo Guedes e seus subordinados no superministério da Economia, que aspirou funções das antigas pastas de Desenvolvimento e Comércio Exterior, do Planejamento, da Previdência e do Trabalho, são *from Chicago* só no sentido político-ideológico. São bem mais vetustos do que eram os "meninos" do ditador Pinochet e não têm os galardões prestigiados da instituição. São quase todos vistos como de segundo escalão pelos manda-chuvas do mercado financeiro brasileiro, começando pelo próprio superministro, este um operador financeiro de reputação questionada por muitos. As exceções a essa fama de "medianos" são o ex-ministro (de Dilma) Joaquim Levy - que vem presidir o BNDES para transformá-lo no seu oposto: o Banco do Subdesenvolvimento e Subordinação às Finanças Internacionais - e de Mansueto Almeida, da Secretaria do Tesouro Nacional, experimentado servidor de carreira da área. Afinal, é preciso de alguém que

Jair Bolsonaro se elegeu graças à convergência de cinco grandes vetores ou forças político-sociais no tsunami conservador. O novo governo é constituído por Polícia (Moro e seu entorno), Chicago (em alusão aos Chicago boys de Paulo Guedes) e Caserna. Há, ainda, a turma ideológica, os seguidores de Olavo de Carvalho e as cúpulas das igrejas evangélicas neopentecostais

saiba lidar com o cofre "do lojinha". Mas todos têm passagem por alguma universidade dos EUA, ou pela PUC-Rio ou pela FGV carioca.

O desenho que Guedes deu a superpasta e as propostas iniciais de Reforma da Previdência, primeiro passo das contrarreformas estruturais que são obsessão do capital para o país, já demonstram o diferencial da equipe econômica atual em relação a neoliberais do passado. Não há espaço para menção a desenvolvimento e soberania econômica nem em dias de festa. O mesmo para política industrial, alívio tributário para os mais pobres, preservação de estatais estratégicas nem pensar. Guedes não esconde que, por ele, venderia todas as estatais, Petrobras incluída. Vai tirar a maioria do capital estatal da estrategíssima Eletrobras.

A equipe vai desprezar o Mercosul, acabando com qualquer negociação comum e praticando abertura comercial do Brasil para todas as quinquilharias do globo, via rebaixamento unilateral de tarifas de importação. (Indústria por aqui para quê, não é?) Em nome dos sacrossantos equilíbrio fiscal e meta inflacionária - ou seja, da manutenção do cassino financeiro global internalizado na gigantesca dívida pública, que é a delícia dos bancos e dos rentistas -, vale não só conformar milhões de jovens de que jamais se aposentarão, como também reduzir de um para meio salário mínimo os benefícios de assistência social. Morram os miseráveis de hoje e criem-se os velhos pobres de amanhã.

Isso sem falar que os ultraliberais de Guedes são tão antiestado que nem a regulação, tão ao gosto de liberais do Primeiro Mundo, deve "interferir" no funcionamento do mercado: leis ambientais, antiagrotóxicos, vigilância sanitária sobre alimentos, segurança na aviação, defesa do consumidor seriam todas travas regulatórias! O comentário do insuspeito sociólogo tucano Sergio Fausto é preciso: "À luz do que aconteceu em Mariana e novamente em Brumadinho, nem é necessário insistir muito nos riscos dessa preferência ideológica".⁷

Tudo isso em perfeita sintonia com uma Casa Civil e um Ministério da Agricultura nas mãos do agronegócio (deputado Onyx

Lorenzoni e deputada do DEM Teresa Cristina, a "musa do veneno"). A agricultura, aliás, incorpora a antiga função da Funai de demarcar terras indígenas, evidentemente para não demarcar coisa alguma e ainda fazer retroceder os processos em curso.

MORO, O XERIFE DO ESTADO POLICIAL

Se o ideal de Paulo Guedes é o estado mínimo, a utopia do segundo superministro de Bolsonaro, o ex-juiz e figura máxima da Operação Lava-Jato, Sérgio Moro, e seus subordinados policiais, procuradores e auditores, é o estado máximo para punir. Nada mais justo que visão como esta esteja bem localizada na hierarquia de fato de um governo cujo símbolo gestual de campanha foi a mão formando uma arma.

Moro tem tamanho destaque no governo porque ele e os amigos procuradores da Lava-Jato foram decisivos no giro à direita da classe média, possibilitado pela campanha anticorrupção, no incentivo às manifestações que sustentaram o *impeachment* e tudo o que veio depois. Foi ele o impecável o juiz no *timing* para "vazar" um áudio de Lula e Dilma. Nada mais meritório que um superministério para o "pai" da prisão do ex-presidente.

Mas as razões de ser estratégicas do Superministério da Justiça e Segurança Pública são o aprofundamento do punitivismo penal, do encarceramento em massa e da "licença para matar" concedida

O desenho que Guedes deu à superpasta e as propostas iniciais de Reforma da Previdência já demonstra o diferencial da equipe econômica atual em relação a neoliberais do passado. Não há espaço para menção a desenvolvimento e soberania econômica nem em dias de festa

às já violentas polícias, em particular, as militares. A pasta reúne o que já foi civil (a Justiça) com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, o sistema Penitenciário Federal, o velho SNI renovado (convertido em ABIN, mas nunca totalmente desprovido de seu ranço de arapongagem da ditadura) e o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF) - este, agora, motivo geral de insônia no andar de cima.

Se alguma dúvida ainda pairasse sobre o papel que se dispunha a cumprir o idolo das multidões verde-amarelas no novo governo, Sérgio Moro a desfez com o pacote anticrime apresentado no dia 4 de fevereiro. Com os objetivos declarados de "endurecer os combates à corrupção, ao crime organizado e a crimes violentos", o projeto modifica 14 leis, principalmente endurecendo as penas e dificultando progressão de regimes de fechado para aberto. Mas há uma modificação que deixa entidades jurídicas, de Direitos Humanos e movimentos sociais de cabelo em pé: a ampliação do conceito de legítima defesa, que facilita amplamente a justificativa policial para execução de suspeitos.

A TURMA DO OLAVO

Se a festa já estava estranha, é agora que entra o bloco dos esquisitos. Bolsonaro e o núcleo duro (Onix Lorenzoni e militares) precisavam encaixar no ministério - que se prometeu enxuto - o vetor mais ideológico. A este pertencem o próprio



⁷ Fausto, Sergio. O Ponto a que chegamos, in *Piauí* 149, fevereiro de 2019.

presidente e a família. A ala foi importantíssima nas batalhas das redes sociais, na conquista dos apoiadores mais militantes entre a juventude de classe média, empresários e mesmo de setores mais empobrecidos. É a turma do Olavo, seguidores do astrólogo, filósofo, ideólogo, na verdade um incansável militante político da ultradireita brasileira, radicado nos Estados Unidos desde 2005, Olavo de Carvalho.

Carvalho está para Bolsonaro e para a ultradireitista do conservadorismo verde-amarelo, como o marqueteiro Steve Bannon está para Trump, o trumpismo e a *alt-right*, a direita alternativa estadunidense. A relação entre as duas figuras não é só comparativa. Pondo de lado os estudos de astrologia (sério!!!), filosofia e muita sofistica que Carvalho coleciona (copyright do professor Ruy Fausto, que considera Olavo um sofista, não filósofo⁸), Olavo copiou de Bannon e do trumpismo quase tudo que ensinou à turma de Bolsonaro. Basta ler (é imprescindível e delicioso ler) “Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon”, uma análise viceral do que pensa o mais pop dos gurus da direita global dos dias de hoje, produzida pelo sociólogo da cultura norte-americano Jeffrey. C. Alexander⁹.

Olavo de Carvalho é o guru do deputado Eduardo Bolsonaro, do chanceler Ernesto Araújo, a quem coube indicar, e de toda a ala que se propõe mais intelectualizada da aliança bolsonarista - como os jovens empresários e empreendedores apoiadores do presidente, retratados na reportagem de Consuelo Diéguez na *Piauí* 148 (janeiro 2019). Parece ter dado aval também à escolha do ministro da Educação, um apagado docente conservador que fez carreira na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), hoje estabelecido em Londrina (PR), Ricardo Vélez Rodríguez.

Não por acaso, a dupla Araújo e Rodríguez é aquela que mais sobressaltos têm motivado aos tecnocratas contrarreformistas do “ministério dos negócios” e ao setor militar do governo - focados na urgência de fazer a infraestrutura funcionar, arrumar a casa e entender o novo Congresso para realizar a Reforma da Previdência

8 Fausto, Ruy. Sofística e polícia política. In *Piauí* 148, janeiro de 2019.

9 Alexander, Jeffrey. C. “Vociferando contra o Iluminismo: a ideologia de Steve Bannon”, in *Sociologia & Antropologia*, set-dez, 2018.

Moro apresenta o pacote anticrime com os objetivos declarados de “endurecer os combates à corrupção, ao crime organizado e a crimes violentos”. Mas há uma modificação que deixa entidades jurídicas, de Direitos Humanos e movimentos sociais de cabelo em pé: a ampliação do conceito de legítima defesa, que facilita amplamente a justificativa policial para execução de suspeitos

e as privatizações. Na pressa de se somar ao esforço intervencionista de Trump e do Grupo de Lima contra a Venezuela (no que estaria em linha com gregos e troianos do gabinete), o atabalhoador Araújo quase declara guerra ao próprio alto comando militar brasileiro e ao vice-presidente, porque cometeu o desatino de desfazer um tratado de cooperação militar com o país vizinho sem consultar os militares¹⁰.

Mais uma vez, o que parece cômico, apenas parece. Bolsonaro e Araújo perpetraram uma contrarrevolução nas estruturas, papel e tradição histórica da diplomacia brasileira, capazes de - na expressão do ex-embaixador Rubens Ricupero, chanceler de FHC, “fazer o Visconde Rio Branco”, fundador da escola diplomática brasileira, dada sempre mais a mediar do que arrumar encrencas, “dar voltas no túmulo”. Vélez é totalmente favorável ao projeto Escola Sem Partido - que extermina a liberdade de cátedra - e à extirpação completa da discussão sobre educação sexual nas escolas (o que eles chamam de temas de gênero ou “ideologia de gênero”).

Baseados no mesmo Olavo de Carvalho, os irmãos Bolsonaro e outros parlamentares do PSL repetem a torto e a direita que colocarão na ilegalidade partidos de esquerda como PT, o PSOL e o PCdoB - ou seja, “os comunistas”. Sem falar na famigerada ideia de tipificar como terroristas ao máximo possível de movimentos sociais.

A FORÇA NEOPENTECOSTAL

Com uma interseção de pautas ideológicas e de costumes muito ampla - ou seja, afinidade - com o grupo anterior, o vetor evangélico neopentecostal da aliança bolsonarista terminou ficando reduzido, na Esplanada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a cargo da pastora e ex-assessora parlamentar Damares Alves. A pasta contempla, na concepção dos novos poderosos, assistência a pessoas com deficiência, mulheres, promoção de igualdade racial, crianças e adolescentes e o que vier a ser “Direitos Humanos” nas mãos de fundamentalistas dessa ordem. Damares já foi pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e, hoje, prega na Batista da Lagoinha - das mais ferozes combatentes contra a laicidade do

10 “Após crise, Itamaraty está sob tutela de militares do governo”, in *Folha de S. Paulo*, 3/2/2019.

Estado. Além de ser militante da sinistra e polêmica causa da evangelização (leia-se aculturação) de indígenas.

Damares se apoia na força dos 21,6 milhões de evangélicos que votaram em Bolsonaro no segundo turno e nos 84 deputados e 7 senadores eleitos da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) - eram 75 e 3 da última eleição. Dos 84, quarenta foram reeleitos e 44 são novos - entre os quais figuram lideranças de muito maior expressão. A frente se alimenta das bandeiras do combate à união homoafetiva, à ideologia de gênero, à “ideologização da escola”, à possibilidade de descriminalização do aborto, à pesquisa com células tronco - no que se vale da frente única com parlamentares católicos carismáticos. Os números parecem indicar que o vetor fundamentalista religioso do bolsonarismo escolheu conscientemente o espaço legislativo como o campo de mando.

O que poucos sabem é que neopentecostais têm também programa econômico e muito bem acabado, totalmente em harmonia com os *oldies* de Paulo Guedes. Estudo levado adiante pela professora Monica Baumgarten de Bolle, diretora de estudos latino-americanos da Universidade John Hopkins, a FPE é fonte principal de agenda em várias áreas para a coalizão

A equipe vai desprezar o Mercosul, acabando com qualquer negociação comum e praticando abertura comercial do Brasil para todas as quinquilharias do globo, via rebaixamento unilateral de tarifas de importação

governante. Na seara econômica, ao contrário até mesmo da equipe de Guedes, as propostas da FPE - apresentadas ao governo num documento chamado ironicamente “O Brasil para os Brasileiros” - têm uma definição clara e precisa de (ultra e neo) liberalismo econômico¹¹. Note-se que de Bolle se reivindica liberal e feroz crítica da agenda de Guedes. A ironia se deve ao caráter absolutamente pró-globalização financeira, abertura comercial (Nova Abertura dos Portos às Nações Amigas), em detrimento do Mercosul, rígido equilíbrio fiscal. Ou seja, de neoliberalismo nos moldes atuais.

TODAS AS FARDAS DO PRESIDENTE

Finalmente, muito já se falou da presença historicamente inédita, nos governos de 1964 para cá, de tamanho número de oficiais das Forças Armadas nos primeiro, segundo e terceiro escalões do governo federal. Além do presidente e do vice, são militares oito dos 22 ministros. São 46 militares em postos de segundo escalão estratégicos, segundo informado pelo Planalto ao jornal *Zero Hora* (secretários-executivos de ministérios, assessores ou

11 Baumgarten de Bolle, Monica. Em nome do quê? in *Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de Hoje*, Companhia das Letras, São Paulo, 2019, pág. 83.



Maniferação de apoio a Bolsonaro em igreja evangélica durante a campanha

chefes de estatais). Mais de cem, segundo cálculos que levam em conta cargos técnicos-chave.

De certo ponto de vista, nada a estranhar: o “grupo militar” em torno de Bolsonaro, constituído por altos oficiais da reserva, principalmente do Exército - entre os quais os generais Augusto Heleno, Oswaldo Ferreira e Aléssio Ribeiro Souto, além de dois brigadeiros da Aeronáutica, constituíram o sistema nervoso e coluna vertebral da campanha, em momento decisivo. Nada a estranhar também, dada a absoluta falta de quadros político-estratégicos e altos técnicos dos outros setores da coalizão em torno de Bolsonaro.

DO GOVERNO AO REGIME: OS RISCOS DE MILITARIZAÇÃO

Há analistas que se esforçam por afastar qualquer temor de militarização do jogo político e risco à democracia. Para eles, a tropa de militares no governo (com o perdão aos senhores oficiais pelo trocadilho que lhes rebaixa a patente) seria oriunda da reserva e estaria, a maioria, cumprindo funções técnicas e civis. “Em 1964, as Forças Armadas assumiram o governo como uma instituição hierárquica e de Estado, e hoje esses (...) que estão no governo são da reserva, não compartilham as mesmas posições ideológicas e estratégicas, e não

pertencem mais a uma mesma hierarquia de comando”¹², afirma o filósofo e cientista político José Luís Fiori, da UFRJ.

Quando diz “posições ideológicas e estratégicas”, Fiori refere-se ao “desenvolvimentismo conservador” da hierarquia militar do regime de 64, que não teria sido substituído por nenhuma outra visão estruturada de mundo. “Hoje, o mundo está em plena reconfiguração geopolítica e econômica”, continua. “Mas os militares brasileiros seguem pensando como no século XX, de forma binária, sem conseguir pensar uma nova estratégia na qual o Brasil não está mais obrigado a considerar como seus adversários aqueles que são apenas concorrentes e inimigos dos EUA”, desfeve. Na visão do sociólogo Sérgio Amadeu, a falta do inimigo comunista da Guerra Fria, teria levado os militares brasileiros de volta ao “nacionalismo da ordem” da República Velha.

Com essa crise de modelo entre os quadros da caserna, a grande questão em aberto é que papel pode e está disposto a desempenhar esse vetor da aliança bolsonarista caso os planos do Presidente e o núcleo duro comecem a sofrer revezes ou mesmo algumas dificuldades no Legislativo e no Judiciário - embora ambos pareçam muito alinhados ao Executivo.

À PROCURA DO CORINGA

Afinal, o Congresso que saiu das urnas de 2018 mudou completamente o quadro partidário da Nova República, inaugurada em 1985. Destruuiu aquele que foi um dos sustentáculos permanentes das coalizões do regime de 1988 - o PMDB, ou MDB, a aliança de oligarquias regionais sempre aliada a quem quer que estivesse no poder. O poder de fogo caiu de 65 para 31 deputados e perdeu as presidências de ambas as casas legislativas. O PSDB ficou reduzido a 29 deputados, ele que já foi um dos polos do sonhado (pela elite econômico-social) bipartidarismo tropical. Hoje, são 30 os partidos com representação no Congresso, sendo a do antes inexpressivo PSL (52 deputados) a segunda maior bancada, depois da representação do PT (55).

O velho sistema político da Nova República está respirando por aparelhos, o sis-

12 “José Luis Fiori: nem mesmo os militares dão rumo ao governo Bolsonaro”, in *Vermelho*, 7/2/2019, acessível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/318526-1>

**Olavo de
Carvalho está
para Bolsonaro
e para a
ultradireita como
o marqueteiro
Steve Bannon
está para Trump,
o trumpismo e a
alt-right, a direita
alternativa
estadunidense**

tema partidário, no mínimo, em “situação de transição” - na comedida expressão do cientista político Sérgio Abranches. Quais dos vetores componentes dessa aliança vitoriosa ou parte desses vetores poderá cumprir o papel de coringa que sempre cumpriu o (P)MDB dos oligarcas regionais? Um bloco entre o DEM, o Novo e outras siglas da emergência neopentecostal? As alas mais extremadas do bolsonarismo no Congresso terão jogo de cintura para negociações e concessões próprias da vida parlamentar? Em caso de impasses no Legislativo, continuidade da polarização política e inquietude social, ficarão os militares da ativa disciplinadamente restritos às funções constitucionais? E os da reserva no governo? Qual é o limite da tutela sobre os demais ministérios e aliados de caminhada ao poder?

Os próximos capítulos, nas instituições e nas ruas, serão eletrizantes.



**Ana Carvalhaes
é jornalista,
mestre em
Economia Política
Internacional
pela UFRJ, feminista, globalista e
marxista (não só) cultural**

Um decreto na era da GUERRA HÍBRIDA

Piero Leirner

Há uma série de mudanças nos aparatos de inteligência e segurança oficiais, que expressam uma nova visão das forças armadas sobre as disputas políticas na sociedade brasileira. Elas começaram com insatisfações pela instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. Por trás de tudo estaria a ideia de que o Brasil se tornou submisso à Rússia e à China, numa atualização improvável da “guerra ao comunismo” dos tempos da Guerra Fria

**Além do
presidente e
do vice, são
militares oito
dos 22 ministros.
São 46 militares
em postos de
segundo escalão
estratégicos**

Chamou a atenção de muita gente - quando da edição da Medida Provisória (MP) 870 em 1º de janeiro de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, - o fato de o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) passar a subordinação do (extinto) Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, chefiado por Sérgio Moro.

Numa visão acrítica houve repercussão da mídia, uma vez que se tratava de órgão que tem por “missão produzir inteligência financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo”¹. Afinal, tratava-se de uma espécie de continuação de um amplo projeto de combate à corrupção iniciado pelo ex-juiz da Lava-Jato.

Nada mais certo e mais errado ao mesmo tempo: é de fato uma “extensão da Lava-Jato por outros meios”, mas também expressa uma completa distorção de atribuições e uma nada óbvia associação com outras leis, órgãos e políticas que estão se definindo no âmbito de um projeto que mais parece estabelecer um estado de guerra do que uma política de acordo nacional.

Falo isso, pois parto do entendimento não-trivial de que os fatos que levaram a essa “nova estrutura do Estado” delineado na MP dizem respeito a algo de difícil compreensão (e confesso que eu mesmo estou longe de entender o fenômeno como ele mereceria). Seria o que alguns têm chamado de “guerra híbrida” no Brasil, dinâmica possivelmente em curso desde 2013.

Não é dela que tratarei no momento, mas adianto que de certa forma os fatos aqui abordados dizem respeito a um nada gratuito modo de conceber “atividades ilícitas e terroristas” (assim mesmo, combinadas). Eles fazem muito mais sentido se considerados como “atos de guerra” do que de “política”, se é que podemos separar ambos assim facilmente. Diga-se de passagem, a não separação desses planos é, entre outras coisas, uma das essências da “guerra híbrida”, que tem como resultado mais notável o fato

1 <http://www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf> (acessado em 17/02/2019)

Temer desenhou uma armadura para um Governo “amigo”, poupando-o do ônus de ter que aprovar superpoderes para o novo militar que ocuparia o gabinete de Segurança

de que as pessoas que estão no meio das batalhas simplesmente não percebam o contexto a sua volta².

CONCENTRAÇÃO DE PODERES

Voltarei a esse assunto, mas antes gostaria de chamar a atenção para o fato de que a mesma MP apresenta um ponto muito menos discutido, mas não menos importante. Trata-se de uma linha de um parágrafo do item “G” do Artigo 5º da MP, que define as atribuições da “Secretaria de Governo da Presidência da República” (SGBR). Antes de passar a ela, cabe lembrar das atribuições anteriores de tal órgão:

“Secretaria de Governo do Brasil é uma secretaria com status de ministério ligada à Presidência da República. Foi criada em 2 de outubro de 2015, pela presidente Dilma Rousseff, resultado da fusão da Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria

2 O livro que trata de forma completa e de certa maneira popularizou o tema é o de Andrew Korybko, “Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”, São Paulo: Expressão Popular. 2018.

de Relações Institucionais, Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Durante o Governo Michel Temer a Secretaria-Geral da Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional foram recriados. Com isso a Secretaria de Governo ficou apenas com as atribuições de Relações Institucionais, ligadas à articulação política”³.

Como sabemos, quando Temer desmembrou a SGBR e recriou o GSI - pasta ocupada pelo General Sérgio Etchegoyen - toda a área de inteligência e segurança do Estado passou a ser centralizada pelo militar. A edição do Decreto Nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, concentrou as prerrogativas do GSI nas mãos de quem exerce o poder de chefe de conselho de guerra.

O Decreto define uma força-tarefa que no fundo centraliza as seguintes competências:

“[Cria uma] Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil [e] será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos: I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará; II - Agência Brasileira de Inteligência; III - Centro de Inteligência da Marinha do Comando da Marinha do Ministério da Defesa; IV - Centro de Inteligência do Exército do Comando do Exército do Ministério da Defesa; V - Centro de Inteligência da Aeronáutica do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa; VI - Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda; VII - Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; VIII - Departamento de Polícia Federal do Ministério da Segurança Pública; IX - Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Segurança Pública; X - Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Segurança Pública; e XI - Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública”⁴.

Ainda que criado um pouco antes das eleições, já nos estertores do Governo Temer, tudo leva a crer que se tratou de desenhar a armadura para um Governo “amigo”, poupando-o do ônus de ter que aprovar superpoderes para o novo militar

3 https://pt.wikipedia.org/wiki/Secretaria_de_Governo_do_Brasil (acessado em 17/02/2019)

4 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9527.htm

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



O ministro da Justiça, Sérgio Moro, comanda uma inédita área de inteligência e informação

que ocuparia a pasta (no caso, o general Augusto Heleno). Não bastasse isso, voltamos a tal “linha” da MP 870 (em negrito, como parte do “artigo g”):

“g) na implementação de políticas e ações destinadas à ampliação das oportunidades de investimento e emprego e da infraestrutura pública; II - supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional”.

Tal linha seria estranha em princípio, pois claramente duplica as funções do GSI. Além disso, mais uma vez ela também condiz com a “formação” daquele que viria a ser o ocupante da SGBR, o General Carlos Alberto dos Santos Cruz. Do currículo do referido General, destaca-se uma passagem como Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos (que lidava com Infraestrutura, entre outras atribuições que justificariam a atual posição), a partir de 2013. Há também comandos em ações humanitárias/militares das missões de paz da ONU, como no Haiti e na República Democrática do Congo. Juntando esses dois pontos, podemos entender como estão se processando fatos recentes, que circulam em torno do problema da “guerra híbrida” que, do meu ponto de vista, ainda está em curso.

NOTÁVEL REVIRAVOLTA

Não há espaço aqui para retomar todo um conjunto de problemas que levaram os militares a se galvanizarem em torno da candidatura de Jair Bolsonaro. Mas, é possível afirmar com segurança que a cadeia de comando do Exército o liberou

para fazer campanha presidencial dentro dos quartéis desde fins de 2014, como atesta um vídeo de novembro de 2014 (<https://youtu.be/MW8ME9S87SI>). As cenas mostram o capitão falando para cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Como tive a oportunidade de falar em outras oportunidades⁵, houve uma reação militar em cadeia, que teve como ponto de partida a instalação de Comissão Nacional da Verdade (CNV), realizada por Dilma Rousseff em 2011. Não se tratou de uma reação à CNV em si, mas ao fato de Dilma ter ordenado uma espécie de “censura” a moções contra ela em Clubes Militares. Tal gesto colocava às claras - na visão militar - a ideia de que no fundo a CNV seria uma vingança pessoal de Dilma e seus ex-companheiros de luta contra a ditadura. A reação nos meios castrenses foi evidente, mas é preciso dizer: apenas isso não explica os movimentos militares dos últimos anos. Há algumas intersecções com questões bem mais complicadas, que vinham de períodos anteriores.

Desde a abertura política, a doutrina militar vinha sistematicamente criando

5 Por exemplo, em fala transcrita aqui: <https://duploexpresso.com/?p=100108>

É possível afirmar com segurança que a cadeia de comando do Exército liberou Bolsonaro para fazer campanha presidencial dentro dos quartéis desde fins de 2014

uma série de situações que produziram um “inimigo” identificado com um conjunto de interesses que se plasmava na tal “cobiça internacional pela Amazônia”. Isso era visto, sobretudo, por uma lente que identificava uma ação disfarçada das grandes potências por meio de ONGs, do ambientalismo, do movimento indígena, do MST, de parte da Igreja Católica, da ONU e de alguns partidos identificados com esses movimentos, entre eles o PT e, posteriormente, o PSOL. Não interessa a veracidade dessa proposição, mas o mecanismo por ela revelado, era essencialmente projetivo. Evidentemente, isso tudo possui ambiguidades: nem todos nas FFAA vão se fiar a uma leitura tão estreita; mas é notável que essas movimentações foram assumidas como sendo uma “disposição oficial” dos governos petistas. Houve desde deslocamentos de brigadas inteiras do Sul/Sudeste para a Amazônia até a mudança de datas e comemorações. Armou-se todo um novo repertório baseado, principalmente, na ideia de um “inimigo infiltrado”.

A CNV E AS TEORIAS NOS QUARTÉIS

Embora durante os anos Lula esses elementos tenham ficado em relativa estabilidade, no Governo Dilma I, a CNV praticamente pavimentava o caminho para tais formulações ganharem corpo. Nesse movimento, com a ideia de que a CNV seria um composto de (ex) comunistas querendo

Houve uma reação militar em cadeia que teve como ponto de partida a instalação de Comissão Nacional da Verdade. Na visão dos quartéis, a CNV seria uma vingança pessoal de Dilma e seus ex-companheiros de luta contra a ditadura

vingança, encontrou-se espaço para reativar a tese de um “novo comunismo internacional” que agora se materializava nesse esforço geral das “potências invasoras”, *vis-à-vis* a China, Rússia e suas ambições minerais e energéticas. O governo Dilma e seus aliados nos BRICS reavivariam, assim, uma espécie de comunismo 2.0, que estaria disposto a colocar a ordem internacional de ponta-cabeça, com o Brasil numa posição de “capacho sul-americano” da Rússia, sendo bancado pela China. A própria imprensa divulgou - e isso não passou batido pelos militares que serviam próximos ao gabinete presidencial ainda em 2010 - que haveria um grupo do PT associado a interesses chineses dentro do Planalto. (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0407201006.htm>).

Com o plano de trocas monetárias internacionais em *yuan* e a tendência de consórcios chineses ganharem corpo em nossa infraestrutura, especialmente na Amazônia (vide Belo Monte e os linhões da Eletrobras), é bem provável que uma luz vermelha tenha acendido entre os militares. E vamos lembrar: a partir de 2013 - um ano crítico, por exemplo, nas concessões do Pré-sal e na exploração de minério na Amazônia - Santos Cruz estava na Secretaria de Assuntos Estratégicos olhando para esse possível elo.

O ponto é que aí temos um certo mosaico de como setores militares foram formando uma bricolagem que está desembocando

no atual estado das coisas. Não por acaso, isso ocorre ao mesmo tempo em que há um giro na política externa nos EUA da Era Trump, com foco em isolar a China.

Para se ter uma ideia de como essas junções foram se emaranhando até ganhar corpo num processo de intensificação típico de um cenário de guerra, basta ver como a partir de 2017 há um conjunto de textos produzidos por militares em que eles oferecem a “teoria nativa” de uma “guerra híbrida no Brasil”⁶. Ali fica claro haver uma reviravolta, para não dizer inversão, na qual se coloca que a

⁶ Para tanto, consultar a série de artigos publicados sob a rubrica “Guerra Híbrida Brasil” no site <http://www.defesanet.com.br/>.

Para vários militares, o governo Dilma e seus aliados nos BRICS reavivariam uma espécie de comunismo 2.0, que estaria disposto a colocar a ordem internacional de ponta-cabeça, com o Brasil numa posição de “capacho sul-americano” da Rússia e da China

esquerda, junto com ONGs, Igreja e ONU são responsáveis por ações que visariam desestabilizar o Estado Brasileiro - primeiro sob o Governo Temer e agora sob o Governo Bolsonaro.

Se num primeiro momento essa percepção se cristalizaria em torno de uma campanha petista, que chegou a incluir Guilherme Boulos e Sônia Guajajara do PSOL, para por meio de Lula produzir um “ataque híbrido” - especialmente a partir do momento em que se acionou a ONU e organismos internacionais - agora as últimas movimentações do general Augusto Heleno não deixaram dúvidas sobre a reprodução dessa velha parafernália⁷: haveria novamente uma associação entre ONGs, esquerda e movimentos sociais, especialmente indígenas, para produzir um furo em nossa soberania na Amazônia, travestido de questão humanitária (bem sabe-se como se deram as missões humanitárias, e aí os generais parecem comentar com um certo “lugar de fala”). Qualquer coincidência com as pressões realizadas sobre a Venezuela, bem na fronteira da “principal dor de cabeça” - a área Yanomami da Raposa Terra do Sol - não é mera coincidência, ainda mais quando se discute o que seria uma “ajuda humanitária” para o país.

BALÃO DE ENSAIO

Creio que essa questão levantada sobre a Amazônia é um balão de ensaio de como e onde podem chegar os decretos aqui discutidos. Sem querer entrar no mérito de um debate sobre ameaças à soberania da região, cabe chamar a atenção e questionar: por que essa querela já pacificada há anos (pelo menos desde que a costura de todo o problema das demarcações realizada por Nelson Jobim) volta à baila, agora sobre a nova roupagem da “guerra híbrida”? E mais, com uma notável reviravolta: de vítima (*impeachment*, etc), a esquerda passa a ser o principal fator de ataque por meio do que seria um sofisticado mecanismo de guerra ideológica.

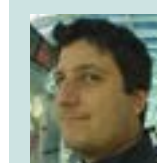
Como estamos vendo, essa noção bem

Uma noção bem particular de “ideologia” tornou-se mantra na cabeça do atual governo. Assim, não podemos esperar outra coisa que não uma possível radicalização dos aspectos “militares” do decreto de Temer

particular de ideologia, tornou-se mantra na cabeça do atual governo. Assim, não podemos esperar outra coisa a não ser uma possível radicalização dos aspectos militares do já mencionado decreto de Temer, espalhando suas características para as mais diversas áreas.

Insisto, o que estamos vendo é mais uma etapa de uma “guerra híbrida”, em que os ataques se consistem, sobretudo, na perturbação da cognição baseada na inversão constante de posições.

O “híbrido”, nesse aspecto, diz respeito ao permanente processo de imbricamento entre política, inimizade e ataques a setores democráticos.



Piero Leirner
antropólogo,
professor da
Universidade
Federal de São Carlos

⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/12/quem-cuida-da-amazonia-brasileira-e-o-brasil-diz-heleno-sobre-sinodo.htm>; ver também <http://www.defesanet.com.br/toa/noticia/32009/CORREDOR-TRIPLO-A-A-Nova-Ameaca-a-%E2%80%99CSOBERANIA-BRASILEIRANA-AMAZONIA%E2%80%99D/>

Chefes de Estado dos BRICS, na Austrália, em novembro de 2014: Vladimir Putin (Rússia), Narendra Modi (Índia), Dilma Rousseff (Brasil), Xi Jinping (Índia) e Jacob Zuma (África do Sul)

ROBERTO STUCKERT/ELHO/PR

Entrevista:
Christian Dunker



Bolsonaro é expressão de um

BRASIL

relegado,
excluído,
violentado
e ressentido

Gilberto Maringoni
Rodolfo Vianna

O psicanalista Christian Dunker vê o fenômeno Bolsonaro como resultante de uma série de dilemas e tensões não resolvidos na sociedade brasileira. Entre esses estão nosso abismo social e, paradoxalmente, a ascensão das camadas pobres nos anos lulistas. Segundo Dunker, “os padrões de consumo que antes se faziam como signo de identidade se viram vilipendiados”, e as classes médias tradicionais perderam padrões que as distinguiam dos de baixo”. Essa quebra, entre vários fatores, desatou o ódio como mediação social.

Dunker é professor titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, instituição na qual concluiu seu mestrado e doutorado. É autor, entre outros de Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros (Boitempo Editorial, 2015) e colunista de diversas publicações. Nesta entrevista, ele busca explicar os motivos da ascensão da extrema direita no Brasil.

O que aconteceu com o Brasil para o país sustentar, apoiar e se identificar com a candidatura de Jair Bolsonaro?

Christian Dunker Acredito que um primeiro motivo foi o deslocamento social agudo que o governo Lula e Dilma criaram. Você teve 46 milhões de pessoas que saíram da “ralé” e foram para a pobreza, ou que saíram da pobreza e foram para a classe média trabalhadora e ascendente. Nós costumamos pensar nisso como uma coisa boa, uma coisa interessante, e não como algo que traz novos sofrimentos específicos. Por exemplo: eu saí de uma condição e cheguei a outra, e isso foi um grande sacrifício, e que para mim tinha uma dimensão de promessa, uma dimensão de realização. E o

que acontece quando eu chego nessa nova posição? Eu encontro um outro universo de problemas, eu perco parte da minha identidade, porque eu sou um entre outros que estão começando a participar da universidade, das viagens, do mercado de consumo etc., e eu tenho que ajustar contas com o lugar de onde eu vim. Nem todos fizeram essa travessia. Então, vamos dizer assim, não é fácil crescer, não é fácil você fazer essa mudança e ela produz uma certa abertura para a insatisfação e o reentendimento do que foi esse processo.

Há um processo de negação da situação anterior?

Christian Dunker Bom, a negação é uma

forma de solução. Você pode dizer assim: bom, agora eu sou outra pessoa, não tenho mais compromisso, não tenho mais dívida simbólica então vamos em frente. Mas mesmo essa solução tem resíduos psíquicos, ela é indutora de sintomas. Você pode ter uma outra solução que é dizer assim: não, eu me sinto eternamente culpado... Eu já tive pacientes assim, que tinham dinheiro para comprar uma loja inteira mas não conseguiam se autorizar a comprar determinado bem porque cada vez que ele pegava no cartão de crédito ele lembrava da tia que estava numa situação empobrecida, que não tinha condições etc. Eu acredito que a gente subestimou esse processo, pois contabilizamos como um ganho – o que obviamente

foi – mas a gente não levou em conta que ele exigia mediações para um novo universo de conflitos. Correlativamente, este processo também afetou as classes médias, as classes médias altas, porque os padrões de consumo que antes se faziam como signo de identidade se viram vilipendiados...

Fatores de distinção social?

Christian Dunker Exatamente. Ao mesmo tempo, então, você tem do outro lado o incremento do temor do descenso. Se tem gente subindo, pode ser que eu me indiferencie, e aquela satisfação que eu tinha com a minha vida ela muda, porque agora eu preciso dar um novo passo, e esse passo não é fácil e eu começo a ser assediado pela

ideia de que eu vou perder, que eu já estou perdendo. Aquela satisfação pessoal, aquele prazer que eu tinha de viajar de avião e de gozar com os outros que não viajavam agora me foram tirados. E onde é que nós vamos parar com isso? Ou seja, esse processo ativou um duplo ressentimento social, que demandava mediações para elaborar essa nova situação. Bom, isso é um cenário. Junto com isso você teve a entrada de uma forma de nova linguagem, que é a linguagem digital, carregando consigo novos protocolos de enunciação, outras narrativas, reconfigurações de laços de comunidade e identificação, uma migração, vamos dizer assim, das identificações mais estáveis, mais comunitárias, para identificações li-

Você teve 46 milhões de pessoas que saíram da “ralé” e foram para a pobreza, ou que saíram da pobreza e foram para a classe média trabalhadora e ascendente. Nós costumamos pensar nisso como uma coisa boa, uma coisa interessante, e não como algo que traz novos sofrimentos específicos

gadas ao consumo, cada vez mais segmentadas. E também podemos dizer de comunidades ligadas à identidade, à gênero, à raça, que também se organizaram a partir desse instrumento. E o que novamente temos? Déficit de mediação. Principalmente a partir do momento em que grandes instituições que tradicionalmente coordenavam o debate, universidades e imprensa, se ausentam desse universo.

É isso que poderia explicar o sucesso de um tipo como Olavo de Carvalho, antes completamente marginal no debate nacional?

Christian Dunker Entre outras coisas. Quando você tem um debate sem mediação, vozes extremas começam a pesar mais, com segmentação e capilaridade, e a ideia de alguém que já vinha com uma comunidade alternativa de discurso consegue espaço que jamais conseguiria em outra situação. Ele (Olavo de Carvalho) tinha lá seus artigos, tinha um público que ele conseguiu trazer para o universo digital, ao contrário da ampla maioria das figuras universitárias, ou do establishment universitário, ou mesmo dos think tanks... esse processo foi muito mais lento para as instituições que faziam isso, e era de se esperar, e muito mais rápido para os aventureiros. Bom, este é o segundo fator indutor de uma transformação muito importante e meio errática, meio des governada. Isso está acontecendo com a entrada desta nova linguagem mas se você pega outro grande mediador de conflito, que é o universo jurídico, percebe que isso também está acontecendo, que passa, vamos dizer assim, a "ter partido", que passa a intervir cada vez mais em processos políticos, passa a ser um agente ativo. Independentemente de você achar que sim ou que não, ele é percebido como alguém que tem interesses.

E onde entra o ódio nesse cenário?

Christian Dunker Em certo sentido é um tipo de comunidade, cuja lógica é a de que o outro é o inimigo, e não adversário. Antes do ódio, acho importante refazer a ideia, nós estávamos no laço social que era basicamente organizado pelo medo e pela inveja, o que eu tentei descrever em meu livro sobre os condomínios (Mal-estar, sofrimento e sintoma). O medo do outro atrás do muro, o medo da periferia, o medo daquilo que você se isolou e não sabe mais

Temos o medo do outro atrás do muro, o medo da periferia, o medo daquilo que você se isolou e não sabe mais como funciona, das "classes perigosas", do menor infrator. Não importa a origem do seu dinheiro, o que importa é que você consiga se exibir, você consiga fazer rituais de humilhação, você consiga desrespeitar. Quando saio do meu condomínio e encontro uma pessoa que eu não consigo entender, o que eu posso fazer? Eu posso odiá-la

como funciona, das "classes perigosas", do menor infrator. Você tinha uma relação que era eu posso ser agressivo, eu posso ser violento porque "eu estou me defendendo". Do outro lado, é que uma parte desse medo estava baseado na atitude das elites de impingir inveja como a moeda de reconhecimento básico. Então não importa a origem do seu dinheiro, o que importa é que você consiga se exibir, você consiga fazer rituais de humilhação, você consiga desrespeitar. E essa máquina estava mais ou menos funcionando naquilo que eu chamei de "cultura de condomínio". Mas isso ruiu. Chegou em um momento que essa forma de vida deixou de ser um grande ideal de consumo para a classe média. O ano de 2013 é um marco para isso: vamos para a rua, nós queremos diversidade, nós queremos pluralidade... o medo chegou num ponto de exaustão. O ódio é produto e substitui esse outro funcionamento de afetos. Bom agora, vamos usar a alegoria: eu saí do meu condomínio e encontro uma pessoa que eu não consigo entender e ela me trata como? Ah, desse jeito! E o que eu posso fazer? Eu posso odiá-la. Por que? Porque a lógica é de que se essa pessoa não existisse, o mundo seria muito melhor. Então você parte para um outro tipo de política que é a democracia de exclusão, baseada no projeto de eliminação de alguma coisa.

Sempre existiram essas pessoas, ainda mais no Brasil, país da intensa desigualdade. Podemos crer que sua visibilidade maior, fruto de certa ascensão social, trouxe esse tipo de reação vinculada ao ódio?

Christian Dunker A visibilidade, sim, mas seria melhor chamar de uma nova ocupação de um espaço público, onde as redes sociais jogaram um papel. A gente pode discutir se elas são "privadas", se são "públicas"... elas são uma bagunça disso. E elas fizeram um papel de Ágora [assembleia grega] para esse processo.

O sr. acredita que o Bolsonaro é um grande intérprete do que resultou 2013?

Christian Dunker Ele é um sintoma terminal disso, "aquilo deu nisso". Você teve uma visibilidade maior de contradições, você teve um aumento da desigualdade social - porque você teve um primeiro momento que é o como lidar com o que deu certo, mas você teve um segundo momento

DIDA SAMPALDRE



que deu errado. Você teve um empobrecimento, crise econômica. Você teve um "volta para trás".

E isso se deu ainda dentro dos governos do PT, o degrau da queda foi durante 2015/2016...

Christian Dunker Isso, e daí você teve o ingrediente explosivo da passagem para o ódio. Aquela pessoa que nunca sonhou muito e que permanecia administrando seu sofrimento local, o que acontece quando você oferece para ela "a mais" e depois tira? O medo se converte em ódio.

A campanha do Bolsonaro não foi racional, foi sem debates e sem propostas. Foi uma campanha de sensações...

Christian Dunker Eu acrescentaria um qualificativo: foi uma campanha de projeção. Por isso foi fundamental ele não aparecer, ele não falar, ele não ir a debates. Porque qualquer coisa que ele dissesse seria um sinal de realidade. E ele aproveitou o fato de que se projetava nele coisas que ele não tinha e que ele não era, coisas que ele não queria mas que eram a negação projetada de alguém que representava o "não-inimigo".

Viktor Orban, presidente da Hungria, em sua primeira eleição, em 2010, não foi a nenhum debate, numa campanha muito parecida, mesmo sem as redes sociais. Não apresentou programa e nem nada...

Christian Dunker E o programa não importa, porque você faz o trabalho por ele.

Foi fundamental Bolsonaro não aparecer na campanha, não falar, não ir a debates. Ele aproveitou o fato de que se projetavam nele coisas que ele não tinha e que ele não era. O programa não importa, porque você faz o trabalho por ele. Quanto menos ele diz, mais ele coloca seu apoiador para trabalhar...

Quanto menos ele diz, mais ele coloca seu apoiador para trabalhar...

Mas é um tipo de campanha, em termos sociais, fragmentária, disruptiva. Ela coesiona a sociedade?

Christian Dunker É uma coesão de novo tipo, altamente potente. Um blogueiro que tem 3 milhões de curtidas num texto, ele produziu uma coesão para aquele fim. Mudou o fim, a coesão se desfaz. Mas ela é brutal quando está acontecendo.

Com um discurso de combate ao que seriam as ideologias, Bolsonaro faz um dos governos fortemente ideológico. Com o discurso de união do país, faz uma campanha de violência e segregação, construindo inimigos. Com o discurso do nacionalismo faz um governo muito pouco nacionalista e de alinhamento automático aos EUA. Quanto que essa lógica da inversão funciona na construção do "mito"?

Christian Dunker Aí tem duas operações muito eficazes. A primeira foi a produção de um vocabulário discriminativo. Mesmo falando pouco, era repetido "ideologia", "isso que está aí", "marxismo cultural" - que é uma coisa inventada! - mas é o vocabulário que foi dando coesão a esse novo agrupamento político, e isso acho importante ressaltar, um novo agrupamento político que foi brutalmente empurrado para a política. Quando você entra nas redes sociais, tem que falar alguma coisa. Para um cara desarmado, ele chegou e ofereceu "olha, pode escolher: ideologia,



marxismo cultural, os vermelhos...” E assim produziu um vocabulário que permitiu às pessoas terem uma opinião. E isso é um ponto crucial para essas pessoas existirem, “bom, agora eu sei falar nesse novo mundo”. O segundo ponto é que se aproveitou admiravelmente do que a gente chama de um argumento retórico-reflexivo. Que é assim: o que vocês escutam das feministas? Ah, que a gente enquanto mulher está sofrendo, está excluída e quer ter os nossos direitos atendidos... Bom, se ela pode dizer isso, você também pode. Ou seja, você pode dizer que é machista, que defende a sua identidade... não tenha culpa nem vergonha disso e vamos fazer política assim: você é feminista, e eu sou machista. Você defende a causa negra, eu defendo a causa branca. Você defende a causa dos pobres eu defendo a causa dos ricos. Você defende a causa católica, eu defendo a crença do meu Cristo atrás da arma. Isso liberou o inferno.

O sr. acredita que o ressentimento social e a sensação de frustração foram impulsos pró-Bolsonaro na campanha?

Christian Dunker Certamente. Essa foi

uma eleição decidida pela instrumentalização do ressentimento.

Existe alguma surpresa no fato de Bolsonaro ter sido eleito depois de 13 anos de governos petistas?

Christian Dunker Eu acho isso muito compreensível. A gente achou que haveria 13 anos de reformas numa direção e que ninguém ia falar nada? Que não haveria um contra-golpe? A História não funciona assim nunca. Uma marcha progressiva de avanços, de inclusão, de ampliação de direitos... para padrões brasileiros tivemos avanços muito significativos. Em 13 anos nós corremos muito.

Bolsonaro expressa um certo Brasil?

Christian Dunker Ele é expressão do Brasil que foi relegado, que foi excluído, objeto de violência e segregação não tratada... um Brasil onde o Estado se omitiu, naquelas áreas em que o Estado deu W.O. Quando você vai construindo um Estado que não chega onde deve chegar, a igreja neopentecostal chega, a violência chega, o tráfico chega, a milícia chega... e eles ganham voz.

“ Ela pode dizer que é feminista e você pode dizer que é machista, que defende a sua identidade... não tenha culpa nem vergonha disso e vamos fazer política assim. Você defende a causa negra, eu defendo a causa branca. Você defende a causa dos pobres eu a dos ricos. Você defende a causa católica, eu defendo a crença do meu Cristo atrás da arma. Isso liberou o inferno ”



Reforma da Previdência: a vez do cada um por si!

A disputa em torno das mudanças nas regras das aposentadorias esconde uma dinâmica perversa: a Previdência deixa de ser um direito público, solidário e universal e um mecanismo de distribuição de renda. Em seu lugar, entra o regime de capitalização, uma espécie de poupança individual, sem garantia alguma de que, na velhice, o trabalhador terá o suficiente para sobreviver

Rosa Maria Marques

Trinta e um anos depois da promulgação da chamada Constituição Cidadã, que balanço podemos fazer dos direitos previdenciários da população brasileira definidos na Carta? Se o movimento democrático que encerrou o período da ditadura militar foi coroado de avanços nesse campo, estendendo benefícios aos

trabalhadores rurais, adotando o piso de um salário mínimo e introduzindo cálculo do valor da aposentadoria mais favorável aos segurados, entre outros, os anos que se seguiram foram de constantes ataques à Previdência Social.

Lembremos que, mesmo antes da promulgação do texto constitucional, o então presidente, José Sarney, em mensagem televisiva “alertou” a todos que os novos

direitos sociais, neles incluídos os previdenciários, iriam levar a uma situação explosiva das finanças públicas.

DUAS DÉCADAS DE REFORMAS

De lá para cá, ocorreram duas reformas previdenciárias, a de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1999) e a de Lula (2003) e, como uma constante, ao longo dos 31 anos, houve vários ajustes alterando as condi-

ções de acesso e valores de benefícios.

A reforma de FHC centrou-se no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), introduzindo um redutor do valor do benefício em função da expectativa de sobrevida do segurado no momento da aposentadoria (o chamado fator previdenciário) e a cobrança de uma contribuição sobre os benefícios (uma exrecência em termos previdenciários).

Já Lula dirigiu a reforma para os servidores públicos, implantando um teto para o valor do benefício (no lugar do valor correspondente ao salário da ativa) e introduzindo idade mínima para o requerimento da aposentadoria. Vale lembrar que os aspectos tratados na reforma de Lula foram exatamente aqueles que FHC não conseguir aprovar em 1999. Nessa última fase, contaram com o apoio do Partido dos Trabalhadores.

Mais recentemente, em dezembro de 2016, Michel Temer encaminhou para avaliação do Congresso Nacional proposta que tentava aproximar o RGPS do regime dos servidores, bem como tratar de maneira igual os trabalhadores rurais e urbanos, os homens e as mulheres. Essa “harmonização” entre os regimes e entre as clientelas e gêneros seria feita basicamente mediante os critérios de idade e de tempo de contribuição, alterando subs-

Esta é a primeira vez que o regime de capitalização é encampado por um presidente da República. A lógica é a mesma que levou à implantação do teto do gasto do governo federal por vinte anos

tancialmente o valor do benefício a ser pago. Dada a reação enfrentada junto à população em geral, aos movimentos sociais e mesmo entre os deputados, a proposta inicial foi modificada pela comissão da Câmara e acabou não sendo apresentada ao plenário.

Eis que, com a vitória de Jair Bolsonaro à presidência da República, novamente a reforma previdenciária está em pauta. A proposta elaborada pelo executivo foi encaminhada para a apreciação no Congresso Nacional em 20/02/2019. Além dos aspectos que são retomados e aprofundados da proposta de Temer, tal como a definição de idade, a elevação do tempo mínimo de contribuição e a redução do valor da aposentadoria, chama atenção a desindexação do piso dos benefícios ao salário mínimo e a introdução de um regime de capitalização.

Qualquer desses aspectos mereceria reflexão sobre quais seriam as consequências para os trabalhadores. Sem menosprezar os demais, vamos aqui tratar de apenas um: o regime de capitalização, dada que a adoção implica não só uma mudança qualitativa nos fundamentos da proteção social do país, como na relação do Estado com os cidadãos e as famílias, pois pensa estruturar a sociedade unicamente a partir do indivíduo.

O QUE ESTÁ EM JOGO NA DISCUSSÃO ATUAL

Não é a primeira vez que o regime de capitalização é proposto no Brasil. É, isso sim, a primeira vez que essa proposta é claramente encampada por um presidente da República. Em meados dos anos 1990, entre as mais de vinte propostas em discussão sobre a reformulação da Previdência Social, havia aquelas considerando que a proteção social era responsabilidade individual do cidadão.

Situadas no campo neoliberal, justificavam que, somente adotando um sistema privado e de capitalização, as pessoas teriam estímulo para melhorar o rendimento e, por consequência, aumentarem a capacidade de poupança, criando as bases necessárias para a sustentação financeira do desenvolvimento do país. Para os defensores, o financiamento deveria ser unicamente sustentado pelo trabalhador/indivíduo.

Dessa forma, seria eliminado - no entender dessa perspectiva - o desestímulo à contratação no mercado de trabalho, pois os encargos sociais seriam ou eliminados no todo ou sensivelmente diminuídos, o que permitira aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, aumentando as exportações. Além disso, como reconheciam que o mercado não é totalmente perfeito, de forma que alguns indivíduos são submetidos a situações de carência, admitiam a ação assistencial do Estado (MARQUES, BATICHI, MENDES, 2003). Como vimos, especialmente no governo Dilma Rousseff, parte dessa concepção acabou, por linhas tortas, sendo implantada: em 2014, 56 setores de atividade estavam desonerados das cotizações calculadas sobre a folha de salários. Nenhum efeito relevante sobre o nível das exportações do país foi observado.

Apesar da similitude, o centro da defesa pública da reforma previdenciária da equipe de Bolsonaro é outro, distanciando-se, em certa medida, daquela dos anos 1990. É o mesmo que levou à implantação do teto do gasto do governo federal por 20 anos: evitar o crescimento desmesurado da despesa, fruto do envelhecimento da população e da existência de supostos privilégios. Esse é o discurso dos que advogam a necessidade premente de realizar uma alteração substantiva na Previdência Social.

Mas estão enganados aqueles que atenam apenas para isso, muito embora seja

No regime de capitalização, as contribuições são depositadas em contas individuais que, ao serem aplicadas junto ao mercado financeiro, devem render juros, ou seja, são capitalizadas. No momento da aposentadoria, o valor acumulado ao longo dos anos é utilizado para prover uma renda mensal ao segurado. Não há nesse tipo de regime, nenhum tipo de solidariedade

de suma importância demonstrar que recursos haveria para financiá-la, caso fosse outro o tratamento com relação aos devedores da Previdência, fosse outra a política de renúncia fiscal, entre outros aspectos.

É importante perguntarmos, por exemplo, qual o motivo de, em meio à manutenção do novo regime fiscal, que congelou o gasto por vinte anos, estar-se propondo a introdução de um regime de capitalização para os novos segurados? Afinal, como sabido, isso resultará na diminuição do fluxo de entrada de recursos à atual Previdência Social, seja ela da clientela que for (dos trabalhadores do mercado formal, dos servidores públicos, dos militares, etc).

Vejamos as razões ocultas. Para isso, é importante se diferenciar o regime de capitalização do regime de repartição.

SOLIDARIEDADE E INDIVIDUALISMO

A Previdência Social brasileira é estruturada enquanto um regime de repartição, de maneira que os trabalhadores e servidores que hoje contribuem financiam ou pagam as aposentadorias e pensões atuais. É um regime solidário, construído com base num pacto entre as gerações. A geração que está trabalhando no mercado formal financia os trabalhadores do passado, hoje aposentados. Pode-se dizer, ainda, que há uma solidariedade vertical, pois os trabalhadores com maiores salários contribuem relativamente mais do que os de menor renda. Isso ocorre mesmo considerando-se a existência de uma alíquota máxima sujeita a teto (de R\$ 5.839,45 - para janeiro de 2019).

Isso porque, num regime de repartição, as contribuições obrigatórias pagas pelos trabalhadores e pelos empregadores são definidas como coletivas na sua natureza. Isso implica que não há correspondência direta ou imediata entre o esforço contributivo do trabalhador (o que ele paga ao longo da vida ativa) e o que ele irá receber quando, por exemplo, se aposentar. Há, portanto, uma solidariedade também entre membros de uma mesma geração.

A proteção organizada pelo Estado, da qual o RGPS é um exemplo, constitui um sistema de solidariedade coletiva. Para os críticos desse sistema, a não correspondência perfeita entre as contribuições e o benefício é motivo suficiente para demandar a substituição por qualquer outra



forma de poupança privada ou de seguro, que obedeçam às leis de mercado (MARQUES, EUZÉBY, 2005).

Esse é um dos principais argumentos utilizados junto a segmentos de renda mais alta da população para justificar a adoção de um regime de capitalização. Para os defensores, é irrelevante o fato de o regime de repartição constituir também um mecanismo de distribuição de renda, mesmo que realizado entre os próprios trabalhadores do mercado formal.

Já no regime de capitalização, as contribuições são depositadas em contas individuais que, ao serem aplicadas junto ao mercado financeiro, devem render juros, ou seja, são capitalizadas. No momento da aposentadoria, o valor acumulado ao longo dos anos é utilizado para prover uma renda mensal ao segurado. Quanto maiores forem as contribuições associadas ao trabalhador (dele e do empregador ou somente dele, tal como no Chile) e quanto mais render as aplicações, maior será o valor disponível para financiar a renda de aposentado. O contrário, também é verdadeiro. Não há, portanto, nesse tipo de regime, nenhum tipo de solidariedade.

Além disso, em regimes de capitalização “puros”, isto é, sem dispositivos que garantam a complementação necessária para que o segurado receba uma renda básica ou mínima, financiada pelo Estado, o segurado pode, ao fim da vida ativa, receber um valor absolutamente irrisório. Isso porque os regimes de capitalização geralmente definem a contribuição, mas não o benefício. Sobre este, reina a incerteza. Tudo irá depender (além do montante contribuído) da rentabilidade das aplicações em um horizonte de longo prazo. Rentabilidade que é fruto de mercado extremamente volátil e especulativo.

A instituição de um regime de capitalização pode ser combinada com a existência de uma aposentadoria de base, financiada mediante contribuições ou impostos, de modo que a renda derivada da capitalização constituiria um acréscimo ao valor de base. Não há indícios de que isso esteja sendo pensado pela equipe econômica do governo Bolsonaro. De qualquer forma, é bom lembrar que, na proposta do Banco Mundial dos anos 1990, a aposentadoria de base, de valores modestos, constituiria o primeiro pilar da proteção social por ele concebida. A renda derivada do regime de

capitalização o segundo pilar e a poupança individual o terceiro pilar.

AUMENTO DA POBREZA E DO DESAMPARO

Hoje, em pleno século XXI, sabemos que um dos resultados das reformas pre-

No regime de capitalização, não há dispositivos que garantam a complementação necessária para que o segurado receba uma renda básica ou mínima, financiada pelo Estado: ele pode, ao fim da vida ativa, receber um valor absolutamente irrisório

videnciárias realizadas na América Latina, (Chile, 1981; Peru, 1992; Argentina, 1994 - teve reversão para o público em 2007; Colômbia, 1993; Uruguai, 1996; Bolívia, 1998; México, 1997; El Salvador, 1998; Equador, 2001 e República Dominicana, 2003; Costa Rica, 2003, sistema misto; Nicarágua, 2004, sistema misto) foi o aumento da pobreza e do desamparo de parcela importante dos idosos desses países.

Além de ter sido um desastre em termos sociais, principalmente levando em conta o nível de desigualdade de renda existente nos países da América Latina, é preciso lembrar que há um “custo de transição” de um regime para outro e isso também acontece no caso de ele ser misto. Parece no mínimo contraditório propor mudanças que diminuam o fluxo de ingresso de receitas, mantendo-se o gasto contínuo dos atuais aposentados e segurados, quando o governo abraça ferreamente a continuidade do teto do gasto. Quem irá pagar a conta?

Frente a isso, cabe nos perguntarmos o que, de fato, está por trás da proposta de implantação de um regime de capitalização no Brasil?

INDIVIDUALISMO E MERITOCRACIA: O “NOVO” PRINCÍPIO

Deixemos de lado o largo interesse do setor financeiro, nacional e internacional na introdução de um regime de capitalização no Brasil. Isso é por demais evidente. O que queremos chamar atenção é para o fato de os fundamentos desse regime se coadunarem perfeitamente com os valores defendidos pelos ministros que constituem o grupo ideológico de apoio do governo Bolsonaro, a saber, os ministros da Educação, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e das Relações Exteriores. E, evidentemente, estarem de acordo com o pensamento de Olavo de Carvalho.

A sociedade brasileira é profundamente marcada pelo seu passado escravocrata, pelo patriarcado, pelo conservadorismo e pela naturalização do convívio com elevados níveis de desigualdade em todos os planos: de renda, de patrimônio, de acesso aos bens e serviços públicos, etc.

Ao lado disso, há uma forte aceitação do princípio da meritocracia, isto é, o entendimento de que são o esforço e dedicação de cada um que determinam sua inserção na sociedade, seja no mercado de trabalho, seja no mercado de consu-

mo, e até mesmo na determinação das relações pessoais.

Não foi por acaso que, medidas de “inclusão social”, especialmente desenvolvidas nos governos Lula e Dilma, tais como o Programa Bolsa Família, a política de cotas e de bolsas nas Universidades públicas, mas também a valorização do salário mínimo, receberam rejeição acentuada de setores da chamada classe média da sociedade, mas não ficou a ela restrita.

O regime de capitalização, ao negar qualquer tipo de solidariedade - intergeracional ou entre níveis de renda do trabalho - reforça a ideia de que é o indivíduo o responsável por seu destino. Este - se estudar para se qualificar e trabalhar com afinco - terá formado, ao final da vida ativa, montante suficiente para que tenha uma renda de aposentadoria adequada. Enfim, o mérito associado ao indivíduo é que é entendido como a pedra basilar da construção da sociedade.

Nessa perspectiva, a solidariedade, principalmente quando voltada para os setores de mais baixa renda e poucos inseridos nos mecanismos que possibilitam a adequada integração à sociedade brasileira, é vista como algo que desestimula a busca pela melhora individual, tornando-se, portanto, um peso para a sociedade.

No lugar da solidariedade, um dos princípios do novo governo é enaltecer o individualismo e a meritocracia, reforçando um dos piores aspectos de nossa sociedade. É o vale tudo. É o cada um por si. Lutar contra isso é mais do que uma questão situada no campo previdenciário, é lutar pela construção de uma sociedade mais justa, na qual os desvalidos tenham direitos garantidos.

TIPOS DE REGIME PREVIDENCIÁRIO

Regime de repartição: as contribuições são recolhidas a um fundo único e esse é usado para financiar as aposentadorias e pensões. Por isso, diz-se que tem como característica principal a solidariedade entre as gerações, pois os segurados de hoje financiam os trabalhadores de ontem, que estão aposentados. As previdências públicas são, em geral, organizadas com base no regime de repartição.

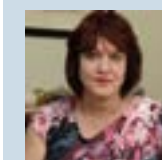
Regime de capitalização: as contribuições atinentes a um trabalhador são dirigidas a uma conta individual e os recursos capitalizados ao longo do tempo financiam a aposentadoria futura. É como se fosse uma poupança individual, mas as aplicações não são definidas pelo trabalhador e sim pela administradora que controlar a conta.



REFERÊNCIAS

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquilas. Previdência Social Brasileira: um balanço da reforma FHC. São Paulo em Perspectiva, vol.17 nº1. São Paulo, Fundação Seade, Jan./Mar. 2003.

MARQUES, Rosa Maria, EUZÉBY, Alain. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. Nova Economia, vol. 15, nº 3. Belo Horizonte, Setembro./Dezembro 2005.



Rosa Maria Marques é economista, professora titular da PUCSP

O crime da Vale

a (in)justiça socioambiental e o relógio do fim do mundo: uma abordagem ecossocialista

O nome do ocorrido em Brumadinho é crime! A empresa aumenta seus lucros no mercado financeiro, tem atuação predatória e relaxa nas medidas de segurança física e ambiental. Privatizada nos anos 1990, a Vale tem como marca uma relação promíscua com o Estado brasileiro, financiando campanhas e fazendo intensa campanha de lobby por menos fiscalizações por parte do poder público. Nessa lógica, não existe fatalidade

João Alfredo Telles Melo
Carlos Bittencourt

No mesmo dia do arrombamento da barragem da Vale, na mina do Feijão, em Brumadinho (MG), uma notícia no jornal El País passou quase despercebida do grande público (por razões óbvias; o evento em Minas foi e continua sendo uma tragédia inominável). O título da matéria era “Dois minutos para o fim do mundo”, e tinha como subtítulo: “Boletim de Cientistas Atômicos adverte que ‘estamos jogando roleta russa com a humanidade’”. Ali, se falava do chamado “Relógio do Apocalipse”, que mostra – a partir da conjuntura socioambiental planetária (aquecimen-

to global, instabilidade política, risco de guerra nuclear, desinformação etc.) – o tempo que nos resta até a meia-noite, ou seja, o fim do mundo¹.

É evidente que o fim do mundo não será um evento único, imediato e de dimensões globais. A atual escala da exploração das pessoas e da natureza tomou uma forma tão destrutiva que, em períodos cada vez mais constantes e próximos, se produzem incontáveis fins do mundo. Colapsos de modos de vida, inviabilização de sistemas ecológicos, hídricos, climáticos e extinção de espécies, superpopulação de

1 Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/ciencia/1548172912_976395.html

pessoas precarizadas, refugiados climáticos, explosão do número de mortes violentas, enormes volumes de lixo, inclusive radioativo, químico, tóxico são alguns dos ingredientes dessas receitas. O fim do mundo é a dinâmica sinérgica de muitos fins do mundo, sob a batuta do sistema produtor de mercadorias.

TEMPO E ESPAÇO

O rompimento das barragens da mina de Fundão, em Mariana, e da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, são exemplos desses fins do mundo, em muitos sentidos. Tanto para a destruição da vida de pessoas e comunidades, plantas e animais, como pela ruína do rio Doce e do rio

Paraopeba. E também pelo seu encadeamento no tempo (três anos, dois meses e vinte dias) e no espaço (120 quilômetros separam Brumadinho de Mariana). Dois eventos consecutivos, na mesma região, com a mesma mineradora.

Os economistas defensores do sistema, a mídia dominante e, especialmente, os donos de capital, omitem que, acoplada à lógica produtiva do capital, há uma dinâmica destrutiva muitas vezes igual ou maior do que a produtiva. Essa omissão é bem apropriada à dinâmica de maximização dos lucros, pois se a dimensão destrutiva pudesse ser calculada e introduzida em custos, muitas vezes esses seriam superiores aos possíveis ganhos econômicos. A escala e o ritmo assumidos pelo capitalismo, especialmente a partir da década de 1950, agigantaram a capacidade produtiva/destrutiva da humanidade. As evidências parecem se acumular de que a ação humana vem incrustando na Terra marcas tão profundas que inauguram uma nova época geológica, o Antropoceno².

Avaliando alguns dados podemos ter noção desse gigantismo. A produção mundial de soja saltou de 93,1 milhões de toneladas em 1985, para 156,5 milhões em 1998 e atingindo 281,7 milhões em 2014. A produção mundial diária de petróleo em 2017 foi de cerca de 15,5 bilhões de litros ou 97,4 milhões de barris, multiplicou-se por cinco, haja vista que na década de 60 era de cerca de 3,2 bilhões de litros ou 22,1 milhões de barris³. Em 2000, a produção mundial de minério de ferro bruto era de 1,08 bilhões de toneladas e atingiu 3,29 bilhões de toneladas em 2015. Todas essas são atividades essencialmente materiais, de imenso impacto sobre a terra, o subsolo e os territórios; o crescimento em volume é também o aumento de sua vastidão espacial pelo Globo, rumo às últimas fronteiras atrás das quais vivem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, povos de fundo de pasto, etc. e a partir das quais ainda se encontram biomas preservados.

Não é possível entender a tragédia humana inominável, o crime ambiental monstruoso sem partir dessas premissas.

2 Para Luiz Marques, na obra seminal “Capitalismo e Colapso Ambiental” (2015), no conceito de Antropoceno, “exprime-se a exorbitância das forças antrópicas em relação às demais forças que intervêm na moldagem do Sistema Terra” (p. 399).

3 O barril norte-americano tem **158,99 litros**.

A ERA DAS MEGAMINAS

No que diz respeito à mineração, o Brasil é pioneiro nesse salto de escala. A mina de Carajás, inaugurada em dezembro de 1985, é um marco na era das megaminas, que ultrapassam os cem milhões de toneladas por ano, e se conectam com o setor industrial a dezenas de milhares de quilômetros de distância⁴. Stephen Bunker diz mais. Afirma que o ganho de escala atingido a partir de Carajás está inserida na dinâmica de uma nova corrida por recursos naturais⁵ e é um dos passos fundamentais da chamada Globalização:

A escala e a distância da mina em relação aos centros industriais mundiais, bem como a escala dos veículos de transporte, embarcações e infraestrutura necessária para vencer essa distância de forma suficientemente barata para manter competitivo nos mercados internacionais o minério de ferro produzido, fazem da inauguração da mina de Carajás um dos maiores e mais significativos passos individuais e intensivos em capital dentre os milhares que já movimentaram a economia mundial em direção à globalização⁶.

É necessário falar uma vez mais sobre Carajás para se entender o que está se passando em Minas Gerais. O minério de ferro em Carajás tem um teor médio de 67% e o teor médio das minas Alegria, em Marina, é de 39,6%. Em termos genéricos, o percentual restante para se completar 100% em ambos os casos é a parte gerada de rejeitos. Ou seja, a cada 10 milhões de toneladas extraídas em Carajás 3,3 milhões de toneladas serão rejeitos, em Mariana 6,14 milhões serão rejeitos, mais lixo do que produto!

Os empreendimentos Minas Gerais, portanto, por possuírem as reservas mais vultosas, mas de menor qualidade, buscam uma melhor posição nesta “corrida por recursos” através da expansão da quantidade extraída em detrimento da qualidade e da segurança de suas operações.

A tabela 1 revela um dado assustador, as

4 Após a duplicação do Complexo Carajás, hoje o sistema logístico tem capacidade para transportar e embarcar até 230 milhões de toneladas por ano.

5 BUNKER, Stephen G.; CICCANTHELL, Paul S. **Globalization and the Race for Resources**. JHU Press, 2005.

6 BUNKER, S. Matéria, espaço, tempo e globalização. In: ALIMONDA, H (org.). **La Naturaleza Colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 127-135.

Mariana e Brumadinho são dois eventos consecutivos, na mesma região, com a mesma mineradora. Os economistas defensores do sistema, a mídia dominante e, especialmente, os donos de capital omitem que, acoplada à lógica produtiva do capital, há uma dinâmica destrutiva muitas vezes igual ou maior do que a produtiva. Essa omissão é bem apropriada à dinâmica de maximização dos lucros

Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
01/2016 até 12/2016	13.289.340.681	373.962.968.024
01/2015 até 12/2015	14.076.103.623	366.194.449.825
01/2014 até 12/2014	25.819.090.176	344.384.843.999
01/2013 até 12/2013	32.491.530.731	329.638.705.898
01/2012 até 12/2012	30.989.292.505	326.528.805.825

exportações de minério de ferro no período exatamente posterior à expansão dos preços das *commodities* - ou seja, a tabela apresenta uma queda significativa dos preços do ferro, entre 2012 e 2016. O que surpreende é que apesar da queda de mais de 50% no valor das exportações em dólares, o volume das exportações em toneladas cresceu em 14,5%. Esse aparente paradoxo da lei da oferta e da procura, qual seja, expandir a oferta no momento de retração da procura, está de acordo com o que Ruy Mauro Marini⁷ ressalta sobre a necessidade de a América Latina exportar uma massa de produtos cada vez maior, a um preço cada vez menor, como uma das condições para a expansão produtiva dos países industrializados.

Há dois agravantes ainda nessa dinâmica de aprofundamento da dependência econômica e geopolítica do país, que André Gunder Frank⁸ denomina como “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O domínio cada vez mais profundo do capital financeiro sobre a atividade mineradora, exige dela uma capacidade extrativa cada vez maior para remunerar acionistas e honrar contratos de mercado futuro. Pessoas que não pensam em minério, em lama, mas que investiram em ações ou compraram antecipadamente volumes de minérios para entregas futuras e querem ver seu investimento acrescido de lucro.

E é assim que se comporta a Vale, eleita em 2012 pelas ONGs Greenpeace e Declaração de Berna, como a pior empresa do mundo, por uma “história de 70 anos manchada por repetidas violações dos direitos humanos, condições desumanas de trabalho, pilhagem do patrimônio público e pela exploração cruel da natureza”⁹.

7 MARINI, R. M. *Dialética de la Dependencia*. Ciudad de México: Editorial Era, 1982.

8 FRANK, André Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. SINAL, 1968.

9 Cf. <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,vale-recebe-titulo-de-pior-empresa-do-mundo,100790e>

O domínio cada vez mais profundo do capital financeiro sobre a atividade mineradora, exige dela uma capacidade extrativa cada vez maior para remunerar acionistas e honrar contratos de mercado futuro. São pessoas que não pensam em minério, em lama, mas que investiram em ações ou compraram antecipadamente volumes de minérios para entregas futuras e querem ver seu investimento acrescido de lucro

A EMPRESA FINANCEIRIZADA

Em artigo publicado em fevereiro de 2019 no *Le Monde Diplomatique*, Luiz Gonzaga Belluzo e Fernando Sarti desvendam a lógica vinculada à dinâmica concorrencial das bolsas de valores (poderia se chamar de “competitividade espúria”¹⁰) que levou a empresa a diminuir os gastos em segurança do trabalho e proteção ambiental para elevar os dividendos dos seus acionistas¹¹. Trata-se, em suas palavras, de uma “estratégia corporativa financeirizada e de maximização do valor de seus acionistas (*shareholders*), em detrimento da sociedade e dos demais *stakeholders* (empregados, fornecedores, governo)”¹². Para não citar a infinidade de dados (importantíssimos) presentes naquela análise, três indicadores já seriam suficientes para confirmar a “irresponsabilidade organizada”¹³ da Vale:

1. “No período de 2008 a 2017, a Vale acumulou um **lucro** aproximado de US\$ 57 bilhões, apesar do estrondoso prejuízo de 2015 de US\$ 14 bilhões. Só no biênio 2016-2017 foram mais de US\$ 9 bilhões de lucro. No acumulado dos três primeiros trimestres de 2018, o lucro líquido atingiu US\$ 3 bilhões”;

2. “A empresa distribuiu em termos nominais US\$ 37,6 bilhões em **dividendos para seus acionistas**, majoritariamente na forma de juros sobre o capital próprio, no período 2008-2017, o que correspondeu a aproximadamente 66% do lucro líquido acumulado no período”;

3. “Os gastos em **‘pilhas e barragens de rejeitos’** foram reduzidos pela metade entre 2014 e 2017 (US\$ 474 milhões para US\$ 202 milhões). O mesmo ocorreu com

10 O termo foi utilizado por Henri Acselrad em seu artigo “Em Brumadinho como em Mariana... A ‘irresponsabilidade organizada’ e se refere à competitividade que se baseia na predação do patrimônio natural e social dos países exportadores (cf. <https://racismoambiental.net.br/2019/02/04/em-brumadinho-como-em-mariana-a-irresponsabilidade-organizada-por-henri-acselrad/>).

11 Segundo o mesmo artigo do *Diplomatique*, quase 50% dos acionistas são estrangeiros.

12 Veja em <https://diplomatique.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/>

13 O conceito é do sociólogo Ulrich Beck e se refere, como anotou Acselrad no artigo acima citado, à “submissão sistemática dos poderes públicos a interesses privados fortemente dependentes de tecnologias perigosas e intensivas em espaços e recursos naturais”.

os gastos em ‘saúde e segurança’ (US\$ 359 milhões para US\$ 207 milhões). Apenas os investimentos nas áreas ‘social e proteção ambiental’ mantiveram-se relativamente constantes no patamar de US\$ 250 milhões, apesar da terrível tragédia humana e ambiental do rompimento da barragem de Mariana em novembro de 2015”, nas palavras dos autores do artigo do *Le Monde Diplomatique*. Abra-se aqui um rápido parêntesis para aduzir que à “irresponsabilidade organizada” da empresa deve se somar a cumplicidade criminosa do Estado (mas, isso será objeto de análise adiante).

Essas informações coincidem inteiramente com a pesquisa de Michael Davies e Todd Martin¹⁴, que relacionam os colapsos de barragens de minério aos ciclos descendentes dos preços nos mercados de *commodities* minerais e a busca pela redução de custos através do desinvestimento em prevenção aos riscos e à segurança. Essa perspectiva foi aprofundada no excelente estudo dos pesquisadores do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)¹⁵.

14 DAVIES, Michael; MARTIN, Todd. Mining market cycles and tailings dam incidents. In: **13th International Conference on Tailings and Mine Waste, Banff, AB**, 2009.

15 ZONTA, M.; TROCATE, C. Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. **Marabá: Editorial iGuana**, 2016.

A mina de Carajás, inaugurada em dezembro de 1985, é um marco na era das megaminas, que ultrapassam os cem milhões de toneladas por ano, e se conectam com o setor industrial a dezenas de milhares de quilômetros de distância



CORPO DE BOMBEIROS DE SANTA CATARINA

O outro agravante diz respeito ao papel que o ferro ocupa no saldo da balança comercial brasileira e a visão, mais ou menos homogênea entre todos os governantes desde FHC, de que devemos ampliar o saldo comercial (cada vez mais dependente do setor mineral e agropecuário) para sanar o déficit da balança de pagamentos¹⁶.

TIRANDO O RIO DO NOME E DO MAPA

Diante desse cenário, vem à cabeça a metáfora, talvez inspirada no próprio linguajar mineiro, que mostra a mineração de ferro no Brasil como um trem cada vez mais veloz e de maior porte rumo ao precipício. A Vale que já foi do Rio Doce, privatizada a preço de banana¹⁷, comprada por bancos, fundos de pensão, tirou o Rio do Doce do nome e em seguida o tirou do mapa.

16 Registra o resultado de todas as transações (bens, serviços, transferências e fluxos de capital) entre um país e o resto do mundo.

17 A venda da Vale foi o caso mais escandaloso da chamada “Privataria Tucana” (expressão usada por Aloysio Biondi; cf. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Maior-escandalo-de-corruptao-da-Historia-do-Brasil-foi-a-privataria-tucana/4/31796>). A avaliação da empresa, então Companhia Vale do Rio Doce, em pouco mais de 3 bilhões foi escandalosamente baixa, não levando em conta o valor potencial das reservas de minério, que elevariam essa avaliação a um patamar de mais de 200 bilhões de reais (cf. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Crimes-ambientais-e-humanos-numa-empresa-privatizada/3/43063>)

Categorias que causaram conflito contra a ocupação e posse (2005-2017)

Categoria	Média Anual 2005-2014	%	Média Anual 2015-2017	%	Varição da Média Anual entre Períodos
1) Fazendeiros	284	40,90	362	39,10	27,50
2) Empresários	154	22,10	188	20,30	22,50
3) Grileiro	91	13,10	115	12,50	26,00
4) Madeireiro	26	3,70	60	6,50	130,10
5) Mineradora	21	3,00	71	7,70	238,00
6) Governo	71	10,20	68	7,30	-4
Outras Categorias	47	7,00	60	6,30	27,70

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração LEMTO/UFF

Numa visão panorâmica é possível identificar os sintomas negativos da especialização primário-exportadora para a soberania nacional. Perceber que o centro das tomadas de decisões sobre sua expansão são forâneos e seu raciocínio nada tem que ver com o bem-estar das maiorias sociais. Quando se aterrissa nos locais dos

empreendimentos, uma nova faceta, tão assustadora e violenta quanto a do trem veloz rumo ao precipício, vem à tona.

A indústria extrativa negocia, mercantiliza e especula com um recurso natural, não renovável e finito, um bem comum da humanidade. A atividade implica impactos sociais, territoriais, hídricos e

ecológicos gravíssimos, tanto como parte da extração mineral e do processamento primário, como por conta da estrutura logística necessária para a produção e o escoamento, sem esquecer tragédias ecológicas, como Mariana e Brumadinho. O ritmo crescente e insustentável de extração e o crescimento descontrolado dos investimentos em infraestrutura tornam o ciclo da mineração e siderurgia incongruente com o desenvolvimento efetivo dos territórios e das suas comunidades. Os dados produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em relação a conflitos contra ocupação e posse de terras demonstram uma forte elevação desses enfrentamentos em regiões nas quais estão envolvidas empresas mineradoras. Estas formam o setor em que conflitos no campo mais cresceram: 238%, em doze anos.

Há um *combo*, já vastamente estudado

na América Latina, que vem junto à chegada de empreendimentos minerários. Um projeto de mineração de ferro consome e/ou inviabiliza bilhões de litros de água, pois rebaixa os lençóis freáticos, capta enormes volumes líquidos e lança seus dejetos e rejeitos em corpos hídricos tanto de forma regular com as barragens, quanto criminosas¹⁸. As empresas capturam os poderes políticos, judiciários e administrativos em favor de seus interesses em todas as esferas, além de criminalizar

¹⁸ Em 2018, a mineradora norueguesa Hydro foi flagrada em Barcarena (PA), na maior usina de beneficiamento de bauxita do mundo, com túneis ilegais de transbordo de seus tanques de rejeitos para rios e córregos da região. O líder comunitário que denunciou a ilegalidade foi assassinado no mês seguinte. (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/lider-comunitario-que-denunciava-crimes-ambientais-em-barcarena-e-morto-a-tiros.ghtml>)

o protesto social, perseguir, espionar, agredir e matar lideranças comunitárias. A mineração chega enfeitando a quase todos, com suas promessas de emprego, renda e desenvolvimento, mas o que deixa concretamente nos territórios é um rastro de desolação.

IMPACTANTE E PERIGOSO

O que está em jogo, portanto, como tão bem constatou o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, é o modelo de mineração adotado no Brasil, que é, a um só tempo, extremamente impactante e perigoso, no qual o poder público foi completamente capturado pelo poder econômico¹⁹. Não há como compreender os crimes perpetrados pela Vale em Bento Rodrigues, em Mariana, e Córrego do Feijão, em Brumadinho, sem compreender a imbricada relação do setor de mineração com o Estado brasileiro.

¹⁹ Cf. <http://emdefesadosterritorios.org/nota-do-comite-em-defesa-dos-territorios-frente-a-mineracao/>

A Vale que já foi do Rio Doce, privatizada a preço de banana, comprada por bancos e fundos de pensão, tirou o Rio do Doce do nome e em seguida o tirou do mapa

Luiz Marques, aqui já citado por seu “Capitalismo e Colapso Ambiental”, à pag. 29, assegura que houve uma mudança no caráter do Estado capitalista contemporâneo: de representante das classes proprietárias (recordemos que, para Marx, o Estado é um comitê para gerir os interesses da burguesia), passou a ser, por meio de um processo de simbiose, um “Estado-corporação”. Nas palavras de Marques:

“Hoje, a tal ponto os Estados amalgamam-se física, política e financeiramente com as corporações, que começam a se borrar os limites entre eles, de modo que se torna por vezes impossível precisar onde termina o Estado e onde começa o grande capital corporativo”.

Para caracterizar o Estado-corporação, Luiz Marques apresenta alguns elementos importantes (e que são encontráveis, por óbvio, no segmento da mineração como um todo e na Vale, em especial): a participação dos bancos públicos na política de empréstimos subsidiados às grandes corporações²⁰, a participação dos próprios bancos públicos e dos fundos de pensão (de bancos e agências estatais) na composição acionária dessas empresas²¹ e a política tributária, de incentivos e isenções fiscais²².

Isso, sem esquecer, obviamente, a formação de poderosos *lobbies* parlamentares nas casas legislativas, o que garante, ainda segundo Marques, de uma forma geral, que, “para cada real ‘investido’ num candidato, as empresas obtêm R\$ 8,50 em contratos públicos” (p. 27). No caso da mineração, suas bancadas atuam mais para impedir o controle socioambiental sobre a atividade, garantindo-se, assim, o afrouxamento das regras sociais,

²⁰ Segundo o artigo aqui já citado de Belluzo e Sarti, “a empresa foi a quarta maior tomadora de empréstimos junto ao BNDES no período 2007-2018, mesmo não tendo tomado nenhum novo empréstimo no período mais recente de 2016-2018. No total, a Vale contratou empréstimos no montante de R\$ 22,5 bilhões (US\$ 11,2 bilhões)”.

²¹ No caso da Vale, estão, na composição acionária, tanto o BNDES (por meio do BNDESPar) e os fundos de pensão estatais, que se organizam sob a personalidade jurídica da Litel (cf. <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx>).

²² A Vale, além de todos os empréstimos subsidiados, ainda é beneficiária, há mais de 50 anos, da isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica para suas operações na Amazônia (<https://www.inesc.org.br/os-dejeitos-da-mineracao-no-brasil/>).



ambientais e trabalhistas²³.

Assim, esses lobbies funcionaram em casas legislativas da União (Câmara e Senado) e do Estado de Minas Gerais, para, logo após o enorme impacto social causado, há mais de três anos, pela tragédia criminosa de Mariana, impedir qualquer endurecimento tanto no que concerne à legislação ambiental, em especial, a parte do licenciamento, como no que concerne à Lei de Segurança de Barragens²⁴. Por último, mas, não menos importante,

23 Um bom exemplo disso, foi a atuação dessa bancada na votação do novo Código de Mineração: dos 27 (vinte e sete) titulares da comissão especial da Câmara dos Deputados, apenas 7 (sete) não haviam recebido doação das empresas minerárias para suas campanhas em 2014. Só a Vale doou (investiu, na verdade) R\$ 22.650.000,00 para 11 partidos, do PT ao PRB, passando pelo PSDB, PCdoB, DEM, dentre outros (<http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/Quem-e-Quem-eleiu%3%A7%C3%B5es-2014.pdf>). Se somarmos as doações para os próprios candidatos, a contribuição da Vale alcança a estratosférica quantia de quase 80 milhões de reais (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/01/30/r-79-mi-financiamento-da-vale-tornou-congresso-cumplice-de-tragedia.htm>)

24 Cf. <https://www.brasiledefato.com.br/2019/01/28/como-o-lobby-de-mineradoras-trava-projetos-de-interesse-publico-sobre-barragens/>

É possível identificar os sintomas negativos da especialização primário-exportadora para a soberania nacional. É necessário perceber que o centro das tomadas de decisões sobre a expansão são estrangeiros e que a estratégia nada tem a ver com o bem-estar das maiorias sociais

como um sinal desse acumplicamento, desse amálgama, temos o mecanismo das chamadas “portas giratórias”, quando dirigentes de agências estatais passam a ocupar cargos nas grandes corporações privadas e estas cedem, quando não é a mesma pessoa, quadros seus para os órgãos de serviço público responsáveis pelo controle e monitoramento da atividade. Assim também se deu com a Vale e a nova Agência Nacional de Mineração, que substituiu o DNPM²⁵.

Nesse sentido, é que se pode compreender porque o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais mudou, criminosamente, a regra para rebaixar o risco da barragem de Brumadinho²⁶, o que permitiu com que se simplificasse o processo de licenciamento ambiental; porque a composição do Conselho de Política Ambiental é majoritariamente de representantes do governo de Minas e das corporações; porque os órgãos de controle ambiental e minerário

25 Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/comando-de-agencia-de-mineracao-tem-ex-funcionario-da-vale-e-politicos-do-setor.shtml>

26 Cf. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2019/01/26/germano-vieira-norma-licenciamento-ambiental-barragem-brumadinho.htm>

se encontram completamente desaparelhados para dar conta de sua missão de licenciar, fiscalizar e monitorar os grandes empreendimentos ambientais²⁷, dentre tantas outras barbaridades dessa verdadeira “irresponsabilidade organizada”.

NÃO PODE FICAR IMPUNE

A peça que o destino pregou, às custas de uma terrível chacina de centenas de vidas humanas e de um ecocídio sobre o qual ainda não podemos mensurar sua

27 A notícia veiculada recorrentemente de que a Agência Nacional de Mineração, responsável pela fiscalização das barragens, tem apenas 35 fiscais capacitados para atuar junto às quase 800 barragens de rejeitos de minérios é um verdadeiro escândalo, pois demonstra que, na verdade, o Estado não tem intenção alguma de garantir a segurança das barragens e, especialmente, das vidas humanas e do meio ambiente (https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/01/30/interna_nacional,1026017/pais-tem- apenas-35-fiscais-de-barragem-de-mineracao.shtml).

dimensão (e que não podem ficar impunemente)²⁸, é que essa coleção de crimes humanos e ambientais, perpetrados pela Vale e com a cumplicidade de parlamentares e gestores públicos federais e estaduais de vários partidos, se dá nos primeiros dias de um governo que se elegeu prometendo “destravar” os “empecilhos ambientais” ao desenvolvimento, acabar com a “indústria de multas”, “flexibilizar” o licenciamento ambiental, ou seja, apresentando um programa claramente anti-ambiental de desmonte legal e administrativo, que não dialoga minimamente com o tempo presente, de uma profunda

28 Houvesse justiça - e rigor - na apuração das responsabilidades da reincidente Vale, sobre ela poderia recair a pena do Art. 24 da Lei de Crimes Ambientais, a saber: “a pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nessa Lei terá decretada a liquidação forçada, o patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional”.

e acelerada crise socioambiental planetária. A trágica ironia se estende ao fato de que o ministro do meio ambiente, que, recentemente, desdenhou da trajetória e do legado de Chico Mendes, foi condenado judicialmente por alterar mapas de áreas protegidas para atender a demandas de mineradoras.

O fato é que Mariana e Brumadinho colocam em xeque um modelo de desenvolvimento extrativista, produtor de *commodities* com pouco valor agregado, completamente insustentável e injusto do ponto de vista social, humano e ambiental, e agora com reincidência criminosa inominável. Não se trata somente de pugnar pela reestatização da Vale, sob controle social (o que é muito importante), nem somente de resistir ao desmonte da legislação e da gestão pública ambiental do país (que também importa muito); se trata, em última análise, de romper com essa lógica de acumulação predatória e debater uma transição para um novo modelo e um novo modo de produção que valorize as populações tradicionais e seus modos de vida, os bens comuns ambientais, como as águas e as florestas, e que reconcilie a humanidade consigo mesmo e com a natureza.

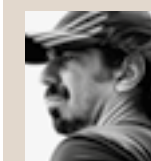


A indústria extrativa negocia, mercantiliza e especula com um recurso natural não renovável e finito, um bem comum da humanidade. A atividade implica impactos sociais, territoriais, hídricos e ecológicos gravíssimos, tanto como parte da extração mineral e do processamento primário, como por conta da estrutura logística necessária para a produção e o escoamento, sem esquecer tragédias ecocidas



João Alfredo Telles Melo é advogado, membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas

Populares (RENAP), professor de Direito Ambiental, doutorando pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (PRODEMA/UFC), ex-deputado federal, estadual e vereador. Membro do Setorial Ecosocialista Paulo Piramba do PSOL



Carlos Bittencourt é pesquisador, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDA/UFRJ), membro do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração e da Direção Nacional do PSOL

Segurança e violência no projeto Moro:

a defesa do Estado policial como política social

RSINSTITUIE

O “pacote anticrime” do ministro Sérgio Moro busca legitimar execuções policiais. Isso não se constitui em mero equívoco ou ilegalidade menor. Trata-se de tentativa de institucionalização de uma política genocida dirigida ao extermínio de pessoas negras e pobres de favelas e periferias, que hoje já ocorre de forma cotidiana, ainda que fora da lei. Agora se pretende transformá-la em política de Estado

Luciana Boiteux

Escrevo este texto no final de fevereiro, pouco depois de treze pessoas serem mortas por policiais militares em operação na comunidade Fallet-Fogueteiro, no centro do Rio de Janeiro¹. As fotos da casa onde foram executados os supostos criminosos são chocantes: mostram uma parede de ladrilhos brancos cobertos de sangue. Enquanto os moradores denunciaram o caso como chacina, afirmando que a polícia chegou atirando pelas costas, a PM alega-

va troca de tiros e confronto, ou seja, que teriam atirado em *legítima defesa*.

Não se sabe ainda como será registrada a ocorrência. Pela repercussão pública, pode haver uma investigação mais profunda. Tradicionalmente, no Rio de Janeiro, esse tipo de ação policial é catalogada como “auto de resistência”, algo denominado nos registros oficiais como “homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial”. Trata-se de um eufemismo que define uma ação policial legitimada de antemão. Provavelmente, o destino será o arquivamento.

Vivemos em um país extremamente violento, que tem um dos maiores índices de

homicídios do mundo, sendo ainda mais destacados os números de São Paulo e Rio de Janeiro. Este último foi recentemente objeto de intervenção militar na segurança, decretado pelo Governo Temer. Segundo o Observatório da Intervenção, durante o período no qual as Forças Armadas ficaram à frente da segurança, entre fevereiro e dezembro de 2018, ocorreram 1.375 mortes por ação de agentes do Estado, números 33,6% maiores do que os contabilizados em 2017 no mesmo período².

² <http://observatorioidaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>; <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/policia-que-mata-policia-que-morre.ghtml>

ATIRAR “NA CABECINHA”

Eleito governador do estado do Rio de Janeiro de forma surpreendente, o ex-juiz Wilson Witzel (PSC), baseou a campanha eleitoral em propostas de aumento do poder da polícia, prometendo “abater” pessoas armadas com fuzis nas favelas com tiros na “cabecinha”. O aliado de Jair Bolsonaro tem se deixado fotografar em visitas ao quartel do Batalhão de Operações Policiais da PM (BOPE) fazendo flexões e corridas matinais ao lado de policiais militares. Tal posição leniente com a violência policial já rendeu um aumento da série histórica de mortes violentas no Estado: só no primeiro mês do novo governo, aliados de Jair Bolsonaro, agentes do Estado já mataram 160 pessoas, um crescimento de 82% em relação ao mês anterior, dezembro de 2018. É o segundo maior número de mortes para o primeiro mês do ano desde que se iniciou a série histórica em 1998. Tais números ainda nem incluem as mortes ocorridas em fevereiro no Fallet, já mencionadas³.

³ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/02/22/policia-do-rio-matou-160-pessoas-em-janeiro-2-maior-patamar-para-o-mes-desde-98.htm>; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/entenda-o-plano-do-governador-do-rj-de-abater-bandidos-com-armas-pesadas.shtml>

Vivemos em um país extremamente violento, que tem um dos maiores índices de homicídios do mundo, sendo ainda mais destacados os números de São Paulo e Rio de Janeiro. Este último foi recentemente objeto de intervenção militar na segurança, decretado pelo Governo Temer. Durante o período no qual as Forças Armadas ficaram à frente da segurança, ocorreram 1.375 mortes por ação de agentes do Estado, números 33,6% maiores do que os contabilizados no mesmo período de 2017

A pergunta a ser feita diante dessa realidade é: como o sistema legal trata essas ocorrências e qual é a base para conceder, sem limites, esse poder de matar à polícia, ao legitimar execuções extrajudiciais? A concessão de maior imunidade ao policial, como pretende o atual Ministro Sérgio Moro, no projeto “anticrime”, tem condições de transformar a realidade violenta e garantir a segurança pública?

Formalmente, pela lei, em caso de morte violenta por causas não naturais, instaura-se um inquérito para investigação de crime de homicídio e apuração de autoria e circunstâncias. A política de garantir imunidade ao policial quando este executa quem considera “bandido” rompe com a lógica da lei e da Constituição de tutela da vida e do controle da violência. Instaura-se a legalização da barbárie, pois permite a chancela estatal de uma execução extrajudicial como estratégia de segurança pública.

Tal lógica repressiva e autoritária se reflete, na prática, em casos que envolvem mortes causadas por policiais em serviço, quando o registro de ocorrência adota uma denominação diferenciada de “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”. Isso já determina um procedimento alternativo, capaz de impedir investigação e levar ao arquivamento o mais rápido possível.

PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cabe aqui destacar o papel do Ministério Público, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial. Segundo a Constituição (Art. 129, parágrafo. 4º) este é o titular da ação penal, que tem a autoridade para denunciar crimes e responsabilizar policiais por abusos e atuações fora da lei. Por outro lado, cabe aos juízes, nesse momento processual, acatar ou não o pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público, ou receber a denúncia oferecida por este, caso tenha sido constatada a ocorrência de crime.

Bruno Manso e Renato Sérgio Lima, autores de *Narrativas em Disputa: segurança pública, polícia e violência no Brasil*, comentam que “a ideologia do ‘bandido bom é bandido morto’, muitas vezes [é] reforçada pelo Ministério Público e Judiciário quando estes não condenam os padrões policiais de uso da força no Brasil como

anômalos e inaceitáveis”⁴. Se temos o Ministério Público, o Judiciário e o governador incentivando esse tipo de iniciativa, a tendência será aumentar ainda mais a prática, já naturalizada.

LICENÇA PARA MATAR

Infelizmente, o que temos hoje no sistema penal é a chancela oficial pela completa imunidade concedida, mesmo sem base legal ou constitucional, a policiais que executam “bandidos”, sem dar-lhes direito a um julgamento justo. O método é atirar, é a lógica da guerra sem limites humanitários, o objetivo não é prender suspeitos, mas executar “inimigos”.

Em caso ocorrido há alguns anos, quando se investigava a morte de um conhecido traficante de nome Matemático, chamou a atenção o despacho do juiz acatando a opinião ministerial, louvando a eficácia mortífera dos heróis da polícia no confronto com “bandidos” e arquivando o caso reconhecendo a *legítima defesa* (a pedido do Ministério Público), diante de elementos fortemente armados que teriam resistido à ação policial. Depois se descobriu que o suspeito procurado fugia de carro e foi alvejado por meio de tiros de fuzil dados do alto de um helicóptero da polícia civil do Rio de Janeiro⁵. A legítima defesa, nesse caso, não se sustentava em evidências, mas na afirmação dos policiais.

Apesar de vendida como uma solução para a violência e a criminalidade, a lógica do enfrentamento e das execuções de suspeitos em favelas e periferias não logrou atingir os resultados esperados. Ainda segundo Manso e Lima, “as mortes decorrentes de intervenções policiais já são a segunda causa de assassinatos em todo o Brasil, ultrapassando os feminicídios (946) e os latrocínios (2.447).”

Não obstante, o senso comum tende a considerar que a melhor estratégia de combate à violência é a repressão policial e o enfrentamento armado em territórios

4 MANSO, Bruno, LIMA, Renato Sérgio. “Os Desafios dos candidatos na segurança pública”. In: LIMA (Org.) *Narrativas em Disputa: segurança pública, polícia e violência no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 103.

5 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/tj-rj-arquiva-pela-2-vez-inquerito-sobre-morte-de-trafficante-matematico.html>; <http://www.cyberpolicia.com.br/artigos/artigos/501-uma-sentenca-para-ser-lida-a-morte-do-trafficante-matematico>

Eleito governador do estado do Rio de Janeiro de forma surpreendente, o ex-juiz Wilson Witzel (PSC), baseou a campanha em propostas de aumento do poder da polícia, prometendo “abater” pessoas armadas com fuzis nas favelas com tiros na “cabecinha”. Um resultado imediato: só no primeiro mês do novo governo, agentes do Estado já mataram 160 pessoas, um crescimento de 82% em relação ao mês anterior

periféricos e pobres, sendo essa reação legitimada por uma maioria da população que, movida pelo medo, falta de informação e alguma manipulação, apoia o mote “bandido bom é bandido morto”.

DEFESA DA VIOLÊNCIA

Nesse cenário, chama a atenção, nas eleições de 2018, não somente a ascensão de Jair Bolsonaro, cuja trajetória política é vinculada às corporações militares e às milícias formadas por policiais, que sempre teve posições de defesa de ações violentas praticadas por agentes da lei, mas também a quantidade de militares, policiais e delegados eleitos para a Câmara Federal. De 19 na legislatura anterior, há agora 28 deputados⁶. Os pronunciamentos do presidente eleito e de boa parte do Congresso Nacional vão na linha de defesa da criação de mecanismos de “proteção” de policiais “que impeçam a punição ou responsabilização”.

Sem dúvida, essa formulação de políticas ditas de segurança pública, deve ser situada na lógica de manutenção e reforço da dominação e controle das classes subalternas, baseadas não mais somente na criminalização da pobreza, que sempre se deu pelo investimento em encarceramento de corpos descartáveis em penitenciárias. A isso, agrega-se a adoção de políticas classistas e racistas de extermínio autorizado pelo sistema.

A ascensão do chamado Estado Penal nos países centrais por meio de uma onda punitiva, apontada por Loic Wacquant⁷ como uma resposta ao crescimento da insegurança social e não à insegurança criminal, reverbera na América Latina e países periféricos. Aqui, nota-se uma intensidade ainda maior, que envolve a autorização para matar como método.

Tudo isso para dizer que o “pacote anticrime” do ministro Sérgio Moro, que traz diversas propostas de alteração da lei penal com o objetivo de dar-lhe maior rigor, em especial nos casos de crimes de corrupção, segue a linha contrária em relação à responsabilização de agentes da lei por

6 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/numero-de-medicos-e-professores-cai-na-camara-militares-e-religiosos-sobem.shtml>

7 WACQUANT, Loïc. *A política punitiva da marginalidade: revisitando a fusão entre workfare e prisonfare*. Revista EPOS; Rio de Janeiro – RJ; Vol. 3, no 1, janeiro-junho de 2012.



PILAR OLIVARES/REUTERS

crimes violentos praticados no cumprimento da função. Esse, aliás, é o foco do ex-juiz, responsável pela condenação de Lula, que lhe valeu a indicação ao cargo de ministro da Justiça do maior adversário do ex-presidente. Enquanto, por um lado, o projeto enviado ao Congresso reduz as hipóteses de prescrição e o acesso a recursos defensivos, propõe a criminalização do caixa dois, ampliando o Estado punitivo. Há uma clara ampliação legal dos limites do uso da violência por particulares e agentes públicos, limitando a atuação formal do sistema penal para estes.

DEFESA EM CASOS DE FEMINICÍDIO

Aqui nos referimos à mudança no texto do Código Penal que trata das excludentes de ilicitude. Isso abrange estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal e no exercício regular de direito (Art. 23), por meio da redução e até mesmo isenção de penas nas hipóteses de abusos no direito de reagir, quando este for desproporcional, em face de perigo atual, de excesso de cumprimento do dever legal e na atuação em legítima defesa, quando a ação do agente decorrer de “escusável medo, surpresa e

violenta emoção”, dando tratamento menos repressivos aos casos de excesso.

Essa inovação se aplica a qualquer pessoa e poderá ser usada como defesa em casos de feminicídios, até mesmo para levar a absolvição de maridos e companheiros ciumentos, assim como a brigas de trânsito ou de torcidas e a reações desproporcionais de proprietários de terras em casos de “invasão”, que dificilmente serão punidos.

Para isso, foi proposta a alteração da redação do § 2º. do Art. 23 que autoriza o juiz a “reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso ocorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

Especificamente, para proteger os agentes de segurança em geral e garantir-lhes ainda maior imunidade do que têm hoje, foi prevista a inclusão de dois dispositivos específicos às hipóteses de legítima defesa. A alteração se dá pela inclusão de um parágrafo ao Art. 25 do Código Penal, passando-se a considerar outras hipóteses de legítima defesa somente para agentes policiais: “Observados os requisitos do *caput*, considera-se em legítima defesa: I - o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta

Qual é a base para conceder, sem limites, esse poder de matar à polícia, ao legitimar execuções extrajudiciais? A concessão de maior imunidade ao policial, como pretende o atual Ministro Sérgio Moro, no projeto “anticrime”, tem condições de transformar a realidade violenta e garantir a segurança pública?

Infelizmente, o que temos hoje no sistema penal é a chancela oficial pela completa imunidade concedida, mesmo sem base legal ou constitucional, a policiais que executam “bandidos”, sem dar-lhes direito a um julgamento justo. O método é atirar, é a lógica da guerra sem limites humanitários. O objetivo não é prender suspeitos, mas executar “inimigos”

e iminente agressão a direito seu ou de outrem; e II - o agente policial ou de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes”.

O resultado da aplicação prática de tais dispositivos, caso esse projeto de lei venha a ser aprovado no Congresso, será a oficialização da imunidade já garantida aos policiais que executam pessoas em favelas e periferias, o que poderá levar ao aumento das mortes.

É a lógica do medo e da sensação de insegurança que levam a população a legitimar tais execuções, incentivadas por manipulações midiáticas.

Contudo, apesar de as pessoas em geral terem medo de morrer vítima de “bandidos”, é mais provável, no Brasil, uma pessoa ser vítima de um tiro da polícia do que ser morto por um assaltante.

IMUNIDADE SELETIVA

Trata-se da previsão legal de um tipo de “legítima defesa presumida”, que já constava anteriormente do Art. 35, § 1º, do Código Penal de 1890, usada à época para beneficiar o proprietário que matava o ladrão noturno (mais classista impossível).

Tal proposta é inconstitucional por criar uma categoria de pessoas às quais se garante imunidade por crimes de homicídio apenas por serem agentes da lei. Tal visão viola a lógica e a racionalidade, pois espera-se de policiais e agentes de segurança que sejam melhor treinados e preparados no uso de armas de fogo em situações de confronto. Nessa perspectiva, esses funcionários públicos deveriam estar sujeitos a regras mais rígidas, pois são pagos e treinados pelo Estado para proteger vidas e não para executar pessoas.

O dispositivo que Moro pretende aprovar, além de inconstitucional, fere ainda normas internacionais de direitos humanos, como o Código das Nações Unidas de Conduta para Funcionários Encarregados de Cumprir a Lei, adotado pela Assembleia Geral em 17 de dezembro de 1979, que no Art. 3º. determina que “os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando tal se afigura estritamente necessário e na medida exigida para o cumprimento do seu dever”⁸.

8 <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev18.htm>

Nunca é demais lembrar também que uma política governamental de execuções policiais sumárias foi considerada caso grave de violação de direitos humanos pela Corte Interamericana que condenou o Brasil, em 2017, a adotar medidas de redução da violência policial e de lesões corporais e homicídios dela decorrentes. Examinava-se o caso das chacinas da Favela Nova Brasília, ocorridas em 1994-95. Expressamente, constou da sentença que o conceito de ‘oposição’ ou ‘resistência’ à ação policial deve ser abolido (cf. parágrafos 333 a 335 da sentença). Ou seja, o contrário do que se propõe agora.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO GENOCÍDIO

A prática institucional de legitimar execuções policiais que Sérgio Moro quer legalizar no projeto não constitui mero equívoco ou uma ilegalidade menor. Trata-se de tentativa de institucionalização de uma política genocida dirigida ao extermínio de pessoas negras e pobres de favelas e periferias, que hoje já ocorre de forma cotidiana (ainda que fora da lei). Agora se pretende transformá-la em política de Estado.

Essa proposição concomitante à apresentação de uma reforma da Previdência não se dá por acaso e evidencia exatamente a lógica denunciada por Wacquant: do casamento de uma política social (por meio da lógica neoliberal de redução de benefícios sociais que levará ao aumento da pobreza e a piora das condições de vida de grande parte da população) com uma política penal de encarceramento e de extermínio justamente da população pobre, precarizada e que já teve reduzidos direitos trabalhistas. Agora ela poderá se tornar alvo legalizado de políticas oficiais de extermínio, o que não pode ser tolerado ou naturalizado mais do que já se verifica hoje na prática das instituições penais e policiais aqui já ilustradas.



Luciana Boiteux é advogada, professora de Direito Penal e Criminologia da UFRJ, pesquisadora, feminista e militante dos direitos humanos



KATJANE/REBELS

O governo Bolsonaro, com retórica agressiva, incentiva o machismo na sociedade, o que resulta em mais brutalidade nas relações sociais. Como se não bastasse, o pacote anticrime de Sérgio Moro e a flexibilização da posse de armas podem aumentar a violência contra as mulheres

FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA SOCIAL

**Renata Souza
Camila Pires
Isabel Mansur
Rayanne Soares**

Pouco depois de tomar posse como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves anunciou uma “nova era” para o Brasil: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Se a afirmação da ministra foi uma metáfora, como disse, o significado está evidente. Homens e mulheres devem ter funções sociais preestabelecidas. Sendo assim, a igualdade universal entre as pessoas - fundamento primeiro dos direitos humanos e da concepção republicana de Estado -, é excluída de forma sistêmica na nova pasta.

No Brasil, mulheres são mortas barbaramente todos os dias. A maioria dos casos fatais é precedida por pesadas violências. Em 2016, segundo estudo feito pelo Instituto Sou da Paz, metade das mulheres mortas foram vítimas de arma de fogo.

Entre elas, 25% dentro das próprias casas. Absurdas e chocantes, essas sucessivas agressões e violências não se baseiam em qualquer característica natural ou biológica, mas em relações sociais de sexo (e gênero) que estão socialmente arraigadas no bipé dominação-subordinação.

Muitas violências contra as mulheres são toleradas. Da imposição de padrões de beleza como forma de aceitação social ao enquadramento na condição de mera reprodutora e do tratamento como objeto sexual, sujeita a maus-tratos e assédios à objetificação como propriedade privada de seus maridos. Nesse sentido, são naturalizadas as relações sociais que viram ao avesso a condição social de vítima: as mulheres são responsabilizadas por toda e qualquer agressão que as atinjam.

Somente em janeiro de 2019 tivemos 107 casos de feminicídio. Destes, 68 com consequências letais e 39 tentativas de homicídio. De acordo com o levantamento de Jefferson Nascimento, doutor em

No Brasil, mulheres são mortas barbaramente todos os dias. A maioria dos casos fatais é precedida por pesadas violências. Em 2016, 50% das mulheres mortas foram vítimas de arma de fogo. Entre elas, 25% dentro das próprias casas

Direito pela USP, há uma média de cinco ocorrências por dia em pelo menos 94 cidades, distribuídas em 21 estados. Um dos crimes mais bárbaros desse início de 2019 foi o homicídio de uma travesti em Campinas, que teve o coração arrancado. O Brasil também é o país que mais mata

Somente em janeiro de 2019 tivemos 107 casos de feminicídio. Destes, 68 com consequências letais e 39 tentativas de homicídio. Há uma média de cinco ocorrências por dia em pelo menos 94 cidades, distribuídas em 21 estados. Um dos crimes mais bárbaros do início de 2019 foi o homicídio de uma travesti em Campinas, que teve o coração arrancado. O Brasil também é o país que mais mata pessoas

trans no mundo. São 162 casos de assassinato somente em 2018. O discurso de ódio incentiva essas mortes, e todas e todos que encarnam em seus corpos a diversidade são alvos.

MARIA DA PENHA: AVANÇOS E DESAFIOS

No Brasil, onde a violência contra a mulher é considerada uma questão de ordem privada e não da esfera pública, a Lei Maria da Penha é um marco fundamental para a garantia do direito à vida e integridade das mulheres. Trata-se do resultado de um amplo debate público envolvendo a sociedade e o movimento feminista. É uma lei penal acrescida, paralelamente, de políticas públicas especializadas em atendimento às mulheres. Significou um grande avanço no combate e na prevenção da violência contra a mulher.

No entanto, a subnotificação dos registros de denúncias aponta a existência de inúmeros desafios a serem superados na prevenção da violência contra a mulher. Um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em 2017, aponta que o endurecimento penal com o objetivo de conter a evolução de violações mais simples para crimes graves não foi eficiente. Segundo o estudo, mulheres em situação de violência demandam proteção e afastamento do agressor, sem perder de vista uma solução conciliadora e, por isso, rejeitam a solução penal.

As mulheres em situação de violência também esbarram na dimensão da dependência econômica. Elas permanecem subordinadas e reféns pela dependência material e pela total omissão do Estado em garantir políticas públicas que promovam autonomia. Entre o ano de 2016 e 2107, por exemplo, 23 abrigos foram fechados por cortes no orçamento, conforme apontou o relatório da ONG Human Rights Watch. Já a Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher informou que, no último levantamento em maio de 2018, o número das casas abrigo era de 77 em todo país. Nota-se que, mesmo antes dos fechamentos, a quantidade era insuficiente.

As iniciativas e instrumentos legais de combate à violência contra a mulher esbarram, portanto, na inexistência de alternativas concretas de proteção como o atendimento psicossocial humanizado, no medo, no sentimento de vergonha e

na revitimização da mulher pelos agentes públicos. O machismo e a cultura patriarcal culpam a vítima da violência sexista. Assim, as instituições públicas, jurídicas e policiais se omitem na execução de medidas protetivas, impedindo que serviços de atendimento funcionem de forma eficaz.

A lógica predominantemente punitivista como diretriz da aplicação da Lei Maria da Penha, não é suficiente para conter o feminicídio. É preciso avançar com o comprometimento do Estado em políticas públicas de gênero. Políticas que eduquem para a desconstrução dos valores da cultura patriarcal, legitimadora da violência e da discriminação da mulher. Por meio do ambiente escolar, mas também em outros espaços mais amplos como campanhas publicitárias públicas, poderia se promover o debate envolvendo toda a sociedade, encarando a violência contra a mulher como um problema social e a prevenção no domínio do interesse público.

FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE DE ARMAS

Na contramão desses acúmulos, o governo Bolsonaro nomeou uma equipe ministerial que reforça os estereótipos de gênero. Vai adiante, aprofundando a desigualdade e a violência sexista. Por exemplo, encara o debate sobre a violência contra a mulher nas escolas públicas como ideologia de gênero. Além disso, nomeou Sérgio Moro como ministro da Justiça e Segurança Pública, que apresentou um pacote que altera o Código Penal sobre a legítima defesa. Na prática, essa alteração na lei pode acarretar que, se uma mulher for assassinada durante uma “briga de casal”, pode haver a alegação do excesso em razão de “violenta emoção”. Abre-se, portanto, um precedente para absolvição sumária do assassino, o que significa um enorme retrocesso do ponto de vista penal.

Outro contrassenso do governo Bolsonaro é a flexibilização da posse de armas. Ora, se já somos o quinto país em mortes violentas de mulheres no mundo, liderando o ranking mundial de feminicídio na ONU, que atinge na maioria as negras, a política é um atentado à vida das mulheres.

Em 2016, a cada 24 horas, seis mulheres foram assassinadas por arma de fogo no país. Destas, 560 foram assassinadas dentro de casa. São dados da pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, já citada



neste artigo. Duas em cada três vítimas foram mortas dentro da própria casa entre 2016 e 2017, segundo pesquisa de 2018 do Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo. A referida pesquisa também evidenciou que 85% dos agressores tinham relações de intimidade com as vítimas, ou seja, foram maridos, namorados, companheiros.

Na pesquisa “Raio X do Feminicídio em São Paulo”, feita pelo Ministério Público do estado entre 2016 e 2017, também são apontados alguns indicadores importantes para entender o grave risco à vida das mulheres: entre os meios mais usados em feminicídios, a arma de fogo é o segundo, ficando atrás somente de objetos cortantes, faca, foice ou canivete.

Como aponta a antropóloga Débora Diniz, o argumento dos defensores da flexibilização da posse de armas é de que ajudaria na “defesa do patrimônio” privado e doméstico. Numa sociedade de valores patriarcais arraigados como a brasileira, é preciso entender, diz a antropóloga, que as mulheres ainda são tidas como objeto e território de posse. Nesse contexto, ela conclui, possuir armas de fogo é um objeto de desejo dos homens, o que evidencia que há gênero na política de armas, na medida em que a arma é um instrumento de poder.

Em outras palavras, flexibilizar a posse de armas vai aumentar o número de casos de feminicídio, sobretudo em ambiente doméstico, por dificultar que mulheres procurem assistência, além de assombrar

e vulnerabilizá-las, fazendo com que sintam-se intimidadas pelos parceiros e denunciem menos.

A NOVA DIREITA E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

A nova direita usa o debate de gênero para esconder o que não lhe interessa: a ideologia que está sendo reforçada, apesar

de velha e empoeirada, é a do machismo. Aumentando o controle e inviabilizando o debate, relega-se o sexismo e as tragédias à normalidade. Na família tradicional brasileira não há espaço para questionamentos, somente obediência e submissão.

Damares Alves apaziguou a gravidade dos tempos que estavam por vir na forma cômica de seu anúncio, tão disfarçado quanto grotesco. Não surpreende que, para efeito de políticas públicas, o ministério sequer apresente planos racionais para diminuição do número de feminicídios no país. A banalização do machismo é o velho-novo alicerce para agressão, desrespeito e assassinato de mulheres.

Caberá a nós garantir o controle sobre os nossos corpos e vidas. A nova era também anuncia as novas protagonistas: a linha de frente será, inevitavelmente, da força das mulheres.

No Brasil, onde a violência contra a mulher é considerada uma questão de ordem privada e não da esfera pública, a Lei Maria da Penha é um marco fundamental para a garantia do direito à vida e integridade das mulheres



Renata Souza é deputada estadual (PSOL-RJ) e pós-doutoranda em Comunicação Social pela UFF



Camila Pires (esq.), Isabel Mansur (centro) e Rayanne Soares (dir.) são da equipe de gênero da Mandata Renata Souza

Povos indígenas e a política do opressor

Sonia Guajajara em manifestação pelos direitos indígenas

A diretriz do governo Bolsonaro para os povos indígenas os considera como um obstáculo ao desenvolvimento. Na campanha, o então candidato da extrema direita prometeu não mais demarcar territórios. Trata-se de uma perigosa estratégia de eliminação dos diferentes

Sonia Guajajara

Baixou de vez o espírito de Domingos Jorge Velho no Palácio do Planalto: no primeiro ato à frente da presidência da República, Jair Bolsonaro publicou em edição extra do *Diário Oficial*, pouco depois da cerimônia de posse, a Medida Provisória (MP) 870. Entre outros tantos disparates, a MP transfere para o Ministério da Agricultura a função de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas (TIs). A atribuição cabia à Fundação Nacional do Índio (Funai), até então vinculada ao Ministério da Justiça e, hoje, sob as asas da pastora

Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Cabia àquela pasta mediar conflitos fundiários no campo, via Polícia Federal. Com essa transferência, estamos praticamente entregues à própria sorte. Não à toa, pelo menos seis terras indígenas foram invadidas desde o início do ano e várias lideranças estão ameaçadas de morte. E temos razões de sobra para acreditar que essas ações são orquestradas.

A LETRA DA CONSTITUIÇÃO

O direito constitucional às nossas terras é garantido pelo artigo 231 da Cons-

tituição, no qual se lê: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Mais adiante, está escrito: “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” e que “são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”. Cabe agora ao nosso maior adversário de hoje

zelar por ele. É a raposa tomando conta do galinheiro.

A bancada ruralista perdeu mais da metade da representação no Congresso nas últimas eleições, despencando de 245 para 117 senadores e deputados. Entretanto, a influência no Executivo, que já era enorme em governos passados, cres-

O direito constitucional às nossas terras é garantido pelo artigo 231 da Constituição, no qual se lê: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”

ceu igual erva daninha - como, aliás, era esperado depois da adesão entusiasmada do agronegócio à candidatura Bolsonaro.

A atual ministra da Agricultura, Tereza Cristina foi presidenta da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). Ela entregou a Bolsonaro, ainda no primeiro turno, uma carta de apoio da bancada com assinaturas de 236 políticos de 18 partidos. E não é só isso: ruralistas que não se reelegeram hoje ocupam postos estratégicos, como o ex-deputado Valdir Colatto, que agora chefia o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O órgão foi estranhamente transferido do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura. Também ex-presidente da FPA, Colatto, quando parlamentar, contribuiu às mudanças que desfiguraram o Projeto de Lei nº 3729/2004 (PL), que trata do licenciamento ambiental, deixando-o mais flexível, à imagem e semelhança dos interesses do agronegócio e do setor de mineração.

MINISTROS INVESTIGADOS

Antes de assumir, Bolsonaro também cogitou fundir o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura. Diante da gritaria geral, foi obrigado a recuar; mas colocou na pasta Ricardo Salles, indicado pelos ruralistas. O ministro nem disfarçou. Além de bloquear entidades ambientalistas no *twitter*, encontrou-se em janeiro com representantes da FPA. Em pauta, temas de interesse da entidade, como a votação do PL que flexibiliza o licenciamento ambiental.



REPRODUÇÃO

Não custa lembrar também que a ministra Damarens é cofundadora da ONG Atini, alvo de investigações do Ministério Público Federal (MPF) por delitos cometidos contra indígenas. A organização foi processada pela Justiça Federal de Rondônia por veicular um documentário sobre infanticídio indígena em que são mostradas imagens de crianças Karitiana, povo em que não existe tal costume. A Atini foi obrigada a tirar o vídeo do ar, a pedido do MPF do Distrito Federal. A própria Damarens é acusada de sequestrar crianças indígenas. Ela já manifestou a vontade de nos evangelizar. Um começo de ano em ritmo de blitzkrieg.

CINCO SÉCULOS DE RESISTÊNCIA

Vamos completar em abril 519 anos de resistência. Nesses mais de cinco séculos, nós, indígenas, enfrentamos toda sorte de ameaças. Desde que Cabral pisou nesta terra tentam nos submeter ou nos exterminar. Sempre fomos vistos como incômodo ou mercadoria. Quando não nos caçavam, fingiam que não existíamos.

Mesmo depois da chamada Independência, continuamos invisíveis para o Estado. Fomos ignorados pelo Brasil oficial por mais de 80 anos. As Constituições de 1824 e 1889 sequer citam a nossa existência. Somente em 1910, 20 anos depois da promulgação da República, foram criados os primeiros instrumentos jurídicos e administrativos federais para regulamentar

A bancada ruralista perdeu mais da metade da representação no Congresso nas últimas eleições, despencando de 245 para 117 senadores e deputados. Entretanto, a influência no Executivo, que já era enorme em governos passados, cresceu igual erva daninha

as relações do Estado brasileiro com os povos indígenas. Temos experiência de sobra quando se trata de desrespeito, preconceito e injustiça.

Por isso permanecemos em estado de alerta constante. Essa perspectiva histórica nos faz enxergar Bolsonaro apenas como uma etapa de um longo processo. Só mais um passo atrás. E o fato de ele não esconder as intenções, ajudou-nos a planejar com antecedência nossa estratégia de defesa. “Se eu assumir, índio não terá mais um centímetro de terra”, disse em fevereiro passado.

O presidente passa a impressão de que foi pego de surpresa pela vitória nas urnas. Isso está estampado no jeito de governar, como se ainda estivesse em campanha ou na oposição, ou se ainda fosse apenas um parlamentar. A falta de um projeto de país consistente salta aos olhos.

Em se tratando do desenvolvimento do país, até agora só foram apresentadas políticas predatórias, aparentemente improvisadas e totalmente anacrônicas. Essas ideais e ações são extremamente prejudiciais ao meio ambiente e aos interesses dos povos da floresta, e não levam em consideração o futuro do país e do próprio planeta - quando não são inconstitucionais. Isso porque as decisões parecem ter sido tomadas de forma impulsiva: os recuos, como a ideia de fundir os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, são fortes indícios. A ideia foi rechaçada pelos pró-

DEPOIMENTO

“O Brasil é do povo e não de um presidente alinhado com interesses de fora”



Francisco Piyako

“Nós indígenas brasileiros compomos um total de 305 povos diferentes e uma população estimada em um milhão de pessoas. Falamos 274 línguas e estamos distribuídos em 705 territórios. Há 96 referências a povos isolados e ainda não contatados. Esse é o levantamento disponibilizado pela Funai.

Diante desse quadro, como se comporta o governo Bolsonaro? Ele simplesmente ignora a discussão, a luta e as conquistas que nos legaram direito a terra, ao nosso modo de vida e às nossas crenças. Querem desconstruir tudo. Tentam desmontar a Funai, um órgão com experiência e profundo conhecimento sobre as questões indígenas. É um retrocesso de mais de cem anos.

O incrível é que mesmo no governo passado havia diálogo e reconhecimento dos territórios e da agenda indígena. Mas, nos últimos dois anos, o Congresso passou a questionar nossas conquistas, por meio da liberação da mineração em nossas terras. Eles não conseguem ver a responsabilidade do Estado na política indigenista.

Não é preciso inventar uma nova política indígena. Se o governo pegar o que já acumulamos nos debates dos últimos quarenta anos, vai saber o que fazer. Isso em todas as áreas: educação, cultura, saúde etc.

Há uma forte tensão nos territórios. Os inimigos dos índios agora se sentem empoderados e incentivados a invadir áreas que nos pertencem. Perdemos segurança sobre nossas vidas.

O movimento indígena sempre esteve articulado com universidades, com movimentos ambientalistas e de trabalhadores, com partidos políticos e com entidades nacionais e internacionais.

Temos que construir um grande movimento de resistência. O Brasil é do povo brasileiro e não de um presidente alinhado com interesses de fora.

Liderança indígena no Acre, ex-coordenador da OPIRJ (Organização dos Povos Indígenas do Juruá), foi Secretário dos Povos Indígenas do estado do Acre, assessor da presidência da FUNAI e coordenou o projeto de comunicação do Rede Povos da Floresta

prios ruralistas, que sabiam que a medida poderia gerar manifestações contrárias e até sanções econômicas mundiais.

BRAVATA E ÓCIO

Bolsonaro construiu sua imagem ao longo de 28 anos na Câmara Federal às custas de pouco trabalho efetivo e de muita bravata. As minorias sempre foram o alvo favorito. Poucos devem se lembrar que já no início da carreira parlamentar, ele dedicava o mandato a questionar e atacar explicitamente os direitos dos povos indígenas. Daí não ter baixado o tom do discurso.

Em 1992, logo no segundo ano na Câmara Federal, o deputado Bolsonaro, então filiado ao extinto Partido Democrata Cristão (PDC), apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 170, que visava revogar

a Portaria 580. Ela havia sido assinada no ano anterior por ninguém menos do que o insuspeito Jarbas Passarinho, então ministro da Justiça do presidente Fernando Collor e ex-ministro dos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo e, portanto, um dos principais artífices da ditadura.

Essa portaria declarava como posse permanente do povo Yanomami as terras que ocupavam na fronteira de Roraima com o Amazonas. O território daria origem, na década seguinte, à TI Raposa do Sol. O PDL foi arquivado, mas a obsessão de Bolsonaro permaneceu.

Não nos surpreendeu que ele tenha tentado investir contra aquela área antes mesmo de assumir. Em dezembro passado, ele revelou a intenção de rever a demarcação, com a justificativa de que “É a

área mais rica do mundo. Você tem como explorar de forma racional. E, no lado do índio, dando royalties e integrando o índio à sociedade”.

A declaração, além de anacrônica, é fantástica. Revela falta de conhecimento da Constituição, que garante aos indígenas os mesmos direitos e deveres de qualquer cidadão brasileiro; ou seja, já podemos nos integrar “à sociedade”, basta que queiramos. E não há nenhum estudo que comprove que a Raposa Serra do Sol seja o novo Eldorado, “a área mais rica do mundo”. Fora que a Constituição de 1988 até prevê a possibilidade de existir atividade mineradora em TIs, mas só depois de regulamentação específica pelo Congresso e consulta aos povos afetados. Nada disso saiu da gaveta.



Ação realizada pelo Grupo Especializado de Fiscalização (GEF) do Ibama em garimpos ilegais em terras indígenas no sul do Amazonas, maio de 2018

DIREITO DE SERMOS CONSULTADOS

O direito de sermos consultados é reiterado por tratados internacionais assinados pelo Brasil como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas.

Mais uma vez, Bolsonaro esbarrou na Lei e em nossa resistência. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, relator da ação que reconheceu os direitos dos indígenas sobre o território em 2009, diz que ela não pode ser revertida: “A decisão transitou em julgado. Foi uma decisão histórica. Para os índios, é direito adquirido”, disse ele ao jornal *O Globo*.

“Na década de 1980, garimpeiros atraídos pelo ouro, revelado pelo Projeto Radam, haviam contactado os ianomâmis. A garimpagem foi desastrosa. A caça desaparecera. Os peixes, o mercúrio os contaminou. Morreram 22% da população indígena, a maioria de gripe e malária. O Brasil era mundialmente acusado de praticar o genocídio dos ianomâmis.

“No governo João Figueiredo (1979-85), em 8 de janeiro de 1985, baseada em decreto de 1983, a Funai, subordinada ao ministro Mário Andreazza, criou o Parque Indígena Yanomami, com superfície de 9.419.108 hectares. Interditou-o e proibiu a presença de não-índios”, escreveu em artigo Jarbas Passarinho (*Correio Braziliense*, 25/3/2008). Ele assinou Portaria 580, justificando a decisão.

Os militares não caíam de amores por nós. Tratou-se de diplomacia e estratégia. O novo governo herdou 54 terras indígenas para demarcar. São processos já concluídos, que vão de 2007 e 2018. Hoje, há 129 processos em andamento e cerca de 120 mil pessoas vivem nesses territórios. A Constituição de 1988 dava um prazo de cinco anos após a promulgação para demarcação de todas as TIs do país. Portanto, o Estado está 25 anos atrasado.

NENHUMA GOTA A MAIS

Em janeiro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) lançou a campanha “Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”, com o objetivo de contestar a transferência do processo de demarcação para o Ministério da Agricultura.

Estamos indo à luta. A Apib e associações indígenas vêm acionando a Procura-

Vamos completar em abril 519 anos de resistência. Nesses mais de cinco séculos, nós, indígenas, enfrentamos toda sorte de ameaças. Desde que Cabral pisou nesta terra tentam nos submeter ou nos exterminar. Sempre fomos vistos como incômodo ou mercadoria



doria-Geral da República (PGR) em diversas regiões do país. O PSB levou ao STF uma ação contra a medida e a Advocacia-Geral da União (AGU), que defende o governo federal no Supremo, respondeu: “É importante destacar que a estrutura fundiária do Brasil é extremamente complexa, compreendendo unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas, áreas militares e divisões estaduais, correspondentes a, aproximadamente, 37% do território brasileiro, demarcadas sem nenhum planejamento estratégico, tendo como justificativas a pressão de diversos grupos sociais e políticos, nacionais e internacionais”.

Atrasar pode ser uma opção de estratégia. Se não houver uma pressão muito forte, Bolsonaro e os ruralistas podem se dar ao luxo de sentar nesses processos e fazerem vista grossa para as invasões e ameaças.

Nesse sentido, colocar a Funai nas mãos de Damares Alves pode significar apenas um tiro de misericórdia na instituição que, a bem da verdade, vem sendo sufocada há tempos. No fim do governo Temer, o orçamento correspondia somente a 14% do total das despesas mínimas; e em março do ano passado foram extintos de uma só vez, por decreto, 347 cargos comissionados.

Os cortes atingiram em cheio departamentos responsáveis pela análise de procedimentos de demarcação de TIs e de licenciamento ambiental. Também no ano passado, foi aprovado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o órgão e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que prevê o indiciamento de 67 pessoas, entre servidores, antropólogos, indígenas, procuradores da república e lideranças indígenas.

O cinquentenário, completado em 5 de dezembro de 2017, sequer foi comemorado. Isso não quer dizer, é claro, que desistimos da luta.



Sonia Guajajara é Líder indígena, graduada em Letras e em Enfermagem, especialista em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão. Foi candidata a vice-presidência da República pelo PSOL, em 2014

REPRODUÇÃO



EDUCAÇÃO SUPERIOR em tempos de extrema direita

Para além do folclore e das formulações regressivas do ministro da Educação, há um projeto bolsonarista para a Educação. Este inclui privatização, hierarquização e um ensino diferenciado para ricos e pobres. A educação superior ficará reservada a uma elite econômica que deverá ter a hegemonia na produção e transmissão do conhecimento

Antonio Gonçalves Filho

As políticas educacionais, nos diversos itinerários formativos, devem ter o potencial de criar condições para a emancipação de cada ser humano e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Para tanto, alguns princípios são indispensáveis para que a Educação alcance esse objetivo: deve ser pública, gratuita com fi-

nanciamento público, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Esse tem sido o “mantra” da militância do campo combativo e popular na defesa da educação.

Paulo Freire, patrono da educação no Brasil, elaborou o conceito de educação popular e pedagogia crítica que deve inspirar as nossas ações políticas para que não se perca a perspectiva de uma escola popular, inclusiva e emancipatória.

Ainda são inúmeros os desafios educacionais no Brasil. Chegaremos ao final do período estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024, sem atingir as metas, mesmo que recuadas, as quais os entes federados propuseram-se a cumprir. As garantias constitucionais têm sido continuamente desvirtuadas por meio de um processo acelerado de mercantilização da educação e da transferên-

cia do fundo público para a iniciativa privada, que se evidencia mais fortemente na educação superior.

CONTRAÇÃO E EXPANSÃO

As instituições de ensino superior (IES) públicas passaram por um processo de severos ataques e “avanços” contraditórios ao longo dos últimos anos. No governo FHC foram submetidas a um sucateamento perverso, ao mesmo tempo em que as instituições privadas expandiram-se exponencialmente, em muitos casos com incentivos financeiros governamentais. Ao final daquele período, a rede privada respondia por 75% das matrículas no ensino superior, contra 25% das entidades públicas.

No segundo período da era Lula, as IES públicas federais passaram por um processo de expansão significativo, por meio do programa Reuni, com ampliação do acesso e de políticas de permanência estudantil.

A expansão, entretanto, não foi capaz de promover mudanças estruturantes e ainda contribuiu para agravar a precarização do trabalho de docentes e técnicos. Ficou evidente naquele período uma contradição insuperável de um governo de conciliação de classes. Ao mesmo tempo em que se aumentava o investimento público nas IES públicas, foram ampliadas as transferências de recursos públicos para a iniciativa privada por meio de políticas como o FIES e o PROUNI. O Censo Educacional de 2016 demonstrou que, em uma década, as matrículas na rede privada expandiram-se 66,8% e a relação com a rede pública manteve-se a mesma do final da era FHC, 75% x 25%.

Em decorrência da crise estrutural do capitalismo mundial, que atingiu mais fortemente a economia brasileira, a partir de 2014, e à aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, logo no primeiro ano do governo Temer, foram realizados cortes profundos no orçamento federal para as IES, comprometendo sobremaneira as verbas de custeio e de capital. Obras paralisadas, fechamento de cursos, demissão de terceirizados, redução de bolsas de permanência, aumento da evasão estudantil e piora das condições de trabalho foram algumas das consequências trágicas para a educação superior.

Tal política também teve reflexos danosos em IES públicas estaduais e municipais, frente à evidente quebra do pacto

federativo que vem ocorrendo ao longo dos anos no Brasil.

Diante da omissão dos sucessivos governos no enfrentamento às questões fundamentais e que estruturam o capitalismo, como o sistema da dívida, as renúncias fiscais, a apropriação do fundo público pela iniciativa privada, as diversas formas de opressões como racismo, machismo, LGBTfobia e tantas outras, avança o projeto do capital para a educação.

FINANCIAMENTO E AUTONOMIA

A crise dos hospitais universitários, que deveria ser enfrentada com mais fi-

No governo FHC, as Universidades públicas foram submetidas a um sucateamento perverso, ao mesmo tempo em que as instituições privadas expandiram-se com incentivos financeiros governamentais. Ao final daquele período, a rede privada respondia por 75% das matrículas no ensino superior, contra 25% das instituições públicas

nanciamento público e autonomia para as instituições, tendo como parâmetro os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), serviu de desculpa para a implantação dos ditos “novos modelos de gestão” que, nesse caso, se expressa na criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), uma instituição pública de direito privado, que fere a autonomia universitária e foi inicialmente pensada para ser uma “sociedade anônima”.

Frente ao subfinanciamento crônico da Ciência, Tecnologia e Inovação públicas, aprovou-se, em 2016, o Marco da Ciência e Tecnologia que, por meio de um amplo amparo legal, inclusive com mudanças constitucionais, aponta as parcerias público-privadas como a solução para o problema.

Com a desresponsabilização do Estado e a transferência do financiamento para a iniciativa privada, a perspectiva é que sobrevivam apenas as linhas de pesquisa capazes de garantir patentes e taxas de lucratividade do mercado. Cabe ressaltar que atualmente as instituições públicas respondem por mais de 90% do conhecimento científico produzido no Brasil.

O ensino a distância (EaD) é outro campo que vem garantindo alta lucratividade do setor privado. Cursos de graduação são oferecidos inteiramente nessa modalidade, comprometendo a qualidade do ensino. Os cursos presenciais, a partir da portaria do Ministério da Educação nº 1428 de 2018, poderão ofertar até 40% das aulas a distância.

Segundo o Censo da Educação Superior do Inep, em 2017, foram registradas nas IES 8,2 milhões de matrículas; dessas, 1,7 milhão foi em cursos EaD, sendo 1,5 milhão no ensino privado e 165,5 mil no público, um aumento de mais de 11.000% (onze mil por cento!) se comparado a 2006. Do total de matrículas EaD, 743,4 mil foram em cursos de licenciatura (que formam professores), principalmente em Pedagogia. Uma formação docente precarizada tende a contribuir para a educação de uma classe trabalhadora alienada.

TRABALHO PRECARIZADO

O trabalho docente nas IES públicas tem sido precarizado com a ampliação da carga horária em sala de aula, o achatamento salarial ao longo dos anos, uma carreira desestruturada e com regras cada vez mais produtivistas para progressão

e promoção. Com a contrarreforma da Previdência de 2003, que impôs o fim da integralidade e da paridade entre ativos e aposentados no serviço público e criou as condições para a implementação do FUNPRESP, tem-se como perspectiva, principalmente para os novos docentes, uma aposentadoria submetida ao teto rebaixado do regime geral de Previdência Social, após longos anos de trabalho. O movimento docente combativo tem resistido até aqui à capitalização da aposentadoria proposta pelo FUNPRESP, que tem baixíssima adesão da categoria.

A luta de trabalhadores (as) e da juventude contra todos esses ataques tem sido cotidiana, porém sem a ascensão necessária para barrar as crescentes repressão e criminalização dos (as) militantes, incrementada pela lei antiterrorismo, promulgada em 2016, no governo Dilma.

Após essa brevíssima historicidade, constata-se que são enormes os desafios para a conquista de um projeto educacional de interesse da classe trabalhadora. Entretanto, a eleição de um governo de extrema direita mudou para pior a conjuntura que já nos era desfavorável e poderá agravar ainda mais as condições de vida do povo empobrecido do campo e das cidades.

REGRESSÃO DEMOCRÁTICA

O governo Bolsonaro se estrutura num projeto econômico neoliberal e numa pau-

No segundo período da era Lula, as IES públicas federais passaram por um processo de expansão significativo, por meio do programa Reuni, com ampliação do acesso e de políticas de permanência estudantil

ta regressiva nos costumes e repressiva no que tange às liberdades democráticas. A aprovação dessas pautas dependerá de uma base parlamentar ampla e coesa, que a despeito das trapalhadas nos dias iniciais do governo, poderá ser obtida por meio do conhecido método clientelista e patrimonialista, característico da democracia burguesa, sobretudo diante de uma composição congressual dentre as mais conservadoras da história republicana recente.

A educação é um foco prioritário desse governo, pelo potencial, quando desvirtuada, em contribuir no processo de reestruturação capitalista e também em promover mudanças culturais consideradas fundamentais pela base social conservadora que o apoia. O projeto Escola Sem Partido, que foi arquivado após uma intensa luta de entidades e movimentos ligados à educação, deverá retornar à pauta legislativa. Tal projeto, desconsiderando as reais necessidades educacionais, visa amordaçar os docentes e impor um clima beligerante no ambiente escolar para impedir a todo custo uma formação crítica e libertária.

A perspectiva, a depender da correlação de forças e da capacidade de organização e resistência da classe trabalhadora, é que retrocedamos à lógica do século XIX, com a hierarquização taylorista. Para a maioria da população será garantida uma educação instrumental, limitada a ler e realizar as operações aritméticas básicas.



Terceira Marcha pela Ciência, avenida Paulista, em 8 de outubro de 2018. O movimento busca denunciar os cortes de verbas sem precedentes nos setores de pesquisa acadêmica



A escrita poderá até ser dispensada, pois escrever pressupõe a expressão do pensamento de quem escreve, o que nessa concepção é completamente irrelevante. A uma parcela será permitida uma formação um pouco mais ampla, que seja suficiente para gerenciar os subalternizados.

A educação superior ficará reservada a uma elite econômica que deverá ter a hegemonia na produção e transmissão do conhecimento, mesmo que mínimo, pois ficará dependente cada vez mais dos países do capitalismo central.

A flexibilização das relações trabalhistas, típica da economia neoliberal, poderá ampliar a terceirização na contratação de servidores públicos, que perderiam o caráter assegurado hoje pelo Regime Jurídico Único (RJU). Surgiriam empresas prestadoras de serviços educacionais e se ampliaria a atuação de professores horistas.

As IES públicas vêm paulatinamente vendendo serviços para incrementar os orçamentos. Há amparo legal para a cobrança por cursos de pós-graduação *lato sensu* e o objetivo é ampliar essa prática para os cursos de mestrado e doutorado. A intenção é impor a cobrança de mensalidades também nos cursos de graduação nas IES públicas que, no cenário atual, 2/3 dos alunos não teriam condições de pagar, e aumentar as parcerias público-privadas tanto no ensino, quanto na pesquisa e inovação, estruturando a “universidade empresa” a partir do conceito de empreendedorismo.

PRIVATIZAÇÃO E MUDANÇAS NO ESTADO

Parece-nos que o processo de privatização que se pretende inicialmente é de modo não clássico, que se dá por dentro das estruturas institucionais, mas que possa criar condições inclusive para a privatização clássica, a venda de instituições educacionais públicas para a iniciativa privada. Com a finalidade de facilitar a implantação do projeto nas IES públicas,

Frente a tudo isso, a tarefa que está colocada para os partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e de juventudes combativos é a construção da mais ampla unidade de ação

o governo federal sinaliza com a mudança nos critérios, já tão antidemocráticos, para a escolha dos reitores, podendo transformá-los em cargos de confiança da Presidência da República.

O projeto, portanto, do atual governo federal profascista é uma reconfiguração do Estado nacional, com o desmonte de políticas públicas como educação e seguridade social (saúde, previdência e assistência sociais), a aceleração do processo de desindustrialização, a privatização de estatais estratégicas para o desenvolvimento do país como a Petrobras, tornando o Brasil cada vez mais dependente dos países imperialistas e do capitalismo central.

Frente a tudo isso, a tarefa que está colocada para os partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e de juventudes combativos é a construção da mais ampla unidade de ação, que seja capaz de derrotar todas as políticas que retiram direitos e criminalizam os (as) lutadores (as), e que possa contribuir no processo de reorganização da classe trabalhadora.



Antonio Gonçalves Filho é médico especializado em urologia, professor de Medicina na

Universidade Federal do Maranhão e presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)

UNE a jovem velha senhora

Fundada em 1938, durante as lutas contra o Estado Novo, a União Nacional dos Estudantes esteve à frente de todas as grandes campanhas democráticas da História do Brasil, desde então. Embora exista uma miríade de agrupamentos em seu interior, há uma tendência à convergência em alguns pontos essenciais: o combate ao autoritarismo, a defesa da democracia e dos direitos sociais, a denúncia da violência contra a juventude negra, pobre e feminina e a não criminalização dos movimentos sociais. O PSOL tem uma participação intensa tanto na entidade quanto nessas jornadas

Daniella Cambaúva

Quarenta anos separam dois encontros emblemáticos da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Salvador. Disputas, a

derrota da ditadura, derrotas, conquistas e um golpe conservador aproximam 1979 e 2019, mais do que se esperava, após três décadas de democracia.

No 31º Congresso, o da Reconstrução,

compareceram um presidente da UNE recém-chegado do exílio e uma cadeira vazia por Honestino Guimarães, líder do movimento estudantil, preso e desaparecido pela ditadura. Já a 11ª edição da Bial

dos Estudantes e o 15º Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) aconteceram entre 6 e 10 de fevereiro, também na capital baiana, com a existência de um político exilado, Jean Willys. A denúncia de que o desaparecimento, sobretudo de pretos e pobres, não terminou com o fim do Regime Militar e a iminência de perseguição política segue viva.

Jair Bolsonaro, dias antes da eleição, declarava que “marginais vermelhos” tinham duas opções: “ou vão para fora, ou vão para a cadeia”, entre outras ameaças. Para o movimento estudantil, a hora é de lutar para fortalecer o Escola Sem Mordada e barrar o Escola Sem Partido, de resistir e de disputar a opinião pública.

Jair Bolsonaro, dias antes da eleição, declarava que “marginais vermelhos” tinham duas opções: “ou vão para fora, ou vão para a cadeia”, entre outras ameaças. Para o movimento estudantil, a hora é de lutar para fortalecer o Escola Sem Mordada e barrar o Escola Sem Partido

AMPLIAR DIÁLOGO

A 11ª Biental dos Estudantes e o CONEB se constituíram no primeiro encontro nacional do movimento estudantil após a eleição de Bolsonaro. Reuniram seis mil jovens da UNE, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Conseguiram produzir um documento que dá à juventude a ampla responsabilidade de compor a frente pela construção de uma unidade na esquerda. “A tarefa da nossa geração é ampliar o diálogo, amparar as divergências e fortalecer a organização em torno da defesa de nossa soberania, os direitos sociais e a democracia”, consta na Carta de Salvador.

A UNE congrega estudantes de diversos matizes políticos. Alguns a criticam por uma suposta moderação durante os governos Lula e Dilma. Mesmo com as nuances, a marca que o último encontro de Salvador deixa é a da unidade de oposição ao governo.

Para os grupos que compõem a juventude do PSOL, os estudantes são motor da resistência e da oposição de esquerda. Mesmo antes da posse do atual governo, já eram anunciados ataques aos setores populares. Também se vislumbravam medidas que afetam estudantes e trabalhadores - num contexto em que grande parte dos jovens têm difícil acesso à Universidade pública, fazem dívidas para pagar uma instituição privada, têm trabalhos precários e não vislumbram perspectiva de se aposentar.

A CPI DA UNE

A ocupação das escolas no estado de São Paulo contra a reorganização escolar proposta pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), depois a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para exigir uma CPI que investigasse a máfia da Merenda e a mobilização nacional contra o golpe que colocou fim ao governo de Dilma Rousseff mostram

que os estudantes estão entre os protagonistas da resistência ao conservadorismo.

A partir desses acontecimentos, começou uma articulação para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a UNE.

Desde maio de 2016 o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) tenta implantar a CPI. O pastor fala em uso irregular de receita pública, alegando que contas da organização foram reprovadas quatro vezes pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ele questionou especificamente o repasse de 44,6 milhões de reais a título de “reparação pela perseguição sofrida durante o Regime Militar”. Tal reparação se deu porque a ditadura colocou a UNE na ilegalidade, metralhou e incendiou a sede no Rio de Janeiro na noite de 31 de março para 1º de abril de 1964. Além de perseguir, prender, torturar, assassinar e fazer desaparecer centenas de estudantes.

“Na última legislatura por três vezes consegui colher essas assinaturas e por três vezes a CPI foi rejeitada na Câmara. Quando conseguimos que ela fosse aceita, poderes escusos a arrancaram de nossas mãos”, declarou Marco Feliciano, ao pedir apoio dos novos deputados federais para a criação da CPI. São necessárias 171 assinaturas para apresentar o pedido de abertura da comissão. Investigar a UNE é também um desejo do PSL, que tem 55 cadeiras, a segunda maior bancada da Câmara.

A UNE mantém um Conselho Fiscal que se reúne semestralmente para prestar contas publicamente e explicar o orçamento. A entidade mobilizou uma série de manifestações contra o golpe e contra Michel Temer a partir de 2016. A UNE chegou a organizar uma campanha de arrecadação para realizar caravanas com universitários de todas as regiões a Brasília na véspera da votação do *impeachment* da Câmara.

Há pedido de CPI apresentado pelo deputado Filipe Barros (PSL-PR), que ainda precisa de 80 assinaturas para se viabili-

O CONEB é uma instância deliberativa da UNE em que tem direito a voto representantes de Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs) das Instituições de Ensino Superior.

O objetivo do encontro é atuali-

zar a opinião e o posicionamento da UNE sobre os principais temas nacionais incluindo educação, política, desenvolvimento social e nacional, por meio de mesas de debates, grupos de discussão, atos culturais e uma plenária final.

Desde maio de 2016 o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) tenta implantar a CPI da UNE. O pastor fala em uso irregular de receita pública, alegando que contas da organização foram reprovadas quatro vezes pelo TCU. Investigar a UNE é também um desejo do PSL, que tem 55 cadeiras, a segunda maior bancada da Câmara

zar. “Na bancada do PSL, por meio dos 52 deputados, fechamos questão em torno do presidente Rodrigo Maia. Votamos em peso na candidatura dele. E nós sabemos que o PCdoB mal atingiu a cláusula de barreira e se contribuiu para a eleição do Maia foi uma contribuição mínima perto do PSL”, disse.

Segundo Felipe Barros, os objetivos da CPI são investigar o “aparelhamento da UNE pelos partidos políticos” e a verba destinada à instituição nos últimos anos. Se as assinaturas forem recolhidas, o pedido de abertura de CPI dependerá do presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O 11 PONTOS DA UNE, UBES E ANPG EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DO BRASIL

- 1) Em defesa da educação pública.
- 2) Liberdade de pensamento e autonomia universitária.
- 3) Liberdades democráticas e constituição.
- 4) Em defesa da livre organização.
- 5) Contra as perseguições políticas.
- 6) Em defesa de nossa soberania.
- 7) Em defesa dos direitos sociais.
- 8) Em defesa do desenvolvimento.
- 9) Contra as reformas da previdência e trabalhista.
- 10) Em defesa da paz e da autodeterminação dos povos.
- 11) Contra o pacote de Sérgio Moro e o genocídio do povo negro.

O PSOL NA ENTIDADE

Estiveram em Salvador representantes dos coletivos Manifesta (Ação Popular Socialista-APS), Ocupe! (Fortalecer o PSOL) Rua (Insurgência), Juntos (Mês) e Afronte! (Resistência), que fazem o que denominam “oposição de esquerda” à direção majoritária, ligada ao PCdoB.

Resistência é a palavra que Tábata Tesser, 31 anos, encontra para falar sobre o papel da juventude nos próximos meses. “Para Bolsonaro, somos uma ameaça. E se a nossa existência está ameaçada, seremos resistência”. Ela é integrante do diretório estadual do PSOL de São Paulo e militante do grupo Manifesta.

Para além da disputa pelo discurso ideológico e contra as ameaças à democracia, existem as razões pragmáticas: com o arrocho, quem apanha primeiro é a juventude trabalhadora.

“Na reforma da Previdência, quem serão os mais afetados? As mulheres negras, que são precarizadas”, exemplifica a ativista.

Tábata menciona que o encontro em Salvador foi marcado pela crítica ao apoio que o PCdoB deu à candidatura de Rodrigo Maia à presidência da Câmara dos Deputados e as denúncias às medidas do governo Bolsonaro contra a educação. “Ele quer uma educação que aliene as pessoas, que não emancipe. A gente quer uma educação que popularize os debates”.

A juventude, ou melhor, as juventudes do PSOL são diversas. Organizam-se em pelo menos cinco coletivos. O objetivo é o mesmo: lutar para que temas fundamentais para a juventude entrem na agenda nacional. Para isso precisam estar no dia a dia da discussão partidária.

LINHA DE FRENTE

Carolina Coltro, 31 anos, estudante de Direito, está no PSOL desde o começo de março de 2017. Já era militante de esquerda desde 2002 e se filiou pelo “posicionamento muito coerente diante do golpe de 2016”, que derrubou a presidenta Dilma Rousseff.

“O PSOL soube ter uma política que por um lado mantinha o programa, as bandeiras levantadas, e ao mesmo tempo soube ser linha de frente da classe trabalhadora”. O partido foi oposição de esquerda aos governos do Partido dos Trabalhadores, lutou quando a esquerda foi atacada e quando vieram os efeitos do golpe.

O que as juventudes querem, opina Carolina, é construir e consolidar um partido da luta direta, além de estar no parlamento. Ela está otimista com a aliança entre PSOL e MTST, e acredita que parte da tarefa é cobrar para que o partido não decepcione e possa ser linha de frente na oposição a Bolsonaro.

Carolina questiona a percepção de que jovem cansou da política. “A juventude mostra grande envolvimento com a vida do país, se entendermos a política como forma de interferir na realidade”. O que existe é um descontentamento com a forma política cotidiana. O coletivo Afronte! nasceu no período de enfrentamento contra o golpe, e cumpre papel de organizar jovens, estudantes ou não, da universidade e da periferia, para fazer as discussões políticas. “Parte da esquerda expressou uma política na eleição do presidente da Câmara ao apoiar a eleição do Rodrigo Maia. Não que queira derrotar o governo Bolsonaro, e nós não achamos que a UNE seja bem conduzida com essa política, pelo contrário”, criticou.

No entanto, todas essas divergências são secundárias, considera Carolína, diante dos ataques que a UNE sofre da direita.

Guilherme Prado Almeida de Souza, 28 anos, do Ocupa!, é graduado em Relações Internacionais e mestrando em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

O coletivo surge em 2017, a partir da união de um grupo que estava na corrente Fortalecer, e quis ampliar a atuação para além do movimento estudantil. Os guias são combate ao machismo, ao patriarado, ao colonialismo e ao racismo.

Ele avalia a UNE como uma instituição importante historicamente, de posição central em muitas lutas, e defende que a entidade tenha um papel unificador para a esquerda. “A nossa crítica hoje à UNE é burocrática. A gente entende que, nos últimos tempos, a UNE acabou não tendo o papel que deveria ter”.

A UNE congrega estudantes de diversos matizes políticos. Alguns a criticam por uma suposta moderação durante os governos Lula e Dilma. Mesmo com as nuances, a marca que o último encontro de Salvador deixa é a da unidade de oposição ao governo

Ocupações de escola de ensino médio de São Paulo durante o governo Geraldo Alckmin (PSDB), em 2015



Há pontos que unificam todos os grupos. Um deles é a chamada Escola Sem Partido. “Professores e estudantes acabam sendo os primeiros atacados em um país no qual é proibido pensar. A Escola Sem Partido é [uma batalha] um de nossos desafios centrais. A gente só não pode esquecer que, paralelamente a isso, tem um projeto que ataca o trabalho e as aposentadorias. E os estudantes têm que estar cientes de que vão ser atacados de múltiplas formas”, conclui Guilherme.

BANDEIRAS ESTRATÉGICAS

Deborah Cavalcante, 26 anos, mestranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é militante da Coordenação Geral do Rua - Juventude Anticapitalista. “Somos estudantes e ativistas periféricos e consideramos as lutas ecosocialistas feministas, LGBT e antirracistas como estratégicas!”, define.

O Rua se organiza a partir de diversas frentes de intervenção política - movimento estudantil universitário e secundarista;

antiproibicionista; feminista; LGBT; negros e negras; cultura; moradia; e meio ambiente.

O coletivo preferiu se reunir para responder às perguntas da reportagem. O Rua foi fundado em janeiro de 2014, no I Acampamento Nacional das Juventudes Anticapitalistas para fundar um movimento social de juventude capaz de organizar jovens da classe trabalhadora em diferentes territórios: universidades, escolas, quebradas e periferias pelo Brasil. “Atuamos com autonomia, tendo o PSOL como aliado!”, afirmam.

Em 2015, o agrupamento estava nas ocupações das escolas em São Paulo contra a reorganização escolar. Ocuparam escolas e universidades em 2016 pelo Fora Temer, contra a Reforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional do teto dos gastos. “Estivemos em massa em junho de 2013, na primavera feminista e na greve geral de 2017. Isso para ficar só em alguns exemplos”.

O movimento Rua entende que a UNE

pode ter um papel decisivo na luta contra o desmonte e a privatização que estruturaram o projeto educacional de Bolsonaro. “O movimento estudantil se debruçou sobre uma importante polêmica: como enfrentar Bolsonaro e o novo fascismo? De um lado, a direção majoritária, ligada ao PCdoB, reivindicava a votação em Rodrigo Maia (DEM), candidato também de Bolsonaro, à presidência da Câmara. De outro, o movimento Rua e outros setores da oposição defendiam que só seria possível derrotar a CPI da UNE e a cláusula de barreira - parte da Reforma Política proposta por Maia - com uma oposição unificada e com radicalização do movimento de massas”, afirmam.

A CONFLUÊNCIA NECESSÁRIA

Camila Souza Menezes, 28 anos, do Juntos!, conta que o coletivo atua em universidades e escolas e envolve frente feminista (Juntas), uma LGBT (Juntos pelo Direito de Amar e Ser), além do Juntos Negros e Negras. “Se a gente organiza nossa indignação coletivamente, somos capazes

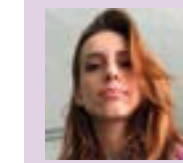
de defender a superação do sistema capitalista”, disse.

Ela considera que recentemente tiveram experiências positivas porque os jovens foram linha de frente em diversas manifestações, não apenas no Brasil, mas em outros países. Junho de 2013 foi importante para a juventude fazer política nas ruas. A ocupação nas escolas pelos secundaristas mostrou que podem ser a vanguarda de um movimento político.

É também estratégia do Juntos! ocupar espaços institucionais. “Tivemos algumas vitórias. Elegemos em 2016 a Fernanda Melchionna, mais uma vez, dessa vez como a vereadora mais votada de Porto Alegre, fundadora do nosso movimento de juventude. A Sâmia Bomfim em São Paulo, e o David Miranda no Rio de Janeiro. É um avanço e reconhecimento do nosso trabalho, do enraizamento”, avaliou. Todos os três se elegeram em 2018 para a Câmara dos deputados.

O encontro da UNE em Salvador pode marcar uma nova fase. Há no horizonte

Estiveram em Salvador representantes dos coletivos Manifesta (Ação Popular Socialista-APS), Ocupa! (Fortalecer o PSOL) Rua (Insurgência), Juntos (Mês) e Afronte! (Resistência), que fazem o que denominam “oposição de esquerda” à direção majoritária, ligada ao PCdoB



Daniella Cambaúva é jornalista e mestre em Ciências Humanas e Sociais (UFABC)

VENEZUELA

revolução e governo

O cerco à Venezuela é o principal conflito global da atualidade. A agressividade imperial comandada por Washington visa não apenas enquadrar governos que fujam da cartilha ultraliberal, mas tomar posse das principais reservas mundiais de petróleo. Muito mais que erros e insuficiências do governo de Nicolás Maduro, a busca por fontes de energia é a mola mestra de um enfrentamento que envolve China e Rússia

Nildo Ouriques

O imperialismo estadunidense desatou poderosa ofensiva contra Venezuela. O cerco diplomático e econômico aliado à intensa campanha midiática destinada a tornar Maduro um déspota e o regime político uma ditadura, desenvolve-se desde a época de Hugo Chávez, mas ganhou reno-

vada força nos três últimos anos. Não por acaso, a Venezuela se tornou um assunto de debate público no Brasil e peça publicitária anticomunista na última campanha eleitoral em nosso país.

A emergência da Revolução Democrática Bolivariana iniciada com o golpe cívico militar de 4 de fevereiro de 1992 e ampliado com a vitória eleitoral de Hugo

Chávez para presidente da República em 1998 representou um raio de luz contra a dominante hegemonia liberal em toda a América Latina.

ÊXITO ELEITORAL

De fato, a ação político-militar do Movimento Bolivariano 200 (MBR-200) encaçada por Hugo Chávez Frías contra o go-

verno social-democrata de Carlos Andrés Pérez rendeu cadeia e exílio aos membros, da mesma forma que garantiria enorme êxito eleitoral seis anos depois, nas eleições de 1998. Em perspectiva, é muito claro que aquela ação de vanguarda encaçada por militares nacionalistas e bolivarianos inicialmente derrotada, terminou para sempre com os sistemas do Pacto

de Punto Fijo (1958) responsável pela alternância na presidência da República de governos adecos (Ação Democrática, de orientação social democrata) e copeianos (COPEI, de filiação democrata cristã). Os apologeticos da dominação burguesa em nosso continente - defensores da democracia sem adjetivos - não vacilavam em afirmar a pátria de Simón Bolívar como um oásis democrático num continente que sofria não somente ditaduras militares, mas também regimes sustentados pelo terrorismo de Estado. Contudo, a apologia liberal não podia mais ocultar que o sistema político venezuelano estava completamente podre e não gozava de apoio popular, pois quando Hugo Chávez foi finalmente libertado não havia mais dúvida que se tornara, mesmo atrás das grades, o homem mais popular no país.

É preciso reter o fundamental: os mili-

tares bolivarianos, recrutados todos nas bases do alto comando militar, tinham clareza que o sistema político liberal já não podia garantir vida digna para milhões de venezuelanos afundados na mais abjeta pobreza enquanto a classe dominante desfrutava da renda petroléira garantida ora pela abundância de dólares derivado da alta dos preços de petróleo no mercado mundial, como também das políticas de austeridade aplicadas quando os preços internacionais despencavam e diminuíam a receita do Estado. Ademais, tornou-se claro para os bolivarianos que o sistema não mais poderia renovar-se e, de fato, a despeito da ira popular manifesta em sucessivas votações, os mesmos políticos profissionais, vassalos da classe dominante local e completamente vinculados aos interesses de Washington, continuavam comandando a república.

NOVA FASE CONTINENTAL

A Revolução Democrática Bolivariana (RDB) rompeu com aquele domínio de classe e inaugurou uma nova fase da política latino-americana em várias direções, mas há pelo menos três aspectos decisivos que um militante socialista não pode ignorar a despeito da grave situação que o país enfrenta nos dias atuais.

Em primeiro lugar, ao contrário da hegemonia liberal que dominava o continente, a RDB conciliou mais uma vez - no solo latino-americano Revolução e Democracia. No jargão - em larga medida alimentado pelo liberalismo de esquerda - se um militante ou força política confessava fé na democracia como um valor universal teria, necessariamente, que negar o antigo compromisso com a revolução social. Da mesma forma, todo aquele que defendia uma estratégia revolucionária de transformação social deveria negar qualquer compromisso com a democracia. Nesse contexto, era muito clara a oposição entre democracia e revolução!

A RDB, com intensa participação eleitoral e permanente mobilização política convocada pelo presidente Chávez, inaugurou a emergência da democracia participativa e protagônica, enterrando para sempre o bordão liberal da democracia como valor universal sustentada por comunistas ou a "democracia sem adjetivos" defendida pela direita.

Em segundo lugar, a RDB atualizou em

A emergência da Revolução Democrática Bolivariana iniciada com o golpe cívico militar de 4 de fevereiro de 1992 e ampliado com a vitória eleitoral de Hugo Chávez para presidente da República em 1998 representou um raio de luz contra a dominante hegemonia liberal em toda a América Latina

termos concretos uma antiga tradição da esquerda latino-americana que andava desbotada ou simplesmente esquecida: a necessária vocação antiimperialista. Na maior parte dos países latino-americanos a transição das ditaduras ou dos regimes de terrorismo de Estado não somente deixara intacto os crimes políticos cometidos pelas classes dominantes locais, como também mantinha as antigas relações econômicas, política e militares acumuladas pela política externa dos Estados Unidos na região.

A RDB rompeu claramente com a tradicional influência do imperialismo estadunidense no governo, como também o estrito controle que exercia sobre a política petrolífera no país e, em consequência, na OPEP. De quebra, Hugo Chávez iniciou intenso ativismo diplomático com os países árabes que dobrou em larga medida a influência da política externa estadunidense e, em especial, do governo de William Clinton.

Finalmente, a ofensiva do governo de Hugo Chávez opunha - de maneira jamais realizada na América Latina - a doutrina Monroe de um lado e o bolivarianismo de outro. Não somente a integração latino-americana ganharia novo impulso com iniciativas cada vez mais ousadas lançadas pelo ex-presidente venezuelano como o inteligente enfrentamento com a potência imperialista era temperado com alianças sólidas no Caribe, na América Central e também no Cone Sul.

LÍDER INTERNACIONAL

Não é exagero afirmar que Chávez exerceu incontestável liderança no continente latino-americano e o exemplo foi também admirado no mundo árabe e africano de maneira bastante fecunda. O bolivarianismo retoricamente sustentado pelas classes dominantes ganhara, finalmente, a vitalidade original e a vocação anti-imperial manifesta nas guerras de independência contra o império espanhol. A antiga tradição ganhou feição própria, amparada em poderoso movimento de massas, num novo regime político que alterou substancialmente a correlação de forças em nosso continente.

Os Estados Unidos não cruzaram os braços diante das constantes iniciativas do ex-presidente como tampouco ignoravam o péssimo exemplo do impressionante ativismo das massas na Venezuela para os demais países da região. A potência imperia-

lista logrou então opor, de maneira sutil, a liderança de Chávez sempre considerada nociva, contra o comportamento "civilizado" de Lula no Brasil.

Ora, as tentativas de golpe e assassinato do líder venezuelano foram todas derrotadas por intenso ativismo político das massas e da fidelidade da doutrina bolivariana entre os militares. O fracasso da ALCA em 2005 mostrou ao mundo que uma concepção bolivariana de integração continental avançava rapidamente na América Latina ainda que sem o mesmo entusiasmo de todos os membros. George W. Bush amargou imensa derrota estratégica naqueles anos a despeito de pequenas vitórias parciais obtidas contra a ofensiva bolivariana.

Portanto, ninguém pode ignorar que a RDB sempre contou com sistemática oposição estadunidense que em anos recentes adquiriu caráter mais eficaz, especialmente após a precoce morte do líder

A Venezuela sofreu histórico bloqueio diplomático e econômico, que se aprofundou na administração de Barak Obama. Em dezembro de 2014, o presidente estadunidense sancionou uma iniciativa de lei do senador democrata Robert Menendez. O dispositivo listava sanções contra funcionários bolivarianos acusados pelos EUA de violar direitos humanos

bolivariano ocorrida em março de 2013.

Esse reconhecimento não ignora que vários problemas atualmente potencializados já existiam durante os governos de Chávez. As revoluções sofrem derrotas e admitem reverses; as revoluções não mantêm eterno rumo ascendente.

Após a morte de Chávez o divórcio entre as forças vitais da Revolução Democrática Bolivariana e o governo bolivariano se aprofundou, mas obviamente que o sistema político do país está longe de assemelhar-se a uma ditadura tal como tentam fazer crer a máquina ideológica e propagandística dos Estados Unidos e os vassalos na América Latina. Afinal, qual regime toleraria o ativismo político do embaixador dos EUA em Caracas ou ainda as sucessivas declarações de guerra de líderes opositoristas como se pode facilmente verificar naquele país?

CARÁTER RENTISTA

O nó górdio da RDB tem sido a incapacidade de superar o caráter rentista do desenvolvimento capitalista na Venezuela, tarefa que se revela uma dificuldade igualmente real para países como o Brasil que já exibiu no passado certo orgulho burguês a partir da força do capital industrial que definha até mesmo diante dos olhos pouco atentos do economista vulgar. Ademais, a Venezuela sofreu histórico bloqueio diplomático e especialmente econômico, que se aprofundou na administração de Barak Obama. Em dezembro de 2014, o presidente estadunidense sancionou uma iniciativa de lei do senador democrata Robert Menendez, com decidido apoio do ultraconservador Marco Rubio do Partido Republicano. O dispositivo listava sanções contra funcionários bolivarianos acusados pelos Estados Unidos de violar direitos humanos.

Desde então, a pressão foi crescente e, como ensina a História, não há distinção acentuada entre a política imperialista democrata e republicana quando está em jogo a influência e o controle da potência imperialista na América Latina. A região é sempre considerada pelo poder imperial como área estratégica para a dominação mundial. No limite, quando necessário, as duas bancadas parlamentares votam democraticamente os bilhões de dólares necessários para sabotar e, sempre que possível derrocar, os governos populares

que ousam superar os limites das democracias restringidas que o poder imperial alimenta e sustenta na região.

É preciso observar que enquanto Barak Obama tomava tímidas iniciativas para reatar relações com Cuba, no mesmo ato aumentava a ofensiva contra a Venezuela. Ninguém pode se enganar sobre o essencial, pois o imperialismo estadunidense indicava claramente que jamais poderia admitir um país petrolífero com enormes reservas mundiais de uma mercadoria estratégica sair completamente da órbita do dólar e de seu domínio político e militar.

IMPÉRIO QUER GOVERNO TÍTERE

Quando aqui indico o crescente divórcio entre a RDB e o governo bolivariano, não ignoro as graves deficiências; ao contrário, é óbvio que a participação das massas e as organizações têm perdido protagonismo nas decisões estratégicas da economia, do Estado e da cultura, especialmente após 2013 com a ascensão do presidente Maduro.

No entanto, tampouco posso desconhecer que nas batalhas eleitorais e especialmente na última eleição na qual o atual presidente assegurou novo mandato, as forças bolivarianas lograram maioria!

Não é em respeito e em defesa da democracia que a ofensiva estadunidense ganhou perigoso perfil com o governo

Chávez exerceu incontestável liderança no continente latino-americano e o exemplo foi também admirado no mundo árabe e africano de maneira bastante fecunda

Trump, mas precisamente pelo oposto: a estratégia imperialista quer um governo títere, completamente subordinado aos interesses de Washington, de acordo com as novas exigências da luta de classes na América Latina.

A despeito das graves limitações na condução da economia e na repartição do excedente produzido pela riqueza petro-

leira, é precisamente um governo amparado com as energias da RDB quem poderá, em última instância, manter as margens de soberania conquistada duramente até aqui e impedir um banho de sangue contra os setores mais conscientes e organizados do povo em caso de uma derrubada do governo de Maduro.

Nesse sentido, tal como em outras épocas, a Venezuela segue operando numa lógica das situações extremas na qual clamar pela negociação e por um acordo com a oposição criminosamente orientada e dirigida exclusivamente por Washington é mais do que inocência: é suicídio.

Nesses anos, a ação estadunidense sempre estimulou duas vias possíveis que, finalmente, a vitória de Maduro na última eleição cancelou de maneira definitiva. Ora, enquanto Henrique Capriles apostava numa vitória eleitoral nos marcos da constituição bolivariana, outro bando da oposição encabeçado por Leopoldo Lopez atuou franca e abertamente para a derrocada do governo pela força. Estes clamavam por uma "saída" para a crise que, em bom português, significa a destituição de Maduro pela força da oposição nas ruas. As duas opções foram continuamente estimuladas pelas sucessivas administrações da Casa Branca, mas nenhuma das estratégias foi vitoriosa, pois Lopez foi preso em 2014 e Capriles não logrou maio-



Nicolás Maduro, Caracas, novembro de 2018

ria eleitoral em maio de 2018, momento em que Maduro ganhou o direito de permanecer mais 6 anos na presidência. Ora, é fácil perceber que, nesse contexto e com a ascensão de Trump nos Estados Unidos, o interesse na derrocada do governo bolivariano se tornou uma necessidade para a política externa dos Estados Unidos que encontraria uma oposição finalmente unificada em torno de objetivo comum.

“REBELDIA LEGISLATIVA”

A recente “rebelião do poder legislativo” contra as demais instituições, encaixado por um obscuro e medíocre deputado chamado Juan Guaidó, é apenas o corolário de uma trama que combina todos os meios de pressão contra a soberania da Venezuela cujo objetivo é a criação de uma artificial “dualidade de poderes” destinada a subtrair a legitimidade da vitória eleitoral de Maduro.

Essa ação é, no essencial, comandada pelos Estados Unidos e não por acaso fundos financeiros e reservas em ouro foram confiscados e disponibilizados para uso do governo considerado “legítimo” por Washington e pela maioria dos países europeus. As massas que sempre tiveram um imenso protagonismo enquanto Chávez conduzia o processo foram gradualmente subalternizadas na tomada de decisões estratégicas do Estado e, especialmente, da economia. Na atualidade, as forças ar-

madas jogam papel decisivo no controle do Estado e da economia de tal modo que regulam o uso do excedente petrolífero produzido pelo país.

Os Estados Unidos não cruzaram os braços diante das constantes iniciativas do ex-presidente Hugo Chávez, como tampouco ignoraram o que consideraram um péssimo exemplo do ativismo das massas na Venezuela para os demais países da região

O bloqueio econômico não é mera retórica do governo, pois produz desabastecimento e contribuiu de maneira decisiva para fomentar a inflação. No entanto, há uma perigosa aliança com o setor financeiro - bancos privados e estatais - que acumulam poderosas reservas em dólares e são igualmente nocivas para uma estratégia de controle inflacionário que castiga as maiorias. Essa aliança no bloco de poder que sustenta o governo de Maduro representa um notável obstáculo para a retomada das forças vitais que originaram a RDB.

A manutenção dessa sólida aliança com uma burguesia bancária no contexto de uma economia historicamente incapaz de superar o rentismo petrolífero implica um constante ataque aos assalariados nas condições de vida e trabalho. A experiência indica de maneira muito clara que nos períodos em que os preços do petróleo crescem no mercado mundial, os governos ganham margem de manobra maior e, em consequência, podem atender demandas populares com maior amplitude a despeito da eficácia das políticas públicas.

No entanto, quando o mercado mundial força os preços para baixo, a possibilidade de atender as demandas dos trabalhadores - suporte último e decisivo do governo - também diminui e a disposição de suportar o peso da crise sem protagonismo nas decisões centrais mina a capacidade do governo em manter maiorias sociais e/ou eleitorais.

SOCIEDADE POLITIZADA

Esse dado é decisivo, pois na Venezuela as massas aprenderam a lutar como em nenhum outro país do continente. Não existe uma sociedade civil tão politizada quanto a venezuelana na América Latina. Razão pela qual as classes subalternas nos grandes enfrentamentos com a classe dominante local em associação com a ofensiva imperialista patrocinada pelos Estados Unidos e os aliados europeus, sempre encontraram enorme resistência popular. Tal fato permitiu ao governo de Maduro disputar no terreno eleitoral com certa eficácia, a despeito da redução do percentual eleitoral nos últimos anos.

Ademais, a unidade da oposição nesse momento revela que as classes dominantes locais não vacilam em jogar a sorte numa linha de atuação que pretende a derrubada do governo pela ação das ruas amparada agora, como em nenhum outro momento, na decidida e aberta ação dos Estados Unidos contra Venezuela.

A Revolução Democrática Bolivariana já não possui o mesmo brilho dos primeiros tempos quando Hugo Chávez rompeu a hegemonia então aparentemente insuperável do “neoliberalismo”. No entanto, as novas circunstâncias exigem que aquela vitalidade capaz de dobrar várias iniciativas dos Estados Unidos pode ser atualizada novamente sob o impulso da ofensiva imperialista destinada a tornar a Venezuela um país submetido a classe dominante local tão ultraparazitária quanto vassala dos EUA.

A eventual derrota do governo bolivariano - pouco provável no momento em que escrevo estas linhas - implicaria sério revés para as classes subalternas na Pátria Grande e alteraria a correlação de forças em favor do imperialismo estadunidense de maneira radical.

A ofensiva ultraliberal que podemos verificar em vários países da região - Brasil e Argentina, a cabeça - ganharia notável reforço. No entanto, a história da RDB revela também que precisamente quando opera na lógica das situações extremas somente o movimento das massas pode assegurar a continuidade de qualquer governo.

Esse postulado de validade universal é particularmente importante para a Venezuela nesse difícil momento e não estaria descartada a hipótese de um renascimento das energias originárias da RDB que,

Após a morte de Chávez o divórcio entre as forças vitais da Revolução Democrática Bolivariana e o governo bolivariano se aprofundou, mas obviamente que o sistema político do país esta longe de assemelhar-se a uma ditadura tal como tentam fazer crer a máquina ideológica e propagandística dos Estados Unidos e os vassalos na América Latina

desde 1999, contribuiu notavelmente para um novo patamar de lutas em toda a América Latina. Mas essa hipótese - também pouco provável nesse momento - implicaria uma radical reorientação do governo de Maduro, no sentido de sustentar a soberania nacional arduamente conquistada na soberania popular de um povo que aprendeu a lutar contra poderes aparentemente mais fortes e diante dos quais sempre saiu vencedor.

LUTA E PROTAGONISMO

Esse cenário parece improvável e não poucas vezes também pode parecer estranho para quem analisa o conflito no país vizinho a partir de uma tradição marcada pela conciliação de classe da qual, a duras penas, estamos apenas tentando superar. No entanto, assim como podemos aprender em pouco tempo lições que tradicionalmente são aprendidas em logos

combates e não poucas derrotas, também as massas na Venezuela podem retomar a tradição de luta e protagonismo para além dos limites e alianças do atual governo.

As crises sempre criam dinâmicas políticas nas sociedades dependentes e periféricas que não podem ser interpretadas e menos ainda solucionadas a partir da experiência dos países centrais. A esquerda latino-americana sofre radical redefinição neste momento; o antigo progressismo que despertou tantas esperanças nas duas últimas décadas (petismo no Brasil, peronismo na Argentina, correísmo no Equador, FMLN em El Salvador) revelou a completa impotência diante da ofensiva ultraliberal em vários países da região e não demonstra capacidade de renovação.

Por outro lado, a guerra de classes impulsionada pelos Estados Unidos requer das forças populares um novo radicalismo político, sem o qual será impossível enfrentar com algum grau de eficácia a ofensiva das forças imperialistas em aliança com as classes dominantes locais.

O drama político e a agressão que nesses dias se abate sobre a Venezuela não é senão expressão desse cenário no qual estamos todos diretamente implicados e no qual jogamos nosso futuro comum. É, certamente, uma hora de grandes opções.

A antiga política orientada pelo cálculo destinado a manter posições no interior de sistemas políticos controlados pelas classes dominantes já não funciona, da mesma forma que a acomodação sempre existente nos processos genuinamente revolucionários, tampouco é capaz de gerar as forças e energias necessárias para enfrentar a ofensiva do imperialismo estadunidense.

O mundo se move sob nossos pés. Não resta outra ação senão a consciência de que devemos aproveitar esse movimento e dirigi-lo até o fundo e até o fim em favor das maiorias.



Nildo Ouriques é professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais da

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e membro do diretório nacional do PSOL.



LATUFF 2014 / OPERAMUNDI



CONZANO RUBINIS/REUTERS

Quem são os coletes amarelos franceses?

Nos últimos meses de 2018, a França foi tomada por maciças mobilizações de rua sem lideranças visíveis e com uma difusa pauta de reivindicações que tem por centro a queda de impostos de combustíveis. Os protestos passaram a acontecer semanalmente. Entre os ativistas, encontra-se um amplo leque político que vai da esquerda à direita, excetuando-se apoiadores do presidente Emmanuel Macron. É algo novo no cenário francês. Mas que novidade é essa?

Gil Delannoi

Os “Coletes Amarelos” são um movimento de protesto popular iniciado em 17 de Novembro de 2018, na França. As manifestações se realizam sempre aos sábados e às vezes se prolongam até os domingos.

O nome do movimento deriva dos coletes amarelos fosforescentes utilizados

pelos manifestantes e que todo motorista deve possuir em seu carro, como peça de primeiros-socorros. Os protestos expressam, em geral, a imagem da população francesa: homens e mulheres de diferentes idades e em proporções equivalentes. A maioria é composta por ativistas inexperientes e pacíficos. No entanto, alguns grupos violentos, classificados como ex-

tremistas de direita ou de esquerda, se associam em certas manifestações urbanas, provocando saques e depredações públicas. As imagens circularam muito, notadamente porque essas violências ocorrem em belos bairros parisienses, como Champs Elysées, Torre Eiffel, Ópera, próximas aos ministérios e às lojas de departamentos.

Os locais ocupados pelos Coletes Amare-

los não são apenas emblemáticos bairros parisienses. São rotatórias e cruzamentos por toda a França. Os ativistas impedem a circulação de veículos, ocupando pedágios nas rodovias, muitas vezes impedindo a cobrança. A gratuidade daí decorrente provoca simpatia da maioria dos motoristas.

RECUO GOVERNAMENTAL

Depois dos primeiros sábados de protesto, em que se reuniram várias centenas de milhares de manifestantes, duas decisões governamentais foram tomadas: a suspensão do novo imposto sobre os combustíveis, em dezembro de 2018, e o lançamento de um “grande debate nacional” de consulta à população. Cadernos em que a população pode escrever perguntas e sugestões foram abertos nas prefeituras. Em janeiro se iniciou um longo período de discussões entre autoridades eleitas e diferentes públicos: representantes locais, militantes, cidadãos voluntários, pessoas escolhidas aleatoriamente – todos esses com os quais o presidente Macron debateu durante vários dias.

A suspensão do imposto sobre combustíveis resultou em uma politização das reivindicações. Isso não extinguiu o movimento, mas o número de manifestações se reduziu.

É difícil medir e qualificar um movimento que deseja continuar espontâneo e elusivo. Entre os manifestantes, a estimativa mais recente propõe três divisões: um terço mais à esquerda, um terço mais à direita, e um terço de pessoas pouco politizadas, que não votaram com frequência nas últimas décadas (os silenciosos rompem seu silêncio).

AMPLO ESPECTRO, EXCETO APOIADORES DE MACRON

O espectro político inteiro da política francesa se encontra presente entre os manifestantes – é por isso que eles insistem em suas reivindicações comuns e deixam de lado as diferenças. Todos os componentes políticos são encontrados entre os simpatizantes (segundo as pesquisas), exceto o centro e as elites pró-mundialização e pró-União Europeia. Podemos afirmar também: exceto a parte mais sólida do eleitorado de Macron.

O caráter plural dos Coletes Amarelos se confirma quando nos voltamos para rebeliões passadas que apresentam um

Os protestos expressam, em geral, a imagem da população francesa: homens e mulheres de diferentes idades e em proporções equivalentes. A maioria é composta por ativistas inexperientes e pacíficos. No entanto, alguns grupos violentos, classificados como extremistas de direita ou de esquerda, associam-se em certas manifestações urbanas, provocando saques e depredações públicas

ou outro ponto de similitude: as revoltas camponesas durante a monarquia, os *sans-culottes*¹ na Revolução Francesa, as barricadas das revoluções do século XIX, as ligas dos anos 1930, e certas manifestações estudantis de maio de 1968.

Diz-se que a presidência francesa, de estilo muito monárquico, provocou esse tipo de movimento. É fato que Macron desempenhava seu papel de forma um tanto caricatural, fazendo, por vezes, intervenções provocativas à população que encontrava nas ruas. Comentários assim são tão inesperados no contexto francês quanto os *tweets* de Trump nos Estados Unidos. Isso explica que a figura presidencial tenha se tornado especialmente visada por alguns manifestantes (“Demissão do Macron”).

O fato é que, pela legislação, o Parlamento é indispensável na França, mesmo quando se mostra um tanto dócil para um presidente apoiado por ampla maioria. Foi este, em um primeiro momento, o caso com Macron. A atual maioria parlamentar é composta por recém-chegados e inexperientes. O presidente liderou, logo após sua eleição, o enfraquecimento e quase aniquilamento dos principais partidos, o Partido Socialista (de François Hollande) e o Partido Republicano (de Nicolas Sarkozy). Pagou-se caro por este triunfo de 2017. Hoje em dia, Macron não tem um partido bem estruturado atrás de si. Socialismo e gaullismo² não existem mais da mesma forma após 1960. A centro esquerda e centro direita se unem por uma causa comum: defender a União Europeia e a adaptação da França à globalização econômica.

REVOLTA CONTRA PARIS

Duas principais novidades vão contra a tradição dos protestos e rebeliões franceses. Por um lado, a revolta não sai de Paris para se expandir em direção ao interior. Ela é feita *contra* Paris, suas elites e talvez

1 N.T.: Literalmente “sem calções” (vestimenta utilizada pelos nobres da época), o termo designa os revolucionários das classes populares – artesãos, trabalhadores, pequenos proprietários, etc – diretamente opostos à nobreza, à época da Revolução Francesa.

2 N.T.: Conjunto de ideias políticas que prezam a independência nacional francesa – seja ela política, econômica, social ou militar – em detrimento de associações internacionais (como a ONU, por exemplo) e de superpotências. O movimento é diverso e abriga posicionamentos políticos abrangendo desde a esquerda à direita. Seu nome advém do ex-presidente Charles de Gaulle (1890-1970).

até mesmo seus habitantes. Em segundo lugar, nenhum representante ou dirigente é designado ao movimento, e aqueles que tentam sê-lo são rejeitados. Os partidos existentes não recuperam mais sua legitimidade diante do movimento. Não podem mais do que, à distância, concordar ou não com determinados pontos reivindicados. O movimento é espontâneo e elusivo, o que significa, também, sem organização e sem um discurso principal.

Sua novidade pode ser explicada por fatores existentes em outros lugares que não a França: deslocalização industrial, abertura da Europa Ocidental à produção agro-alimentar do Leste Europeu, empobrecimento do campo e das pequenas cidades. O fim de serviços públicos nas áreas rurais e em pequenas cidades (hospitais, maternidades, escolas primárias, correios) afeta negativamente as coletividades, enquanto os impostos continuam a aumentar.

Como consequência, surge um sentimento de injustiça em relação ao sistema tributário (combustível) que atinge os habitantes da zona rural sem afetar os da zona urbana (que, ao contrário, se beneficiam de transportes públicos subsidiados). Disso resulta uma raiva contra as elites não taxadas por seu consumo (como a que se vale indiretamente de querose e de aviões).

Essa raiva inicial contra uma medida

A raiva inicial contra uma medida governamental se transformou em um sentimento de que as vozes da população não são ouvidas por dirigentes, pelos partidos e pela mídia. As reivindicações então se dividem: para alguns, deve-se aumentar os impostos sobre as fortunas; para outros, é preciso baixar os impostos em geral

governamental se transformou em um sentimento de que as vozes da população não são ouvidas por dirigentes, pelos partidos e pela mídia. As reivindicações então se dividem: para alguns, deve-se aumentar os impostos sobre as fortunas; para outros, é preciso baixar os impostos em geral. Menos subsídios e mais liberdade econômica, uma simplificação administrativa, mas também a manutenção da rede de proteção social e de saúde.

DEMOCRACIA DIRETA

Encontramos nos Coletes Amarelos de uma só vez aspectos sociais-democratas e uma defesa do pequeno comércio e do pequeno empreendedor. Por fim, vislumbra-se a reivindicação por uma democracia direta, com referendos, iniciativas populares, consulta de cidadãos aleatórios, fim de privilégios às autoridades eleitas, ministros e parlamentares.

Outra prática de protesto na democra-

cia está tomando forma nesse movimento. É talvez a novidade mais promissora e também a mais questionável. A auto-organização das manifestações começa nas redes sociais e é feita sem direção oficial nem líderes.

A experiência comum vivida pelos participantes é o elemento principal do discurso. Evocam-se soluções políticas e procedimentos democráticos para melhorar as coisas, mas nenhum programa ou partido são tolerados, ao mesmo tempo em que se exige uma maior representatividade da população no processo político nacional. A liberdade de expressão é reivindicada quase sem limite, com eventuais riscos de deslizamentos individuais (manifestação de ódio contra pessoas específicas, apelo a destruições materiais, justificação de alguns bloqueios). Entretanto, isso não tem nada a ver com movimentações como greves. Trata-se de uma prática de ocupação dos lugares públicos e, para os mais combativos, de uma confrontação violenta com a polícia - esses últimos compõem uma pequena minoria sem força e de difícil mensuração no interior do movimento.

A perda de confiança em toda forma de representação (inclusive em uma representação dos próprios Coletes Amarelos) é total mas, ao mesmo tempo, há grande esperança em uma democracia direta.

Encontramos nos Coletes Amarelos de uma só vez aspectos sociais-democratas e uma defesa do pequeno comércio e do pequeno empreendedor. Por fim, vislumbra-se a reivindicação por uma democracia direta, com referendos, iniciativas populares, consulta de cidadãos aleatórios, fim de privilégios às autoridades eleitas, ministros e parlamentares

MAL-ESTAR GENERALIZADO

O que dizem os comentaristas na mídia? Qualificam essas demandas com os seguintes adjetivos: “popular, democrática, populista, protecionista, nacionalista, revolucionária, reacionária, utópica, inovadora, incoerente, efeito da pobreza, ingratidão de crianças mimadas”. Tais comentários dizem mais a respeito da orientação política dos próprios comentaristas do que da natureza do movimento em si.

Todos concordam, no entanto, a respeito da existência de uma causalidade socio-econômica comparável ao voto do Brexit, ao desindustrializado Cinturão da Ferrugem (Rust Belt) escolhendo Trump, às classes médias votando em Sanders, ou ainda ao Movimento Cinco Estrelas, na Itália.

Os Coletes Amarelos não conseguem ser uma força política no âmbito da Quinta República francesa. Seu movimento só poderá desafiar o regime, derrubá-lo ou eventualmente ser canalizado pelos partidos. O beneficiário a curto prazo poderia ser o nacionalismo de Marine Le Pen. Podemos considerar também um retorno da direita ao gaullismo (menos Europa, mais protecionismo) ou a refundação de um socialismo menos livre-comércio e menos multicultural.

O primeiro teste serão as eleições europeias de maio de 2019. Mas haverá um limite: a eleição do Parlamento Europeu não tem impacto imediato, favorecendo assim um voto de protesto da esquerda ou da direita.

Podemos ver movimentos parecidos na Europa? Alguns indícios existem em diversos países (na Bélgica, por exemplo). Entretanto, ainda é muito cedo para dizer se são meras faíscas ou se o fogo que poderá persistir na França terminará por incendiar, também, o resto da Europa.

(Tradução de Isadora França)



Gil Delannoi é cientista político e sociólogo francês, professor da Science Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris) e diretor de Pesquisa da Fundação Nacional de Ciência Política



Protesto em Paris, fevereiro de 2019

Protesto contra a guerra do Vietnã em Berlim, 1968. Manifestantes exibem cartazes de Rosa Luxemburgo e de Ho Chi Min, dirigente comunista vietnamita

ROSA LUXEMBURGO um comunismo para o século XXI

SUEDDEUTSCHEN ZEITUNG PHOTO/ALAMY

Há exatamente cem anos, milícias de extrema direita arregimentadas por membros do Partido Social-democrata alemão assassinaram uma das mais brilhantes formuladoras da teoria marxista de todo o mundo. Rosa, nascida na Polônia 47 anos antes, desenvolveu a maior parte de sua militância na Alemanha. A recuperação de seu pensamento aponta rumos para a formulação de uma teoria revolucionária radical, solidária e democrática.

Michael Löwy

Em janeiro de 1919, Rosa Luxemburgo, fundadora do Partido Comunista Alemão (Liga Espartaquista) foi assassinada por uma unidade de *Freikorps*, grupos de oficiais e militares contrarrevolucionários - embriões do partido nazista - trazidos a Berlim pelo ministro social-democrata

Gustav Noske. O objetivo era esmagar a revolta espartaquista.

Ela foi, portanto, como Emiliano Zapata, assassinado naquele mesmo ano, uma "derrotada da História". Mas sua mensagem permaneceu viva naquilo que Walter Benjamin chamou de "a tradição dos oprimidos"; uma mensagem ao mesmo tempo, e inseparavelmente, marxista, re-

volucionária e humanista. Seja na crítica ao capitalismo como sistema desumano, no combate ao militarismo, ao colonialismo e ao imperialismo; ou na visão de uma sociedade emancipada, a utopia de um mundo sem exploração, sem alienação e sem fronteiras; esse humanismo comunista atravessa, como um fio condutor, o conjunto dos escritos políticos - e também

a correspondência e as comoventes cartas da prisão, que foram lidas e relidas por sucessivas gerações de jovens militantes do movimento operário.

Três temas de sua obra me parecem particularmente importantes, na perspectiva de uma refundação do comunismo no século XXI: o internacionalismo, a concepção "aberta" de História e a importância da democracia no processo revolucionário.

O INTERNACIONALISMO

Em uma época de globalização capitalista, de mundialização neoliberal, de dominação planetária do grande capital financeiro, de internacionalização da economia a serviço do lucro, de especulação e acumulação; a necessidade de uma resposta internacional, de uma globalização da resistência, em suma, de um novo internacionalismo, está mais do que nunca na ordem do dia. Entretanto, poucas figuras do movimento operário encarnaram, tão radicalmente quanto Rosa Luxemburgo, a ideia internacionalista, o imperativo categórico de unidade, de associação, cooperação e fraternidade entre explorados e oprimidos de todos os países e continentes.

Adversária inconciliável dos projetos belicistas do Império Germânico, ela nunca deixou de denunciar o militarismo e a corrida armamentista. É por isso que irá se opor a barganhas suspeitas com o governo do Kaiser por parte de revisionistas da direita social-democrata, como Wolfgang Heine e Max Schippel. Alguns exemplos são: a votação dos créditos de guerra, pelo Parlamento alemão em 1914, em troca de medidas sociais, sua oposição ao militarismo (reforço à frota naval) como nova fonte de emprego para os trabalhadores, etc. Ela recusa essas pseudovantagens em troca do reforço da força militar que será, mais cedo ou mais tarde, aplicada contra outros povos, seja na Europa, seja nas colônias, ou ainda contra os próprios trabalhadores alemães¹.

Como sabemos, Rosa foi, juntamente com Karl Liebknecht, uma das raras dirigentes do socialismo alemão e europeu a se opor à União Sagrada e à votação dos créditos de guerra em 1914. As autoridades imperiais alemãs, com o apoio da di-

1 J.P.Nettl, *Rosa Luxemburg*, London, Oxford University Press, 1966, vol. I, pp. 216-217.

Em uma época de globalização capitalista, de mundialização neoliberal, de dominação planetária do grande capital financeiro, de internacionalização da economia a serviço do lucro, de especulação e acumulação, a necessidade de uma resposta internacional, de uma globalização da resistência, em suma, de um novo internacionalismo, está mais do que nunca na ordem do dia

reita social-democrata, fizeram-na pagar caro pela oposição internacionalista à guerra, colocando-a atrás das grades durante a maior parte do conflito (1914-18). Em 1916, ela resumirá o principal ponto de vista: "A pátria do proletariado, cuja defesa deve a tudo proceder, é a Internacional Socialista"².

Diante do dramático fracasso da II Internacional, Rosa estava pronta para se juntar a outros marxistas com o objetivo de criar uma nova Internacional. Ela sonhava com o advento de uma nova associação mundial de trabalhadores e somente a morte a impediu de participar, juntamente com revolucionários russos, da fundação da Internacional Comunista, em 1919.

Rosa Luxemburgo foi uma das poucas pessoas a entender o perigo mortal que representava para os trabalhadores o nacionalismo, o chauvinismo, o racismo, a xenofobia, o militarismo e o expansionismo colonial ou imperial. A tarefa imediata do socialismo, escreveu ela em seu documento Espartaquista de 1916, "será a libertação intelectual do proletariado da dominação da burguesia, manifestada na influência da ideologia nacionalista"³. O que ela entendia por "nacionalismo" não era a cultura nacional de diferentes povos, mas a ideologia que faz da "Nação" o valor político e moral supremo, ao qual tudo deve ser subordinado ("Deutschland über alles", "Alemanha acima de tudo").

Concordemos ou não com as teses a respeito da questão nacional, não podemos questionar a força profética dos escritos. Utilizo o termo "profético" no sentido bíblico original (tão bem definido por Daniel Bensaïd): não aquele que alega "prever o futuro", mas o que enuncia uma antecipação condicional, *aquele que adverte o povo das catástrofes que virão se não tomarmos outro rumo*.

Ainda no mesmo documento de 1916, Rosa Luxemburgo fez um alerta: haveria sempre novas guerras enquanto o capitalismo e o imperialismo continuassem a existir:

"A paz mundial não pode ser assegurada por planos utópicos ou essencialmente reacionários, como cortes internacionais

2 Rosa Luxemburg, *Selected Political Writings*, ed. by Robert Looker, London, Cape, 1972, p. 226.

3 *Ibid.* p.226.

de arbitragem compostas por diplomatas capitalistas, acordos que dizem respeito ao 'desarmamento', (...) uma 'Federação Europeia', 'uma união aduaneira na Europa central', (...) e assim por diante. O imperialismo, o militarismo e as guerras não serão abolidos enquanto o poder da classe capitalista permanecer incontestado".

Suas intuições se mostraram, assim, proféticas, uma vez que os piores crimes do século XX - da I a II Guerra Mundial (Auschwitz, Hiroshima) em diante - foram cometidos em nome do nacionalismo, da hegemonia nacional, da "defesa nacional", do "espaço vital nacional" e por aí vai. O próprio stalinismo é produto de uma degeneração nacionalista do Estado Soviético, materializada na palavra de ordem "Socialismo em um só país".

Podemos criticar algumas de suas posições relacionadas às reivindicações nacionais - ao contrário de Lenin, ela se opôs ao direito de autodeterminação das nações e

4 4- Rosa Luxemburg, *Selected Political Writings*, p. 224.

Rosa Luxemburgo foi uma das poucas pessoas a entender o perigo mortal que representava para os trabalhadores o nacionalismo, o chauvinismo, o racismo, a xenofobia, o militarismo e o expansionismo colonial ou imperial

propôs, em vez disso, uma forma de "autonomia nacional" - mas Rosa percebeu claramente os perigos das políticas estatais nacionais: conflitos territoriais, "purificações étnicas" e opressão às minorias. Ela não pôde prever os genocídios.

UMA CONCEPÇÃO ABERTA DA HISTÓRIA

Em segundo lugar, após um século que foi não apenas um dos mais "extremos" (Eric Hobsbawm), mas também repleto das manifestações mais brutais de barbárie na história da humanidade, não podemos senão admirar um pensamento revolucionário como o de Rosa Luxemburgo, que soube recusar a ideologia cômoda e conformista do progresso linear, o fatalismo otimista e o evolucionismo passivo da social-democracia, a ilusão perigosa - sobre a qual fala Walter Benjamin em suas *Teses* de 1940 - de que seria suficiente "ir a favor da corrente" e deixar as "condições objetivas" acontecerem. Ao escrever, em sua brochura *A crise da social democracia* de 1915 (assinada sob o pseudônimo "Junius"), a palavra de ordem "Socialismo ou barbárie", Rosa Luxemburgo rompeu com a concepção - de origem burguesa, mas adotada pela II Internacional - da História como progresso irrefutável, inevitável, "garantido" pelas leis "objetivas" do desenvolvimento econômico ou da evolução social. Uma concepção muito bem resumida por Gyorgy Valentínovitch Plekhanov, que escreveu: "A vitória de nosso programa é tão inevitável quanto o nascer do sol amanhã". A conclusão política dessa ideologia "progressista" não poderia ser outra coisa senão a passividade: ninguém teria a insana ideia de lutar, arriscar a vida e combater para garantir o sol da manhã.

Voltemos por um instante ao significado político e "filosófico" da palavra de ordem "Socialismo ou barbárie". Ela é sugerida em alguns textos de Marx ou Engels, mas é Rosa Luxemburgo quem lhe dá essa formulação explícita e definida: sugerindo uma percepção da História como um processo aberto, como uma série de "bifurcações", na qual o "fator subjetivo" - consciência, organização e iniciativa - dos oprimidos se torna decisivo. Não é mais questão de esperar que a fruta "amadureça", conforme as "leis naturais" da economia ou da História, mas de agir antes que seja tarde demais. Pois a alternativa

Há um importante significado político e filosófico na palavra de ordem "Socialismo ou barbárie". Ela é sugerida em alguns textos de Marx ou Engels, mas é Rosa quem lhe dá uma formulação explícita e definida: não é questão de esperar que a fruta "amadureça", conforme as "leis naturais" da economia ou da História, mas de agir antes que seja tarde demais

implica um perigo aterrador: a barbárie. Com esse termo, Rosa Luxemburgo não se refere a uma "regressão" impossível a um passado tribal, primitivo ou "selvagem". Trata-se, a seu ver, de uma barbárie eminentemente moderna, da qual a I Guerra Mundial serviu de exemplo impressionante, muito pior em sua desumanidade assassina do que as práticas guerreiras de conquistadores "bárbaros" ao fim do Império Romano. Jamais, no passado, tecnologias tão modernas - tanques, gás e aviação militar - haviam sido postas a serviço de uma política imperialista de massacre e de agressão em tamanha escala.

Do ponto de vista da História do século

XX, a palavra de ordem de Rosa Luxemburgo também se revelou visionária: a derrota do socialismo na Alemanha pavimentou o caminho para a vitória do fascismo hitlerista e, em seguida, para a II Guerra Mundial, e as formas mais monstruosas de barbárie moderna que a humanidade jamais conheceu, das quais o nome "Auschwitz" se tornou símbolo e resumo.

A escolha indicada pela máxima de Rosa Luxemburgo continua a ser a ordem do dia em nossa época. O longo período de recuo das forças revolucionárias - do qual começamos pouco a pouco a sair - foi acompanhado pela multiplicação de guerras e massacres de "purificação étnica", desde os Balcãs até à África, pela ascensão de racismos, de chauvinismos e de fundamentalismos de todo tipo, inclusive no coração da Europa "civilizada".

Mas um novo perigo se apresenta, não previsto por Rosa Luxemburgo. Ernest Mandel enfatizou nos escritos finais que a escolha do século XXI para a humanidade não é mais como em 1915, "socialismo ou barbárie", mas "o socialismo ou a morte". Ele se referia ao risco de catástrofe ecológica resultante da expansão capitalista mundial, com a lógica destrutiva do meio ambiente. Se o socialismo não conseguir interromper essa corrida vertiginosa ao abismo - da qual o aumento da temperatura planetária e a destruição da camada de ozônio são os sinais mais visíveis - é a própria sobrevivência da espécie humana que estará ameaçada.

A DEMOCRACIA NO SOCIALISMO

Em terceiro lugar, frente à falha histórica das correntes dominantes do movimento operário, ou seja, por um lado, o colapso inglório do suposto "socialismo real" - legado de sessenta anos de stalinismo - e, por outro, a submissão passiva (ou seria uma adesão ativa?) da social-democracia às regras neoliberais do jogo capitalista mundial, a alternativa que apresentava Rosa Luxemburgo, isto é, um socialismo de uma só vez autenticamente revolucionário e radicalmente demo-

crático, nunca pareceu tão pertinente.

Como militante do movimento operário do Império Czarista - ela havia fundado o Partido Social-democrata da Polônia e da Lituânia, afiliado ao Partido Operário Social-democrata Russo - Rosa criticara as tendências, em sua opinião, por demais autoritárias e centralistas, das teses defendidas por Lenin antes de 1905. Sua crítica coincidiu, nesse ponto, com aquela do jovem Trotsky em *Nossas tarefas políticas* (1904).

Ao mesmo tempo, como dirigente da ala esquerda da social-democracia alemã, ela lutava contra a tendência da burocracia sindical e política, ou das representações parlamentares, de monopolizar as decisões políticas. A greve geral russa de



Rosa Luxemburgo discursa em encontro do Partido Social-democrata em Stuttgart, Alemanha, 1907



REPRODUÇÃO

Rosa soube recusar a ideologia cômoda e conformista do progresso linear, o fatalismo otimista e o evolucionismo passivo da social-democracia, a ilusão perigosa de que seria suficiente “ir a favor da corrente” e deixar as “condições objetivas” acontecerem

1905 lhe pareceu um exemplo a se seguir também na Alemanha: ela confiou mais na iniciativa das bases operárias do que nas pertinentes decisões dos órgãos dirigentes do movimento operário alemão. Tomando conhecimento, ainda na prisão, dos acontecimentos de Outubro de 1917, ela rapidamente se solidariza com os revolucionários russos. Em um folheto sobre a Revolução Russa, redigido no cárcere em 1918, que só seria publicado em 1921, após a morte; ela saúda com entusiasmo esse grande ato histórico emancipatório e presta uma homenagem calorosa aos dirigentes revolucionários de Outubro:

“Toda a coragem, a energia, a perspicácia revolucionária, a lógica que um partido revolucionário pode demonstrar em um momento histórico foram trabalho de Lenin, de Trotsky e de seus amigos. Toda a capacidade de ação e honra revolucionárias que faltaram à social-democracia ocidental são encontradas entre os bolcheviques. A insurreição de Outubro não só terá servido para efetivamente salvar a Revolução Russa, mas também a honra do

socialismo internacional”.

Tal solidariedade não a impede de criticar aquilo que lhe parece errado ou perigoso na política dos bolcheviques. Embora algumas de suas críticas - sobre autodeterminação nacional ou a distribuição de terras - sejam questionáveis e irrealistas, outras, no que diz respeito à questão da *democracia*, são muito relevantes e de uma atualidade notável. Ciente da impossibilidade, para os bolcheviques, dentro das circunstâncias dramáticas da guerra civil e da intervenção estrangeira, de criar “magicamente, a mais bela das democracias”, Rosa Luxemburgo chama menos atenção para o perigo de uma certa mudança autoritária e reafirma princípios fundamentais da democracia revolucionária:

“A liberdade apenas para os apoiadores do governo, apenas para membros de um partido - sejam eles quantos forem - isso não é liberdade. Liberdade é sempre, pelo menos, a liberdade de quem pensa diferente. Sem eleições gerais, sem liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, sem dispu-

ta de ideias, a vida se esvai em todas as instituições públicas, vegeta, e a burocracia permanece como o único elemento ativo”.

É difícil não reconhecer a força desse argumento. Alguns anos mais tarde, a burocracia tomou todo o poder, eliminando progressivamente os revolucionários de Outubro de 1917 - esperando para, ao longo dos anos 1930, exterminá-los sem piedade.

OUTRA FORMA DE CONCEBER O PASSADO E O PRESENTE

Ao chamar atenção para esses textos, não queremos apenas tirar do esquecimento um capítulo desconhecido da obra de Rosa Luxemburgo. Parece-nos que os escritos contêm muito mais do que um vislumbre de história econômica. Eles sugerem outra forma de conceber o passado e o presente, a historicidade social, o progresso e a modernidade. Ao confrontar a civilização industrial capitalista com o passado comunitário da humanidade, Rosa Luxemburgo rompe com o evolucionismo linear, o “progressismo” positivista, o darwinismo social e todas as interpreta-

ções do marxismo que o reduzem a uma versão mais avançada da filosofia de Monsieur Homais⁵. A base desses textos é, em última análise, o próprio significado da concepção marxista de História.

Os escritos de Rosa Luxemburgo têm adquirido renovada importância, quando vemos, em diversas regiões do mundo e mais particularmente na América Latina - México, Equador, Bolívia, Peru, entre outros - a luta de comunidades camponesas e indígenas, as tradições pré-capitalistas ainda vivas, em defesa de suas florestas, de suas terras e rios, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, o agronegócio capitalista e as políticas neoliberais dos governos, responsáveis por desastres sociais e ecológicos cada vez mais graves.

(Tradução de Isadora França)

5 N.T.: Personagem do romance “Madame Bovary”, de Gustave Flaubert. Representa um pequeno-burguês com confiança cega na ciência, apesar de não entendê-la. Seu papel seria o de um homem que se faz de estudioso, mas que, na realidade, não tem muita base sobre o que fala.

A escolha indicada pela máxima de Rosa Luxemburgo continua a ser a ordem do dia em nossa época. O longo período de recuo das forças revolucionárias foi acompanhado pela multiplicação de guerras e massacres de “purificação étnica”, desde os Balcãs até à África, pela ascensão de racismos, de chauvinismos e de fundamentalismos de todo tipo, inclusive no coração da Europa “civilizada”



Michael Löwy, sociólogo franco-brasileiro formado pela USP, vive em Paris desde 1969. Foi professor

da Universidade de Paris VIII e diretor emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). É autor de *Estrela da manhã: marxismo e surrealismo* (2018), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano* (2014) e organizador de *Revoluções* (2009), entre outros, todos pela Boitempo

O primeiro candidato operário à presidência da República:

um negro comunista

Há quase 90 anos, o primeiro candidato comunista à presidência da República foi o operário negro Minervino de Oliveira. Filho de família muito pobre do Rio de Janeiro, esse marmorista de profissão destacou-se nas lutas populares por sua valentia, combatividade e inteligência aguda. Num país que ainda hoje conserva os preconceitos da escravidão, é vital recuperar a trajetória desse combatente exemplar

Matheus Gomes

Foi na eleição de março de 1930. Ape- nas quatro décadas se passaram entre a abolição formal da escravidão e a primeira candidatura presidencial de um ho- mem de origem negra. A luta de classes também fez desse acontecimento o pon- to de partida dos comunistas brasileiros em disputas presidenciais.

Minervino de Oliveira é o nome do ho- mem que encarnou essa responsabili- dade e sabemos pouco sobre a trajetória dele. Uma breve pesquisa nos mostra que a vida de Minervino se confunde com a história do movimento operário das pri- meiras décadas do século XX e apresen- ta questões vivas sobre a relação entre o marxismo e a questão racial.

DO SINDICALISMO AO COMUNISMO, DA MARMORARIA AO PARLAMENTO

Condenado à clandestinidade a partir do estado de sítio decretado pelo go- verno de Arthur Bernardes (1922-26), em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) viveu um período de isolamento

político permeado por intensos debates ideológicos no limiar de sua existência. Tampouco o cenário internacional ajuda- va, já que o ímpeto revolucionário russo esbarrava no primeiro refluxo. Entretan- to, as táticas de caráter defensivo elabo- radas nos dois primeiros congressos da Internacional Comunista (IC), especial- mente a frente única entre comunistas e social-democratas, abriram novas possi- bilidades para os brasileiros.

A consequência inicial foi a aproxi- mação com a Confederação Sindicalista- -Cooperativista Brasileira, os “sindica- listas amarelos”, que permitiram a livre propagação de opiniões dos comunistas por meio das páginas do jornal *O Paiz*.

A tática possibilitou um crescimento do partido e colocou sob influência enti- dades como a dos trabalhadores têxteis e marmoristas (Karepovs, 2006). Desta úl- tima, destacava-se a liderança de Miner- vino, que adere ao partido nesse período.

FILHO DA LAVADEIRA

Nascido no Rio de Janeiro em 1891, fi- lho da lavadeira Augusta Laura de Olivei-

ra e de José de Oliveira, Minervino cres- ceu no subúrbio em meio à organização da dinâmica social no pós-abolição. Aos dez anos, foi obrigado a iniciar a jorna- da no mundo do trabalho como aprendiz de tecelão. Depois, passou rapidamente a empregos no comércio, fábricas de vi- dro e móveis. Foi lavrador, carvoeiro e empregado da *Light*, até aprender, aos 14 anos, o ofício de marmorista. Ali começa a atividade sindical.

Ao completar 20 anos, Minervino ingre- sa no Centro dos Operários Marmoristas e ocupa o cargo de secretário por diversas vezes, além de cumprir papel de destaque na articulação com outras categorias e participar como delegado do 3º Congresso Operário Brasileiro, em 1920. Uma inten- sa atuação na imprensa operária marcou a sua formação intelectual: foi redator do jornal *A voz do marmorista* e colaborou com *A voz do trabalhador*, *Spartacus*, *A voz do povo* e *A Nação* (Domingues, 2017).

Nas palavras de Octávio Brandão, diri- gente político e teórico do PCB, Minervi- no “não tinha, assim, uma cultura mar- xista, mas era homem de uma bravura

extraordinária. (...) Há uma fotografia que saiu na *Pátria*, no meio do tiroteio da polícia na praça do Teatro Municipal, e Minervino apenas se encostou à porta de ferro do teatro. (...) cercado de poli- ciais depois do tiroteio. Não correu. Uma bravura.” (Rego, 1993). Como conse- quência de sua liderança, foi duramente perseguido e amargou diversas passa- gens pelas prisões do Distrito Federal. Suas convicções e coragem o levaram a ser escolhido como candidato do Bloco Operário e Camponês (BOC) nas eleições para intendente do Distrito Federal (ve- reader), em outubro de 1928.

VEREADORES DO BARULHO

Surgido no ano anterior em meio ao impacto da Lei Celerada - que pôs fim a um breve período de legalidade do PCB -, o BOC representava a possibilidade de intervenção pública dos comunistas e a

continuidade da tática de frente única, dessa vez no terreno eleitoral.

Minervino liderou a campanha a partir de comícios em portas de fábricas e locais de trabalho, além de atividades como os “festivais”, momento de confraterniza- ção com as famílias operárias em bailes animados por grupos de música e teatro.

Octávio Brandão concorreu pelo 1º Dis- trito e conseguiu se eleger, mas Minervi- no ficou de fora da Intendência por uma vaga, na disputa do 2º Distrito. Contudo, o destino favoreceu os comunistas: a mor- te acidental de um eleito abriu espaço para o marmorista e assim iniciava a trajetória dos operários no parlamento brasileiro.

Assumir os mandatos foi uma luta ár- dua, já que os representantes do presi- dente Washington Luiz queriam impedir as posses. O historiador Dainis Karepovs (2006, p. 103) nos mostra que, uma vez no Legislativo, o exercício dos mandatos foi

uma ruptura com a lógica predominante de controle individual dos cargos, já que ambos colocavam em pauta demandas coletivas elaboradas pelo PCB, pelos cen- tros políticos proletários e por comitês de categorias que compunham o BOC.

Isso não impediu que algumas ações fossem consideradas “estreitas” e “ime- diatistas” pela direção do partido. Porém, a combatividade das intervenções em plenário contra o imperialismo e a ação extraparlamentar eram as marcas dos mandatos, como mostra o compromisso de Minervino com o cargo de Secretário Geral da recém fundada Confederação Ge- ral do Trabalho, em abril de 1929. Nesse momento, a repressão já limitava a ação operária e logo os intendentes foram cas- sados de maneira velada pela “Indicação nº 180”, que proibia os “discursos sub- versivos” e impedia o registro das inter- venções dos intendentes do BOC.

REPRODUÇÃO



Primeira página de 'A classe operária', semanário do PCB, de 25 agosto de 1928

Condenado à clandestinidade a partir do Estado de sítio decretado pelo governo de Arthur Bernardes (1922-26), o Partido Comunista do Brasil (PCB) viveu um período de isolamento político permeado por intensos debates ideológicos no limiar de sua existência

Octávio Brandão (esq.) e Minervino de Oliveira (dir.) em campanha



REPRODUÇÃO

oportunidade de ampliar a influência sob o povo negro no pleito de 1930. Prova dessa efervescência política é a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931.

As características da ação política da FNB não conformavam um programa de ruptura com o capitalismo, o que define a fase da estratégia assimilacionista do

movimento negro, na qual os “homens de cor” relacionavam a marginalização do negro ao despreparo moral e educacional oriundo do antigo regime e exigiam as condições para sua incorporação plena no capitalismo nascente (Domingues, 2007). Visando à disputa de influência com a FNB, a primeira formulação do PCB sobre negritude defende o inverso, a política de autodeterminação, palavra de ordem que jamais encontrou eco entre negras e negros, mas marca a “virada antirracista” do partido (Graham, 2014).

Não se sabe o destino final de Minervino. Nesse aspecto, sua vida soma-se a tantas outras histórias negras negligenciadas, o que amplia a simbologia de recuperar a memória e dotá-la de significados e inspirações para os embates do presente. A vida de Minervino se confunde com a história do marxismo brasileiro, o que inclui contradições e ambiguidades e, exatamente por isso, pode nos inspirar a construir uma esquerda profundamente antirracista e anticapitalista para o século XXI.



Matheus Gomes
Militante do movimento negro, servidor do IBGE e mestrando em História/UFRGS

REFERÊNCIAS

CHADAREVIAN, Pedro. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964).

Política & Sociedade V.11 n°20, p.255-283, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: Um negro comunista disputa a presidência do Brasil. Lua Nova, n.101, pp.13-51, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-013051/101>. (Acesso em 2/2/2019).

Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, n. 23, p. 100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. São Paulo, Editora Globo, 2008.

GRAHAM, Jessica Lynn. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, p. 353-375, 2012.

KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil. São Paulo, Editora Alameda, 2006.

PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

REGO, Otávio Brandão. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

Jornais consultados: A Classe Operária, maio de 1928 a maio de 1930

Minervino liderou a campanha a partir de comícios em portas de fábricas e locais de trabalho, além de atividades como os “festivais”, momento de confraternização com as famílias operárias em bailes animados por grupos de música e teatro

A MODA É SER REACIONÁRIO!



Ajudando a construir um Brasil pior

Os falsos cristãos e o evangelho da intolerância

Cynara Menezes

Nos tempos da Inquisição foi em nome de Jesus que lançaram à fogueira as mulheres que ousaram se rebelar do jugo masculino, os hereges, os não convertidos e os inocentes em geral, acusados de “pecados” e “bruxarias”. Hoje, o nome de Cristo é novamente usado em vão para perseguir “pecadores” e “bruxas”

De todas as imposturas da extrema direita brasileira, nenhuma me indigna mais do que a utilização de Jesus como escudo para a epidemia de intolerância que estamos vivendo. Jesus, profeta da absoluta tolerância “amai o próximo como a ti mesmo”, foi transformado numa perversa estratégia publicitária fundamentalista, na imagem simpática, impoluta, detrás de quem se esconde os arautos do ódio.

Trata-se, mais uma vez, de uma repetição da História. Nos tempos da Inquisição foi em nome de Jesus que lançaram à fogueira as mulheres que ousaram se rebelar do jugo masculino, os hereges, os não convertidos e os inocentes em geral, acusados de “pecados” e “bruxarias”. Saranago expôs muito bem o pérfido papel que o Deus rebarbativo e cruel do Velho Testamento, o Pai, reservaria ao Filho, para desespero do próprio. “Então em meu nome perpetrarão tamanhas barbaridades?”, pergunta-se Jesus, mergulhado no desalento diante de seu destino.

Passados 2019 anos da data que se crê como a de seu nascimento, o nome de Cristo é novamente usado em vão para perseguir “pecadores” e “bruxas”. Impressiona-me o nonsense disso tudo, porque nada do que os intolerantes falam como força de lei constava das parábolas de Jesus, ao contrário. Não há cristianismo algum no que eles pregam. Jesus nunca condenou a homossexualidade ou pregou ódio aos diferentes. E, sobretudo, jamais afirmou que quem seguisse a Bíblia iria enriquecer.

A Teologia da Prosperidade, um dos pilares do neopentecostalismo, é o avesso do que pregava Jesus. “É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”, lembram? Esses que falam em nome de Cristo pedindo dinheiro a incautos para que lhes seja devolvido “por Deus” em dobro são, em realidade, os vendilhões do templo expulsos por ele. Como abrir os olhos de tanta gente enganada por pastores inescrupulosos sem ferir a fé? Esse é um dos nossos desafios.

Sem enfrentar os falsos pastores, não conseguiremos lutar o bom combate contra a intolerância, esta que em nosso país está umbilicalmente ligada ao fundamentalismo religioso. A esquerda errou em não compreender o fenômeno do

A intolerância em nosso país está umbilicalmente ligada ao fundamentalismo religioso. A esquerda errou em não compreender o fenômeno do neopentecostalismo nas periferias e continuará errando se não perceber que precisa desmascarar os cristãos de araque que estão pregando como “boa nova” o evangelho da intolerância

neopentecostalismo nas periferias e continuará errando se não perceber que precisa desmascarar os cristãos de araque que estão pregando como “boa nova” o evangelho da intolerância.

É nos púlpitos das igrejas neopentecostais que essa intolerância vem sendo disseminada. É ali que ela viceja. A intolerância aos LGBTs e às religiões de matriz africana; a intolerância à libertação feminina e ao feminismo; a intolerância às minorias; a intolerância à esquerda. Hoje, tragicamente, esses evangelistas da intolerância chegaram ao poder. Formam, com os militares e o capital financeiro, a trindade maléfica em torno do “Messias”.

Para combatê-los é preciso levar o debate do campo dos costumes para o da teologia: demonstrar que eles não são os cristãos que dizem ser. Os pronunciamentos do papa Francisco, de resgate da real mensagem de Cristo, têm dado o norte para esse embate teológico. Ao condenar a xenofobia e o ódio, Francisco lembra, a todo momento, das passagens do Novo Testamento, cristãs portanto, que reforçam a igualdade dos homens. Não à toa, Francisco é hoje um dos alvos diletos dos vendilhões do templo.

Muitos de nós, de esquerda, somos ateus ou agnósticos. Mas esse debate não nos pode ser interditado, porque religião é sinônimo de fé, mas também de conhecimento baseado nas Escrituras. Conhecer as Escrituras nos faz perfeitamente aptos a cobrar coerência dessa gente. Se a principal mensagem de Jesus era amor, como podem fazer do ódio seu sermão? Jesus tem sido o garoto-propaganda ideal para que eles possam espalhar a intransigência com o próximo que, em tese, deveriam amar.

Enquanto não conseguirmos enfrentar, sem meias palavras, a lavagem cerebral que está sendo empreendida dentro desses templos não conseguiremos combater, de fato, a intolerância. E não há campo mais eficiente para desmascarar pastores inescrupulosos do que o da teologia. Esta é a seara dos enganadores pseudocristãos e é dentro dela que temos que agir.



Cynara Menezes é jornalista e editora do blog “Socialista Morena”



I SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO

DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO

REALIZADO DE 3 A 9 DE FEVEREIRO DE 2019

NA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF), EM GUARAREMA (SP)



EM BREVE LANÇAREMOS UMA PLATAFORMA COM TODOS OS VÍDEOS DO I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

SE CHAMARÁ

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS E

**MARIELLE
FRANCO**

